



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais e Humanidades
“Território e Expressões Culturais no Cerrado”

ISADORA DE PAULA VIEIRA ALENCAR

**A MULHER RURAL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA: O Projeto Energia Mulheres da
Terra em Orizona (GO)**

Anápolis

2021

ISADORA DE PAULA VIEIRA ALENCAR

**A MULHER RURAL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA: O Projeto Energia Mulheres da
Terra em Orizona (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel

Coorientadora: Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas.

Anápolis

2021

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, a partir das oito horas e trinta minutos, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação, por meio de videoconferência entre os componentes da banca, da discente **ISADORA DE PAULA VIEIRA ALENCAR**, intitulada “**A MULHER RURAL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA: O Projeto Energia Mulheres da Terra em Orizona (GO)**”. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dra. Roseli Martins Tristão Maciel (Orientadora), Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas (Coorientadora), Dr. Glauber Lopes Xavier (Examinador Interno), Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Examinador Externo – UFG/IEAS), Dra. Veralúcia Pinheiro (Examinadora Externa – UEG/ IELT), Dra. Janes Socorro da Luz (Suplente Interno) e Dr. José Santana da Silva (Suplente Externo). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela discente e sua orientadora. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo a discente os seguintes resultados.

Dra. Roseli Martins Tristão Maciel (Orientadora)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas (Coorientadora)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dr. Glauber Lopes Xavier (Examinador Interno)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Examinador Externo – UFG/IEAS)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____

Dra. Veralúcia Pinheiro (Examinadora Externa – UEG/ IELT)

aprovado(a) reprovado(a).

*Assinatura _____



Ata de defesa - ISADORA DE PAULA VIEIRA ALENCAR.pdfCódigo do documento: XLY4-DSA8-9UDY-846Z

**Autenticação Eletrônica**Valide em https://app.sign.ueg.br/ueg/ueg-clm-pub/#validar_documento/XLY4-DSA8-9UDY-846Z

Ou digite o código: XLY4-DSA8-9UDY-846Z

Assinado em conformidade à Medida Provisória nº 2.200-2/2001: artigo 10 § 2º - 'O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas em partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.'

Assinaturas:



Eletrônica

Veralucia Pinheiro

veralucia.pinheiro@ueg.br

Parte



Eletrônica

Glauber Lopes Xavier

glauber.xavier@ueg.br

Parte



Eletrônica

Alex Douglas Costa

teccer@ueg.br

Parte



Eletrônica

Roseli Martins Tristão Maciel

roselitrismoaciel@gmail.com

Parte



Eletrônica

Isadora De Paula Vieira Alencar

isadoralencar@live.com

Parte



Eletrônica

Adriano Rodrigues de Oliveira

adriano.ufg@gmail.com

Parte



Eletrônica

Divina Aparecida Leoneo Lunas

divina.lunas@ueg.br

Parte

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Roseli Martins Tristão Maciel. Sem ela, esta pesquisa não teria vida. À minha coorientadora, Professora Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas, que me inseriu na vida acadêmica, a qual serei eternamente grata.

Ao programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, por todo o meu crescimento. Aos colegas de curso da turma 2019, por todo apoio e companheirismo.

À Waleria, minha esposa, por toda paciência e amor nesta jornada. Sem você não teria sido possível.

À minha avó Luzia, que sempre estará em meu coração. À minha tia Meirielle, por todo amor e apoio. Ao meu avô, Paulo Eduardo, que se empenhou muito para que eu realizasse o mestrado. À minha tia, Viviane, que se manteve presente em todos os momentos. Ao meu irmão, “Bolota” que sempre me perguntou o que era um mestrado.

À Universidade Estadual de Goiás, que me formou bacharela em Ciências Econômicas e agora Mestra, em Humanidades e Ciências Sociais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de pesquisa.

A todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a minha formação e crescimento pessoal.

RESUMO

Esta dissertação objetivou estudar a agricultura familiar no Território Rural Estrada de Ferro, tendo como foco de análise a cidade de Orizona (GO) e o Projeto Energia Mulheres da Terra, cuja finalidade é a qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do estado de Goiás. Foram analisados os fatores que, historicamente, validam a desigualdade entre o trabalho do homem e o da mulher no sistema capitalista e como essa disparidade se acentua no meio rural. O percurso da pesquisa apresentou uma breve trajetória histórica da mulher e do seu universo na transição do feudalismo para o capitalismo, a fim de demonstrar como o fenômeno de caça às bruxas foi crucial para o desenvolvimento desse modo de produção opressor que alcançou sucesso na subalternidade feminina por meio do patriarcado. Discorreu-se sobre o atual regime de acumulação integral, com vistas a evidenciar as reais condições de trabalho em que as mulheres trabalhadoras rurais estão submetidas. Para atender aos objetivos propostos, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de um *software* do banco de experiências do projeto Energia Mulheres da Terra. A pesquisa vincula-se ao método histórico dialético e suas categorias e conceitos são voltados para o estudo e compreensão das relações de trabalho no contexto capitalista. Este estudo promoveu maiores entendimentos sobre o fato de a discriminação contra as mulheres não ser somente uma herança do mundo pré-moderno, mas uma vertente do capitalismo e intrínseco às diferenças sexuais existentes na sociedade. Por outro lado, demonstrou como o projeto Energia mulheres da Terra permitiu a inserção de mulheres na tomada de decisão das suas propriedades e em suas comunidades; entretanto, devido ao regime exaustivo e desumanizado em que estão inseridas, o projeto também provoca visível sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Mulher Rural. Subalternidade. Projeto Energia Mulheres da Terra.

RESUMEN

Esa disertación tuvo como objetivo estudiar la agricultura familiar en el Territorio Rural de Estrada de Ferrocarril, con enfoque en la ciudad de Orizona (GO) y el Proyecto Energia Mulheres da Terra, cuyo propósito es la calificación de los procesos productivos de grupos de mujeres agricultoras en el Estado de Goiás. Fueron analizados los factores que históricamente confirman la desigualdad entre el trabajo de hombres y mujeres en el sistema capitalista y cómo esta disparidad se acentúa en las zonas rurales. El recorrido de investigación presentó una breve trayectoria histórica de la mujer y su universo en la transición del feudalismo al capitalismo, con el fin de demostrar cómo el fenómeno de la caza de brujas fue crucial para el desarrollo de ese modo de producción opresivo que tuvo como exitosa la subordinación femenina por el patriarcado. Se discutió el actual régimen de acumulación plena, con el fin en dar énfasis a las condiciones reales de trabajo a las que están sometidas las trabajadoras rurales. Para cumplir con los objetivos propuestos, tanto desde el punto de vista teórico como metodológico, los procedimientos técnicos utilizados fueron la investigación bibliográfica y documental. La búsqueda de datos se llevó a cabo utilizando un software del banco de experiencias del proyecto Energia Mulheres da Terra. La investigación está vinculada al método histórico dialéctico y sus categorías y conceptos se centran en el estudio y comprensión de las relaciones laborales en el contexto capitalista. Ese estudio promovió una mayor comprensión sobre el hecho de que la discriminación contra las mujeres no es solo un legado del mundo premoderno, sino un aspecto del capitalismo e intrínseco a las diferencias sexuales existentes en la sociedad. Por otro lado, demostró cómo el proyecto Energia Mulheres da Terra permitió la inserción de las mujeres en la toma de decisiones de sus propiedades y sus comunidades, sin embargo, debido al régimen exhaustivo y deshumanizado en el que se encuentran incluso, el proyecto también provoca visibles sobrecarga de trabajo.

Palabras clave: Capitalismo. Mujer Rural. Subalternidad. Proyecto Energético Mujeres de la Tierra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Biodigestor Nascente da agricultora De Cubas – 2020 – Concreto pronto ..	100
Imagem 2 - Biodigestor Nascente da agricultora De Cubas – 2020	101
Imagem 3 - Kit Bomba Solar Pôr do Sol da agricultora Costa Cruz – 2020.....	102
Imagem 4 - Kit Bomba Solar Pôr do Sol da agricultora Costa Cruz – 2020.....	103
Imagem 5 - Biodigestor Bem-Viver da agricultora Oliveira – 2020.....	104
Imagem 6 - A agricultura Oliveira trabalhando na construção do Biodigestor Bem-Viver - 2020	104
Imagem 7 - Horta da agricultora Pereira – 2020	105
Imagem 8 - Biodigestor Top Gás da agricultora Pereira – 2020	106
Imagem 9 - Kit Bomba Solar Aquaponia da agricultora Correa – 2020	107
Imagem 10 - Kit Bomba Solar Aquaponia da agricultora Correa – 2020	107
Imagem 11 - Agricultora Jesus Peres em sua propriedade – 2020	108
Imagem 12 - Visita de diagnóstico da agricultora Jesus Peres – 2020	109
Imagem 13 - Biodigestor da Barra da agricultora Gonçalves Lúcio – 2020	110
Imagem 14 - Biodigestor da Barra da agricultora Gonçalves Lúcio – 2020	111
Imagem 15 - Visita de diagnóstico da agricultora Matias – 2020	112
Imagem 16 - Família da agricultora Matias – 2020	112
Imagem 17 - Energia Solar Estrada de Ferro – EFAORI – 2020	113
Imagem 18 - Energia Solar Estrada de Ferro – EFAORI – 2020	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Território Rural Estrada de Ferro e sua localização perante a Goiás e ao Brasil - 2015	64
Mapa 2 - Mapa do Município de Orizona – 2017	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Censitária – Total (habitantes) – Território Rural Estrada de Ferro (GO).....	67
Tabela 2 - Indicadores Socioeconômicos – Território Rural Estrada de Ferro (GO) ..	69
Tabela 3 - Números de estabelecimentos agropecuários e área em hectares Território Rural Estrada de Ferro (GO)	71
Tabela 4 - Número de estabelecimentos de agricultura familiar e área em hectares Território Rural Estrada de Ferro (GO)	73
Tabela 5 - Investimentos PRONAF – Território Rural Estrada de Ferro (GO).....	76
Tabela 6 - Sexo do agricultor familiar – Território Rural Estrada de Ferro (GO).....	79
Tabela 7 - Número de mulheres na agricultura familiar	81
Tabela 8 - Número de estabelecimentos da agricultura familiar em 2006/2017	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das mulheres chefes de domicílio no Brasil	88
Quadro 2 - Mulheres encarregadas pela direção e gestão de propriedades rurais	89
Quadro 3 - Estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres por meio de recursos hídricos e irrigação	90

LISTA DE SIGLAS

APP - Áreas de Preservação Permanente

CENTAF - Centro de Formação da Agricultura Familiar

CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNPQ/UEG - Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás

COMAFAB - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Buritizinho e Região

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CSRO - Centro Social Rural de Orizona

EFAORI - Escola Família Agrícola de Orizona

EFAS - Escolas Famílias Agrícolas

FAO Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

GO - Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

IFG - Instituto Federal de Goiás

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TR - Territórios Rurais

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A PRIMEIRA VÍTIMA DO CAPITALISMO	19
1.1 A mulher no pré-capitalismo.....	19
1.2 A esquecida história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo.....	25
1.2.1 O fenômeno de caça às bruxas	27
1.3 A mulher e a família nuclear burguesa	34
1.4 A divisão sexual do trabalho	40
1.5 A mulher e o regime de acumulação integral	42
1.5.1 Os regimes de acumulação	44
1.5.2 As consequências da acumulação integral e do Estado neoliberal	49
CAPÍTULO 2 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA: ORIZONA	
(GO) TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO	54
2.1 Agricultura Familiar: conceitos	55
2.2 O Território Rural	58
2.3 O Território Rural Estrada de Ferro	64
2.4 A mulher na agricultura familiar	76
2.5 O universo da pesquisa: Orizona (GO)	81
CAPÍTULO 3 O PROJETO ENERGIA MULHERES DA TERRA EM ORIZONA	
(GO) NO TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO	86
3.1 O contexto atual em que vivem as mulheres do Brasil nos espaços: do urbano e do rural	87
3.2 O projeto Energia Mulheres da Terra: objetivos e ações, tecnologias, abrangência geográfica e resultados esperados	91
3.2.1 Objetivos e Ações do Projeto Energia Mulheres da Terra	93
3.2.2 Tecnologias e resultados esperados	97
3.3 As mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra em Orizona-GO no Território Rural Estrada de Ferro	99
3.3.1 Projeto Biodigestor Nascente – De Cubas	100
3.3.2 Kit Bomba Solar Pôr do Sol	102
3.3.3 Biodigestor Bem-Viver	104
3.3.4 Biodigestor Top Gás	106

3.3.5 Kit Bomba Solar Aquaponia Goiás	107
3.3.6 Kit Bomba Solar Resistência	109
3.3.7 Biodigestor da Barra	110
3.3.8 Kit Bomba Solar Matias	112
3.3.9 Energia Solar Estrada de Ferro – EFAORI	114
3.4 O Projeto Energia Mulheres da Terra e o Regime de Acumulação Integral	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A nossa proposta nesta dissertação consistiu em realizar um estudo sobre os fatores que legitimam a desigualdade histórica entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher no modo de produção capitalista e como essa disparidade se manifesta no espaço rural, especificamente em Orizona, município de Goiás, no Território Rural Estrada de Ferro, tendo como foco a análise das mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra, com vistas a contribuir para o avanço dos estudos sobre o papel da mulher trabalhadora rural a partir de tecnologias para agricultura familiar.

Nesse sentido, o projeto Energia Mulheres da Terra atua na qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do estado de Goiás, estabelecendo uma rede solidária a partir da implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos. A rede solidária é encarregada de gerir a implementação dos projetos de infraestrutura, financiados com recursos do edital referente ao Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal¹.

Entendemos que a sociedade criada pelo modo de produção capitalista precisou e precisa do trabalho feminino, porém faz questão de ocultar a importância que as mulheres sempre tiveram para o crescimento econômico e para a extração da mais valia², a fim de realizar a acumulação de capital e obtenção de lucros e, para tanto, estabeleceu desde os seus primórdios uma relação desigual entre os sexos na qual a mulher é dominada e o homem está no extremo oposto, o do poder. No contexto desta dissertação, “mulheres” significa uma história oculta que precisa ter visibilidade, principalmente no que diz respeito à contribuição do trabalho feminino no meio rural.

A supremacia dos homens nos centros urbanos é um problema; mas, no campo, as mulheres estão ainda mais fragilizadas em aspectos econômicos, sociais e políticos, tendo sua importância na agricultura familiar ignorada e, em geral, ocupam espaços de menor poder, com uma menor visibilidade de sua atuação.

Nesse sentido, a falta de reconhecimento social da mulher rural como trabalhadora a priva, em grande parte, de seu reconhecimento como sujeito social, que atua ativamente na

¹ Para maior detalhamento ver: <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx>.

² Mais-valia é um termo empregado por Karl Marx e representa a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Pode ser entendida como o trabalho não pago. Para maior detalhamento ver MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

produção e reprodução dos meios de vida, com capacidade de intervir e transformar as relações de gênero e as relações sociais mais amplas, tanto da mulher rural que trabalha em casa quanto da mulher rural que opera em espaços representativos de interesses comuns e diretamente nas atividades agrícolas.

O interesse pessoal pela investigação da temática se deu pelo fato de ter pesquisado políticas públicas para a agricultura familiar no Território Rural do Sudoeste Goiano durante a participação no Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás (CNPq/UEG), entre os anos 2015 a 2018. Durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Anápolis trabalhei com o acesso e com a avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA nos municípios do Território Rural do Sudoeste Goiano. Coincidentemente, devido ao fato do desmanche das políticas públicas após 2016, notei que em 2018 apenas um assentamento rural recebeu incentivo do PAA, o da cidade de Acreúna. Tal assentamento, chamado Jenipapo, é composto predominantemente por mulheres rurais, o que me deixou extremamente incomodada e pelo fato de ser neta e bisneta de agricultores familiares e ter tido uma infância na fazenda, percebi que minha bisavó e meu avó contribuíram e contribuem para a sobrevivência da família, recebendo pouco ou nenhum reconhecimento.

Dessa forma, metodologicamente, o trabalho possui propósito descritivo e explicativo, a partir da pesquisa qualitativa e usa como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. Adotamos também o método histórico dialético como referencial teórico. Por se tratar de uma pesquisa que visa explicar um fenômeno da sociedade, é necessário identificar e selecionar as categorias de análise, que interligadas entre si, são indispensáveis para subsidiar o processo de conhecimento e interpretação da realidade social apreendida.

Uma parte é sempre “uma parte” e, portanto, nunca poderá ser uma totalidade. Mas, apesar disso, podemos buscar compreender a linguagem como um todo, embora não seja autônomo e independente [...] A totalidade, para o materialismo histórico-dialético, é a sociedade. Mas toda totalidade é composta por partes. As partes que constituem a sociedade são o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e as formas de regularização das relações sociais [...] O que caracteriza a concepção marxista da totalidade é a ideia de que entre as partes que compõem o todo existe uma relação necessária e que o resultado desta relação entre as partes é a totalidade (VIANA, 2007, p.106).

As categorias são construídas a partir do movimento real do processo de pesquisa, tal como nos mostrou Marx:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1988, p. 26).

O método dialético, por sua vez, é coerente com a pesquisa qualitativa e a técnica descritiva e explicativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva os fatos são observados e analisados sem que o investigador interfira sobre eles; isto é, os fenômenos do mundo físico e humanos são estudados, porém não são manipulados pelo pesquisador.

De acordo com Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como meta a descrição das características de determinado fenômeno ou população ou ainda o estabelecimento de relações entre as variáveis estabelecidas. Esse autor afirma, ainda, que tal método tem como preocupação central a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, trata-se do tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade.

A abordagem de caráter qualitativo tem como as principais características:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CORDOVA, 2009 p. 32).

Esse método nos possibilitou verificar as interações entre as variáveis estudadas e os impactos gerados pela inferioridade atribuída ao trabalho feminino no modo de produção capitalista e seus agravantes no espaço rural. Ou seja, uma variável do mundo europeu, onde o capitalismo surgiu.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados para a investigação empregamos a pesquisa bibliográfica e documental que conduziram o estudo e a obtenção dos dados necessários para a elaboração do trabalho. Gil (1999) explicita que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, tais como: livros, revistas, artigos científicos e outros. Segundo o autor, a vantagem da pesquisa bibliográfica consiste no fato de permitir ao pesquisador ter uma vasta fonte de materiais para ser usado como referência. A análise de livros, revistas científicas e artigos científicos possibilita o acesso a informações e dados essenciais

para responder o que foi proposto nos objetivos do trabalho. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador tenha contato direto com uma grande gama de materiais já escritos sobre a temática.

Para Gil (1999), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, porém a diferença entre as duas está na natureza das fontes, ou seja, a pesquisa documental consiste na exploração de fontes documentais, tais como: documentos oficiais, contratos, relatórios de pesquisas e outros. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a utilização da pesquisa documental é importante a partir do momento em que é possível organizar informação que estão dispersas, atribuindo-lhe uma nova importância como fonte de referência. A pesquisa documental foi utilizada neste estudo, uma vez ter sido necessário trabalhar com os documentos relacionados ao projeto Energia Mulheres da Terra, os quais se constituem como fonte primária, uma vez que os tais dados ainda não foram trabalhados, sendo que estão disponibilizados por meio de banco de experiências. Além disso, é importante traçar a evolução da agricultura familiar do município de Orizona, localizado no Território Rural Estrada de Ferro, com os dados do censo agropecuário de 2006 e 2017.

Nossa opção, portanto, se justifica uma vez que o fenômeno, mais amplo, aqui em questão, é o trabalho da mulher rural no capitalismo. Desse modo, tendo os subsídios da pesquisa descritiva e explicativa foram investigadas as fontes e os dados que nos possibilitaram compreender as questões relacionadas ao universo feminino na transição do feudalismo para o capitalismo. Igualmente, trouxeram à tona os fatores que legitimaram a desigualdade existente entre os trabalhos do homem e o da mulher, bem como a formação de uma sociedade androcêntrica³, em virtude de que o capitalismo transformou diferenças biológicas em desigualdades sociais historicamente construídas.

A temática se justifica pelo fato de trazer à tona explicações a respeito do aumento da complexidade das relações sociais de produção no capitalismo, que propiciou grandes mudanças no processo de trabalho, causando cada vez mais a separação e diferenciação entre o trabalho masculino e feminino. Sendo assim, é necessário compreender como se deu e como se

³ Androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, que está intimamente ligado à noção de patriarcado. Porém, esse termo não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também da forma como as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina. Vale ressaltar que o androcentrismo não deve ser compreendido como misoginia, a qual Darlene M. Juschka faz uma distinção em seu livro *Feminism in the Study of Religion* (2001).

dá as bases na estrutura desse modo de produção, buscando as origens dessa desigualdade, tanto quanto o papel das concepções de dominação masculina no estabelecimento e permanência de regras nas relações de trabalho, que tornaram as condições de trabalho das mulheres mais opressivas que as dos homens, situação que é notadamente mais grave no espaço rural.

Consideramos ser fundamental apresentar uma perspectiva de estudo para conhecer a realidade e a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo, verificando os esforços despendidos pelas trabalhadoras rurais por outros vieses. O intuito é tornar evidente o seu trabalho e sua historicidade, tanto no que se refere à produção como também na reprodução familiar, já que elas produzem no setor agropecuário exercendo atividades de agricultura, pecuária e pesca que são fundamentais para o contexto econômico e social dos meios rural e urbano.

Com a realização deste estudo, esperamos contribuir, ainda que modestamente, tanto para o avanço das pesquisas sobre o papel da mulher trabalhadora rural no modo de produção capitalista quanto para com a análise da dinâmica econômica e social das mulheres trabalhadoras rurais que compõem o projeto Energia Mulheres da Terra em áreas do Território Rural Estrada de Ferro. Consideramos de suma importância conhecer a realidade das mulheres que são parte desse projeto inovador, a fim de compreender a dinâmica capitalista atual e o papel que elas desempenham nessa sociedade.

Partimos da constatação de que na atualidade ainda prevalece a múltipla jornada de trabalho da mulher rural, pois ela se encarrega praticamente de todas as atividades domésticas, do trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), da ordenha das vacas, do cuidado do quintal e das vendas de produtos cultivados por elas, como ovos, natas e queijos (BRUMER, 2004). Muitas vezes, a renda obtida é entregue ao marido, explicitando a supremacia masculina nesse modelo agrícola, aprofundando a desvalorização do seu trabalho.

De igual modo, refletimos sobre a condição de inferioridade a qual a mulher é submetida no modo de produção capitalista como um fato decorrente de processos históricos, em que a supremacia masculina e os valores patriarcais são parte do seu contexto e não existem separadamente, uma vez que a subalternidade⁴ feminina é elemento imprescindível no processo de acumulação do capital.

Inicialmente, no primeiro capítulo, apresentamos uma breve análise da trajetória histórica da mulher e seu universo na transição do feudalismo para o capitalismo, considerando

⁴ Para maior detalhamento ver em FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 37.

também o processo de marginalização e perseguição que essas mulheres viveram, inclusive o de “caça às bruxas” como parte deste contexto. Por conseguinte, retratamos a divisão sexual do trabalho a partir da construção de uma sociedade baseada na concepção moderna de patriarcado e inaugurada com o advento dos valores burgueses derivados desse sistema.

Na sequência, no segundo capítulo, para entender as bases que legitimam a desigualdade entre o trabalho masculino e feminino no espaço rural, recorreremos a um estudo sobre o Território Rural Estrada de Ferro, bem como sua constituição e particularidades, assim como o universo metodológico de Orizona e apresentando, por meio do censo agropecuário de 2006 e 2017, a evolução da agricultura familiar no referido município. Consideramos, que analisar as modificações do espaço agrário de Orizona, ao longo do tempo, se faz essencial para compreensão do universo de implantação e execução do projeto Energia Mulheres da Terra.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos o projeto Energia Mulheres da Terra, cujo objetivo visa à qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do Estado de Goiás, constituindo uma rede solidária por meio da implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos.

O projeto Energia Mulheres da Terra tem uma rede solidária de abrangência estadual baseada na divisão territorial do Programas Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no Estado de Goiás e visa contribuir para a superação da fragilidade e do isolamento de grupos de agricultoras, que serão integradas em uma organização maior e com o suporte de instituições públicas. É importante destacar que o projeto busca e acredita no fortalecimento do capital social⁵ e no “empoderamento” da mulher rural, com vistas a aumentar sua participação no processo de tomada de decisão e de organização política da sociedade. Entretanto, vale ressaltar que a proposta teórica desta dissertação e que fundamenta a pesquisa segue na contramão do conceito de empoderamento, pois o papel feminino no mundo contemporâneo faz parte de uma totalidade imposta pela economia capitalista da qual a semântica, por si só, não pode transformar.

Por meio do *software* de coleta de dados do projeto foi possível identificar as mulheres de Orizona beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra. São oito mulheres agricultoras escolhidas inicialmente para receber as tecnologias que visam sua integração ao mercado de trabalho. O aplicativo permite conhecer a realidade das mulheres e disponibiliza o uso de imagens.

⁵ O capital social é entendido pelo conjunto de relações que podem ser mobilizadas pelas pessoas e organizações, visando um determinado fim. É extremamente importante nesse contexto, pois o projeto Energia Mulheres da Terra necessita de forte capital social.

Portanto, a proposta central deste estudo é identificar se o projeto Energia Mulheres da Terra atua no sentido alterar ou amenizar, pontualmente, as relações de trabalho estruturais do capitalismo ou da supremacia masculina, características desse modo de produção. Em seguida, verificar se, ao contrário, ele corrobora para a reprodução desse modelo econômico, na fase em que se caracteriza atualmente, qual seja, a do regime de acumulação integral⁶, lançando mais uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades para as mulheres trabalhadoras rurais.

⁶ Nildo Viana (2009) demonstra que esse regime é caracterizado pelo aumento da intensificação da exploração da força de trabalho, que assume proporções intensas. O proletariado, nesse ambiente, é obrigado a ampliar sua especialização, dedicando-se a várias atividades ao mesmo tempo para se adentrar ao mercado inflexível, no qual trabalhadores se submetem ao desemprego e a situações miseráveis. Para maior detalhamento, ver em VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da integração integral** / Nildo Viana – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

CAPÍTULO 1

1 A PRIMEIRA VÍTIMA DO CAPITALISMO

A pesquisa tem como foco as agricultoras familiares de Orizona que foram beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra, no Território Rural Estrada de Ferro. A proposta consistiu em refletir historicamente sobre os fatores que legitimam a disparidade existente entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, especificamente no espaço rural. Sendo assim, apresentamos, inicialmente, alguns pressupostos teóricos para a contextualização do objeto e dos objetivos deste estudo.

Neste capítulo nos propomos a discutir a mulher pré-capitalista, isto é, o universo feminino na transição do feudalismo para o capitalismo entre os séculos XVII e XIX, bem como a nova divisão sexual do trabalho nesse modo de produção e, por fim, uma reflexão teórica acerca do projeto Energia Mulheres da Terra diante da realidade atual do capitalismo integral, com vistas a compreender a mulher rural nesse contexto. É, portanto, da base teórica que fundamenta este estudo.

Destarte, utilizamos às abordagens de vários autores os quais discorrem sobre a temática da mulher no âmbito da divisão sexual do trabalho, no capitalismo e no pré-capitalismo, que são: Federici (2017); Engels (1984); Ponce (1986); Saffioti (1979); Poster (1979); Kergoat (2009); Sousa e Guedes (2016) e Toledo (2008). Estes autores, a partir de suas análises, são de fundamental importância para a compreensão das raízes da condição feminina na esfera capitalista, tanto quanto, para a discussão a respeito da condição de subalternidade da mulher nessa sociedade.

1.1 A mulher no pré-capitalismo

A inferioridade do trabalho da mulher em relação ao masculino na sociedade capitalista não é recente. Em diferentes épocas e espaços o mundo foi pautado sob olhares masculinos e as mulheres interpretadas a partir desses parâmetros, sempre colocadas como coadjuvantes de sua própria história. As sociedades, historicamente, destacaram e priorizaram a figura masculina no que diz respeito à governança, ao militarismo, à intelectualidade, às artes, à religião, dentre outros. Cada grupo humano, ao longo do tempo, construiu relações sociais nas quais o papel da mulher foi diferenciado do masculino, considerando as diferenças entre os sexos. O mesmo ocorre no capitalismo, entretanto, com outras características, além das biológicas.

Federici (2017) expõe que a opressão feminina não é o legado de um mundo pré-moderno e tampouco é um fenômeno natural, mas, sim, o resultado de “uma formação do capitalismo, construído sobre as diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (p.11).

Nessa perspectiva, Toledo (2008) afirma que a mulher não nasceu oprimida ou inferior, mas passou a ser tratada dessa maneira. A obra de Toledo, “Mulheres: o gênero que nos une, a classe nos divide”, se faz importante para confirmar que essa desigualdade foi construída ao longo do modo de produção capitalista. A autora acredita que a inferioridade da mulher no capitalismo vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países considerados como subdesenvolvidos.

A desvalorização da mulher não é simplesmente algo que vem do acaso, mas, sim, conforme Federici (2017), uma construção histórica de uma sociedade baseada na formação da propriedade privada e da criação e consolidação de um Estado que busca manter o *status quo* do patriarcado e da desvalorização da mulher como meio de produção e reprodução.

Friedrich Engels (1984) em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, escrito originalmente em 1884, aborda a opressão de gênero, o papel do casamento e da autoridade masculina na composição da sociedade moderna. Trata-se de um estudo obrigatório na discussão sobre a mulher no período pré-capitalista.

O autor supracitado pode ser considerado um pioneiro das ideias apresentadas por Federici (2017) e Toledo (2008), pois conforme ele:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que, na origem da sociedade, a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e entre os bárbaros do estágio médio e inferior, e em grande parte até mesmo entre os do estágio superior, a mulher não só tem uma posição livre, como também é muito considerada (ENGELS, 1984, p.5 0-51).

Assim, Engels (1984) afirma que existem três formas de casamento correspondentes aos três estágios principais da evolução humana, resumidamente: estado selvagem, o casamento por grupos; na barbárie o casamento sindiásmico e, por último, na “civilização” a monogamia acrescida de adultério e da prostituição. Essa ordem é ligada à liberdade sexual do casamento por grupos, sendo cada vez mais proibida para mulheres, mas não aos homens. Neste último estágio, as formas de casamento definem e alteram a posição social da mulher e, assim, o que é para a mulher um crime com consequências legais e sociais, é considerado prestígio para os homens ou uma leve desonra que ele suporta com prazer.

No livro *Educação e luta de classes*, Ponce (1986) nos auxilia no entendimento sobre o papel da mulher nas comunidades primitivas, explicitando a diferença entre essas sociedades e a sociedade capitalista que se construiu posteriormente.

A execução de determinadas tarefas, que apenas um membro da comunidade não podia realizar, deu lugar a um precoce começo de divisão de trabalho de acordo com as diferenças existentes entre os sexos, mas sem o menor submetimento por parte das mulheres. Como debaixo do mesmo teto viviam muitos membros da comunidade - e, às vezes, a tribo inteira -, a da economia doméstica, entregue as mulheres, não era, como acontece entre nós, um assunto de natureza privada, e sim uma verdadeira função pública, socialmente tão necessária quanto a de fornecer alimentos, a cargo dos homens. Entre os bosquímanos atuais, por exemplo, as mulheres, além de cuidarem do acampamento, recolhem as larvas, as formigas e os gafanhotos que fazem parte da sua alimentação e são tão conscientes da igualdade dos seus direitos em com os homens que, segundo conta Paul Descamps, não dão formigas aos seus esposos sempre que estes fracassam nas suas caçadas (PONCE, 1986, p. 18).

O autor prossegue afirmando que nessas comunidades não existia essa divisão sexual do trabalho como é conhecido atualmente. Os membros eram indivíduos livres e com direitos iguais, e o que era produzido em comum, era repartido com todos. Não existia a ideia de público e privado, assim como no estado selvagem, havendo a existência do casamento por grupos e vivendo em tribos.

Na comunidade primitiva, as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens, e o mesmo acontecia com as crianças até os 7 anos, idade a partir da qual já deviam começar a viver as suas próprias expensas, as crianças acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos, ajudavam-nos na medida das suas forças e, como recompensa, recebiam a sua porção de alimentos como qualquer outro membro da comunidade. A sua educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente. Mercê de uma insensível e espontânea assimilação do seu meio ambiente, a criança ia pouco a pouco se amoldando aos padrões reverenciados pelo grupo. A convivência diária que mantinha com os adultos a introduzia nas crenças e nas práticas que o seu grupo social tinha por melhores (PONCE, 1986, p.18).

Nesse contexto, a criança obtinha sua primeira educação sem que ninguém a comandasse, recebendo uma porção de alimentos como qualquer outro membro da sociedade. A igualdade existia entre todas as idades. Segundo Saffioti (1979), nas sociedades pré-capitalistas a mulher participava do sistema econômico, detendo relevante papel econômico e social.

Ponce (1986) afirma que o homem na condição de homem é um ser social e está sempre sendo moldado por um ambiente histórico de que não pode ser separado e tem os seus valores formulados a partir da sociedade na qual está inserido. O homem é um produto social do seu

ambiente, uma vez que vários estudiosos do assunto constataram que em uma comunidade primitiva “os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que ajustaram as suas vidas às resoluções de um conselho formado democraticamente por todos os adultos, homens e mulheres da tribo” (p. 17).

A mulher, nesse mesmo tipo de comunidade, desempenhava um papel de igualdade perante os homens e não era vista apenas como reprodutora, além de ser livre. Como não existia a propriedade privada, também não existiam classes sociais e os bens materiais eram coletivos.

Engels (1984) relata que o casamento em grupos existente nessas comunidades primitivas passou a ser visto pelos missionários religiosos⁷ tanto como adultério arbitrário quanto comunidade de mulheres sem escrúpulos. As uniões desse gênero foram desaparecendo e sendo proibidas, tornando cada vez mais intoleráveis e excedidas pela família sindiásmia, em que o homem vive com uma mulher, entretanto a poligamia e a infidelidade “ocasional” mantêm-se como direito masculino.

O lado conjugal da família sindiásmia permite que os filhos pertençam apenas à mãe, antes e depois. Esse modelo exclui o laço conjugal e é ainda a seleção natural que permanece existindo, demonstrando grande valor materno. Podemos dizer que essa família é matriarcal.

Segundo a divisão do trabalho na família naquelas sociedades, o homem tinha por missão a procura do alimento e a confecção dos apetrechos de trabalho necessários para tal efeito. Como consequência, era proprietário destes últimos. Levava-os consigo em caso de separação da mesma forma que a mulher conservava a sua casa.

Conforme Engels (1984), na prática, essas sociedades tinham o homem igualmente proprietário das novas fontes de alimentação e mais tarde, do novo meio de trabalho, o escravo. Outra prática dessa mesma sociedade, bastante pertinente para esta discussão, é que seus filhos não poderiam receber heranças, pois a descendência considerava apenas em linha feminina, os membros herdavam, a princípio, dos seus parentes próximos, que devido a pouca importância, poderia passar aos consanguíneos do lado materno. O fato é que os filhos do falecido pertenciam à mãe, e não ao pai.

O aumento das riquezas, ao longo do tempo permitiu ao homem, de certa forma, uma situação mais importante na família do que a da mulher. Por outro lado, segundo Engels (1984), cresceu a ideia da utilização dessa situação com vistas a estabelecer a ordem de sucessão tradicional em benefício dos filhos do sexo masculino. A condição anterior foi revertida,

⁷ Por exemplo, os jesuítas nas Américas durante o processo de colonização.

levando assim ao fim da filiação feminina, do direito hereditário materno e estabelecendo a filiação masculina e o direito hereditário paterno.

Essa inversão do direito materno, Engels (1984) revela como a grande derrota histórica do sexo feminino porque permitiu ao homem governar também a casa. Conseqüentemente, a mulher foi degradada, dominada e tornou-se escrava do prazer do homem, além de um simples instrumento de reprodução. Um ponto a ser ressaltado é que essa condição humilhante para a mulher foi gradualmente encoberta, dissimulada e em certos lugares, revestidas de formas “moderadas”, mas não suprimidas. A capacidade reprodutora da mulher passou a ser vista, contraditoriamente, como de fragilidade, ao mesmo tempo em que crescia a exploração do trabalho feminino e o controle da reprodução.

Seguindo o raciocínio de Engels (1984), essa reversão proporcionou rápido desenvolvimento da poligamia e da poliandria⁸, sendo necessário uma instituição que assegurasse as novas riquezas dos indivíduos contra as tradições comunistas e que criasse o direito para a classe detentora explorar aquela que não possuísse nada. Além da preponderância da primeira sobre a segunda, trata-se de mudanças quando ocorre o surgimento do Estado.

A família monogâmica foi fundada tendo por base a dominação do homem interessado em procriar filhos, visando a qualidade de herdeiros que entrariam na posse da fortuna paterna. É importante ressaltar que segundo Engels (1984), a família monogâmica também foi instituída sob premissas econômicas não naturais, demonstrando a dominância da propriedade individual sob o comunismo espontâneo primitivo.

No casamento não havia igualdade jurídica de direitos entre o homem e a mulher. No primitivo regime comunista a direção dos trabalhos dada às mulheres era também uma indústria pública e de fornecimento de sustento para os homens. Isso mudou com o advento da família patriarcal e mais ainda com a família individual monogâmica.

Não há propriamente igualdade jurídica de direitos entre o homem e a mulher no casamento. A desigualdade de direitos entre eles, herdada de condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. [...] as coisas mudaram com o advento da família patriarcal, e mais ainda com a família individual monogâmica. A direção dos afazeres caseiros perdeu o seu caráter público. A mulher deixa de ter função social e começa o serviço privado; ela transforma-se então na primeira serva, encarregada de participar assim da produção social (MARX; ENGELS; LENIN, 1979, p. 54-55).

⁸ Poliandria é o estado em que uma só mulher é casada simultaneamente com vários homens.

A indústria abriu oportunidade de carreira para a mulher na produção social, entretanto as condições eram tais, que ela não poderia subtrair-se ao trabalho doméstico da família e tão pouco ganhar na produção social, e aquelas que conseguissem trabalhar na indústria pública, ganhando algo, não poderia ser substituída nos serviços caseiros, tendo que assumir, assim, uma sobrecarga imensa, presente até aos dias atuais, principalmente entre as mulheres rurais. É relevante ressaltar que a opressão do homem sobre a mulher decorreu de um processo econômico de divisão social do trabalho e, portanto, de demarcação das fronteiras e das relações entre o público e o privado.

No campo, o trabalho era relativo à estação do ano e dividido entre o cultivo de produtos alimentícios e matéria-prima. A mulher zelava da casa, do filho, da criação de gado, do leite, do alimento e ainda participava da produção têxtil e até mesmo do pequeno comércio, em geral. Entretanto, estava circunscrita ao lar, conciliando os deveres familiares com o trabalho produtivo. Opitz (1990), explica que o homem trabalhava junto com a mulher.

Engels (1984) ilustra:

[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (ENGELS, 1984, p.71).

Na família monogâmica há o predomínio da figura masculina no espaço doméstico, mudando a posição da mulher e transparecendo uma divisão do trabalho de acordo com a relação hierárquica entre ela e o homem. Essa forma de família permitiu que o homem se tornasse protagonista enquanto a mulher foi relegada a subalternidade no sistema produtivo familiar.

Sendo assim, o homem trabalhando para o sustento da família tornou-se, em relação à mulher, um burguês e a mulher em relação ao homem, a “proletária”. A mulher sofreu opressão pelo fato de ser mulher, sendo vista como inferior ao homem. O caráter dominante do homem sobre a mulher na família moderna não será solucionado enquanto os dois sexos tiverem direitos iguais somente do ponto de vista jurídico e, sim, quando os valores patriarcais e o capitalismo forem extintos. Por essa razão é que Engels (1984) afirma que a união familiar burguesa

aconteceu a partir do interesse privado conservado nessa falsa comunidade de bens, prevalecendo a supremacia masculina.

A partir dos conceitos de Ponce (1986), Engels (1984), Federici (2017) e Toledo (2008) é possível afirmar que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais e históricas. A maior construção histórica referente ao papel subalterno feminino, ainda presente no atual capitalismo, é o fenômeno de caça às bruxas, que será retratado no próximo tópico, o 1.2.

1.2 A esquecida história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo

Neste tópico temos por objetivo discutir a esquecida história das mulheres na “transição⁹” do feudalismo para o capitalismo, repensando o desenvolvimento deste último a partir do ponto de vista da mulher, do corpo e da acumulação primitiva, incluindo a intensificação da violência contra elas e explicitando o fenômeno de caça às bruxas. Para tanto, se faz necessário revisitar esse processo histórico ocorrido entre os séculos XVI e XVII, o que faremos a partir da obra *Calibã e a Bruxa* (2017), de autoria da historiadora feminista Silvia Federici.

Segundo Federici (2017), no processo de acumulação capitalista as mulheres foram produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. O trabalho não remunerado das mulheres no lar, o trabalho doméstico, foi o pilar sobre o qual se arquitetou a exploração dos trabalhadores assalariados.

Marx (2013) analisa a acumulação primitiva do ponto de vista do proletário assalariado do sexo masculino a partir do desenvolvimento das mercadorias. As mercadorias, nessa perspectiva, são aquelas destinadas para a venda e não para uso imediato do produtor. Por sua vez, Federici (2017) analisa o desenvolvimento do capitalismo do ponto de vista das mudanças que ele introduziu no papel social da mulher e na produção de força de trabalho. Para Marx (2013), a acumulação primitiva era precursora do capitalismo, enquanto para essa autora a acumulação primitiva é uma característica fundamental e básica do capitalismo.

Um ponto válido a ressaltar, é que Federici (2017), em sua obra, critica dois grandes nomes: Karl Marx, no que tange à esfera do capital, e Michael Foucault, considerando que a análise foucaultiana se preocupa com as práticas de poder e não com a origem desse poder.

⁹ Para maior detalhamento do termo “TRANSIÇÃO”, ver em FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p.116-117.

Federici afirma, também, que sua análise se afasta da de Marx devido a dois pontos, conforme a citação abaixo:

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletário assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p.26).

A percepção de Federici (2017), em relação à acumulação primitiva, concebe alguns elementos que não estão presentes na obra de Marx que, no entanto, são importantes para o surgimento do modo de produção capitalista, sendo eles:

O desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de reprodução de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.26).

A acumulação primitiva descrita por Marx desencadeou fenômenos que foram trabalhados por Federici (2017) a partir do universo feminino, demonstrando alterações ocorridas a partir da acumulação capitalista. No centro de sua análise está o fenômeno de caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, que segundo ela, foi “[...] tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (p. 26). A autora prossegue afirmando que “[...] a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (p. 27).

A execução de centenas de ‘bruxas’ no começo da Era Moderna entre os séculos XV e XVIII ocorreu de forma simultânea ao surgimento do capitalismo, portanto podemos afirmar tratar-se de uma época de guerra contra as mulheres. A autora supracitada defende que o fenômeno de caça às bruxas pertenceu às mesmas raízes sociais que fundamentaram a gênese do modo de produção capitalista, explicitando a relação entre eles e analisando o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que destina às mulheres a uma posição de inferioridade em relação aos homens.

Nesse contexto, Federici (2017) considera que o processo de caça às bruxas buscou anular o controle que as mulheres haviam adquirido sobre sua função produtiva e preparou terreno para o pleno desenvolvimento do capitalismo, apresentado como regime patriarcal opressor.

Sendo assim, uma questão primordial para a compreensão de estudos referentes à mulher moderna é a transição do feudalismo para o capitalismo que redefiniu as tarefas produtivas e reprodutivas, além das relações homem-mulher nos primórdios da época moderna. Federici (2017) expõe que essa redefinição aconteceu sob muita violência e com a máxima intervenção estatal.

Consideramos importante salientar as diferenças entre o trabalho reprodutivo e o produtivo. O primeiro, na ótica do capital, não é reconhecido socioeconomicamente enquanto o outro é remunerado por meio de salários, juros, lucros (remuneração dos serviços dos fatores de produção, etc.). A mulher no período da transição do feudalismo para o capitalismo, de acordo com esse modo de produção, tinha como objetivo ser uma máquina produtora de mão de obra, isto é, gerar prole para suprir o mercado de mão-de-obra necessária à acumulação de mais-valia para o capital¹⁰. Dito de outra forma, a mulher não desempenhava a função produtiva e sim a reprodutiva, dessa forma a função produtiva ficava a cargo do homem.

Saffioti (1979) corrobora essa análise ao afirmar que o capitalismo se dá em condições extremamente adversas à mulher, marginalizando-a e arrancando-lhe o máximo de mais-valia absoluta¹¹, por meio e “simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salário mais baixos que os masculinos” (p.36).

A mulher, nesse sentido, paga o preço mais alto com seu corpo, seu trabalho e sua vida, sendo sobrecarregada e degradada. Nessa perspectiva, é necessário explicitar a mulher da sociedade feudal para melhor entendimento do universo feminino no período de transição desse modo de produção para o capitalismo, apresentando a posição social feminina na comunidade servil e após o advento da propriedade privada.

1.2.1 O fenômeno de caça às bruxas

Na comunidade servil, a dependência das mulheres em relação aos homens estava limitada ao fato de que acima da autoridade de seus pais e maridos, vigorava a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas, tentando controlar cada referência de suas vidas desde o casamento, o trabalho e a conduta sexual. Federici (2017) demonstra que era o

¹⁰ Produzir mais-valia e, assim, permitir a acumulação de capital por parte do proprietário dos meios de produção. Ou seja, trabalho vivo permitindo a acumulação de trabalho morto (capital). Para maior detalhamento ver: Marx (2013), O Capital, Livro 1, o processo de produção do capital.

¹¹ O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse trabalho pelo capital é chamado de produção da mais-valia absoluta. Para maior detalhamento ver em MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

senhor que mandava no trabalho e nas relações sociais femininas. Um ponto crucial é que o trabalho do feudo estava organizado com base na subsistência e, por isso, a divisão sexual do trabalho era menos rígida que no universo do mundo capitalista.

Na aldeia feudal todo o trabalho contribuía para o sustento familiar, não existindo uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho. Além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta, as mulheres trabalhavam nos campos. As suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não presumiam relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como colaboração de todos para a comuna e tornou-se assalariado.

O trabalho realizado pelas servas na sociedade medieval era realizado em cooperação com outras mulheres, explicitando que “a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía um elemento de poder e de proteção para as mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 53). Entretanto, o poder das mulheres no feudo estava determinado pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais, além das mudanças que essas reivindicações provocavam nas relações entre senhores e servos. Vale ressaltar que a comunidade vivia em constante luta de classes contra o senhor feudal, diferentemente do clima de estagnação que os livros de história tradicionais apresentam. A respeito disto, Rosa Luxemburgo (1976) demonstra que:

Numa exploração à base de escravos ou num feudo senhorial, a reprodução é imposta à força e está regulamentada em todos os seus detalhes pelo regime de domínio pessoal, regime que não conhece outra fronteira além do direito do chefe ou do senhor, dispondo sobre maior ou menor quantidade de força de trabalho alheias. Na sociedade organizada à base da produção capitalista, a reprodução apresenta um aspecto completamente peculiar (LUXEMBURGO, 1979, p.13).

Em relação às mudanças decorrentes do conflito entre senhores e servos, Federici (2017) considera que a mais importante foi à inversão dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro, que colocava a relação feudal sobre o bojo mais contratual. Assim, a servidão acabou funcionando praticamente como um meio de divisão social que contribuiu para a fragmentação da aldeia feudal.

A monetização da vida econômica, a partir do capitalismo, não beneficiou a todos, somente uma reduzida parte da sociedade detentora do poder político e econômico. As mulheres, de todos os estamentos, foram afetadas de modo negativo, reduzindo ainda mais seu acesso à propriedade e à renda, devido a essa crescente comercialização. Federici (2017) cita como exemplo o modelo italiano em que as mulheres perderam seu direito de herdar um terço

da propriedade de seus maridos. As mulheres rurais foram excluídas da posse da terra, principalmente sendo solteiras ou viúvas.

Com o avanço do capitalismo nas cidades, em épocas posteriores, as mulheres alcançaram uma relativa autonomia social que lhes permitiram viver sozinhas ou como chefes de família junto com seus filhos, formando novas comunidades e compartilhando moradia com outras mulheres. Nesse encadeamento, conforme elas ganhavam mais autonomia, assistimos ao começo de uma reação misógina.

Em se tratando dos movimentos populares, foi a heresia que melhor expressou a busca do proletariado medieval por um caminho concreto perante as relações feudais e a crescente economia monetária. Os movimentos heréticos se tornaram uma tentativa consciente de criar uma nova sociedade, validando um marco às demandas populares de justiça social e denunciando as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas. Federici (2017) expõe que por meio dos movimentos heréticos difundiu-se entre o povo uma concepção revolucionária da sociedade, redefinindo todos os aspectos da vida cotidiana e colocando a questão da emancipação em termos universais, de fato.

No caso das mulheres, o movimento herético designou grande posição social, dado que na igreja as mulheres eram marginalizadas, enquanto para os heréticos elas eram consideradas como iguais. Federici (2017) afirma que mulheres, neste contexto, tinham os mesmos direitos que os homens e podiam desfrutar de uma vida social relevante, além de uma mobilidade para pregar e perambular, que não encontravam em outro lugar.

A autora discorre que essa realidade se modifica subsequentemente ao período da Peste Negra, que dizimou mais de um terço da população europeia entre 1347 e 1352, em que o Estado passa a penalizar comportamentos que obstruíssem o crescimento populacional. Assim, a partir do momento em que o controle feminino sobre a reprodução começou a ser percebido como ameaça à estabilidade econômica e social, ocorreu à transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas. A figura do herege cedeu lugar para a da mulher, ideia intensificada no século XV, transformando-a no principal alvo de perseguição.

No final do século XV, o Estado lançou um conjunto de medidas políticas reprodutivas que podem ser observadas por meio da incorporação de jovens trabalhadores e rebeldes mediante uma administração pró-natalista, a qual lhes deu acesso a sexo gratuito. Esse tipo de política estatal transformou a diferença de classes em hostilidade contra as mulheres proletárias. Federici (2017) cita que na França as autoridades municipais praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as mulheres fossem de classe baixa.

O estupro de mulheres pobres com consentimento estatal enfraqueceu a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal. Uma vez estupradas, as mulheres não conseguiam recuperar sua posição na sociedade, sendo automaticamente obrigadas a abandonar as cidades ou a se dedicarem a prostituição. Assim, essa espécie de legalização do estupro degradou todas as mulheres, independentemente de classes. Além disso, desumanizou a população diante da violência contra as mulheres, cuidando e preparando o terreno para a perseguição às bruxas, que começou nesse mesmo período.

Outro aspecto da política sexual estatal foi a institucionalização da prostituição. Federici (2017) revela que a prostituição foi vista pelo Estado como um remédio contra a rebeldia da juventude proletária. Os bordéis eram considerados “remédios” contra a homossexualidade, além de serem financiados e mantidos por meio de impostos. A igreja também via a prostituição como atividade legítima, sendo um meio para proteger a vida familiar. Nessa conjuntura, o Estado se tornou o líder supremo das relações de classe e o gestor de reprodução da força de trabalho.

Esse é o contexto histórico que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres - especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América - foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arremessar e dividir a força de trabalho (FEDERICI, 2017, p.126).

O vilarejo feudal foi suprimido com o cercamento dos campos, os *enclosures* na Inglaterra, e das terras comunais, aprofundando as diferenças econômicas em relação à população rural e fazendo com que desaparecesse a cooperação no trabalho agrícola. Segundo Wood (2001), é comum pensar o cercamento como a colocação de cercas em volta das terras comunais. Entretanto, essa ação significou a “extinção das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso, dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas” (p. 91). Dessa maneira, as guerras e a privatização da terra empobreceram a classe trabalhadora.

Polanyi (2000) respalda essa afirmação, pois conforme ele, a expulsão dos camponeses das terras comunais e a instituição da propriedade privada permitiram a formação dos mercados de trabalho e de terra. Além disso, afirma que a privatização das terras evocou a desgraça do povo.

Na Europa, Federici (2017) expõe que a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial e com a caça às bruxas. Wood (2001) corrobora que a primeira grande onda de cercamentos ocorreu no século XVI. A privatização, nesse contexto,

também é chamada de expropriação, visto que a perda da terra se dava contra a vontade do indivíduo. Na Inglaterra, as lutas contra os cercamentos dos campos começaram no final do século XV e continuaram durante os séculos XVI e XVII, contando com a forte presença de mulheres entre os rebeldes. Polanyi (2000) ressalta o ambiente de lutas, marcado e chamado pela revolução dos ricos contra os pobres.

Federici (2017) prossegue validando que a presença feminina acentuada foi atribuída à crença de que as mulheres estavam acima da lei, protegidas legalmente por seus maridos. “Até mesmo os homens, diz-se, se vestiam como mulheres para arrancar as cercas” (p.143).

As mulheres foram as que mais perderam com a expropriação e com os cercamentos dos campos. O vilarejo comunitário se desintegrou e a terra foi perdida. A partir do momento em que a terra foi privatizada, as relações monetárias começaram a coordenar a vida econômica, e, conseqüentemente, as mulheres encontraram maiores dificuldades do que os homens para se sustentarem, confinadas ao trabalho reprodutivo, absolutamente desvalorizado.

Com a mudança da economia de subsistência e das atividades de produção típicas de sociedades baseadas na produção, que havia predominado na Europa pré-capitalista para uma economia monetária, as tarefas foram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário somente a produção destinada ao mercado tinha valor.

Federici (2017) ilustra o exposto da seguinte maneira:

No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio (FEDERICI, 2017, p.145).

Essas mudanças históricas redefiniram a posição das mulheres na sociedade e perante o homem. A divisão sexual do trabalho que aflorou desse contexto sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, aumentando sua dependência em relação ao homem e permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como forma de controle do trabalho feminino. A mulher, nesse sentido, sofreu um processo extraordinário de degradação social, fundamental para a acumulação de capital. Problema que permanece até os dias atuais.

Observamos que as políticas sexuais propostas pelo Estado interferiram na vida familiar, na procriação e na supervisão da sexualidade, preparando e mantendo o ambiente para a grande perseguição contra as mulheres. Federici (2017) declara que o Estado, ao perceber o poder feminino em relação ao controle da natalidade, lançou guerra contra as mulheres por meio da

caça às bruxas, com vistas ao controle do útero e da sexualidade não procriativa, acusando, ao mesmo tempo, as mulheres de sacrificarem a alma dos seus filhos para o demônio.

Em consequência disso, mulheres passaram a ser processadas e nos séculos XVI e XVII adentraram nas cortes da Europa, pela primeira vez, com nome próprio e na condição de legalmente adultas, sob a acusação de serem bruxas e assassinas de crianças.

Como dar conta do fato de que, durante mais de dois séculos, em distintos países europeus, centenas de milhares de mulheres tenham sido julgadas, torturadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de terem vendido seu corpo e sua alma ao demônio e, por meios mágicos, assassinado inúmeras crianças, sugado seu sangue, fabricado poções com sua carne, causado a morte de seus vizinhos, destruído gado e cultivos, provocado tempestades e realizado muitas outras abominações? (De todo modo, ainda hoje, alguns historiadores nos pedem que acreditemos que a caça às bruxas foi completamente razoável no contexto da estrutura de crenças da época!) (FEDERICI, 2017, p. 304).

O resultado de políticas de controle feminino destinou às mulheres a escravidão e à procriação. Federici (2017) considera que enquanto as mulheres da Idade Média, entre os séculos V e XV, podiam usufruir de métodos contraceptivos e exercerem controle sobre o parto, no período posterior, os úteros foram transformados em territórios políticos, controlados por homens e pelo Estado, colocando a procriação diretamente a serviço da acumulação capitalista.

A procriação, por assim dizer, tornou-se terreno de exploração e resistência. Esse aspecto é ausente na obra de Marx, que nunca reconheceu a procriação como forma de exploração. Marx tratou homens e mulheres como neutros no que diz respeito a fazer filhos, não imaginando que mulheres pudessem rejeitar a se reproduzir. Assim, jamais prevendo que essa rejeição feminina se tornaria parte da luta de classes.

As mudanças na procriação e no papel social da mulher não são “naturais”, já que em todas as fases do desenvolvimento capitalista o Estado precisou recorrer à coerção e/ou regulação para expandir ou reduzir força de trabalho. Nesse panorama, podemos ressaltar que a doutrina religiosa sempre proibiu os métodos contraceptivos. Isso demonstra como o capitalismo, ao introduzir novas práticas, fundamenta-se em outras anteriores, porém a partir de ideologias diferentes. As causas não naturais que possibilitaram esse terreno foram explicitadas no tópico anterior, demonstrando que as raízes são muito mais intensas e se encontram desde a mulher pré-capitalista.

[...], mas, mesmo depois — e até o presente —, o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de

seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador. Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada (MARTIN, 1987, p. 19-21, apud FEDERICI, 2017, p. 180).

Coagir as mulheres a se reproduzirem contra a sua vontade, produzindo para o Estado, é apenas uma definição incompleta das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho, desde que elas também perderam espaço em trabalhos e outras funções sociais que, até então, havia ocupado tradicionalmente. Federici (2017) aponta que as mulheres proletárias encontraram dificuldades para obterem qualquer tipo de emprego além daqueles que fossem de pouco prestígio, tais como: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, ou amas de leite.

Desse modo, percebemos que as mulheres rurais desempenham papel de pouco *status* desde os séculos XVI e XVII. Essa informação é essencial no âmbito desta dissertação já que entender as origens da opressão é indispensável para o estudo das mulheres rurais beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra de Orizóna, que se sobrecarregam de trabalho no ápice do modo de produção capitalista, e em pleno século XXI.

Na Europa pré-capitalista, conforme foi explicitado no primeiro tópico, a subordinação das mulheres aos homens foi amenizada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto que no novo modo de produção elas se tornaram o próprio bem comum. A caça às bruxas, nesse sentido, exerceu papel fundamental na construção da nova função social e ao mesmo tempo na degradação da identidade social feminina, servindo de subterfúgios para o ataque àquelas que tentavam ir contra o novo contexto que vinha se formando. “A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indelévels em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades” (FEDERICI, 2017, p.203).

Federici (2017) expressa que a caça às bruxas desmanchou o universo de práticas femininas das relações coletivas e os sistemas de conhecimento que, até então, tinha sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista. Destruiu também a condição que resistia na luta contra o feudalismo, remetendo à derrocada citada por Engels (1984) da passagem do matriarcado para o patriarcado.

Na época do evento de caça às bruxas, mulheres eram vistas como seres selvagens, rebeldes, incapazes de autocontrole. No século XVIII essa situação foi revertida e as mulheres passaram a ser retratadas como seres passivos, assexuados, “mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles” (FEDERICI, 2017, p.205).

Como foi demonstrado, a caça às bruxas permitiu a composição de uma nova ordem patriarcal, construída milimetricamente, tornando as mulheres criadas da força de trabalho masculina e redefinindo as tarefas produtivas e reprodutivas, sendo primordial para o desenvolvimento do capitalismo. A caça às bruxas, dessa forma, aprofundou a divisão entre homens e mulheres, redefinindo os principais elementos da reprodução social, modificando os formatos de família e, além disto, a posição feminina.

1.3 A mulher e a família nuclear burguesa

Para elucidar as condições atuais da família e, a vista disso, a hierarquia de sexo, é importante a análise de Mark Poster feita em sua obra *Teoria Crítica da Família*, de 1979. Poster (1979) propõe um estudo sobre os modelos de estrutura da família reconstruindo o papel da mulher ao longo de diferentes períodos. Essa teoria crítica é elaborada para apresentar quatro modelos de estrutura familiar revisitando a história da família no período que abarca o fenômeno de caça às bruxas até a solidificação da família burguesa, cujo modelo ainda é hegemônico no mundo ocidental.

Poster (1979) apresenta os modelos como sendo: a família burguesa, do século XIX; a família aristocrática, séculos XVI e XVII; a família camponesa, séculos XVI e XVII e a família da classe trabalhadora, dos primórdios da Revolução Industrial¹². Os dados usados para descrever os quatro modelos pertencem à história da família europeia e são pertinentes para compreensão sobre a mulher no meio familiar burguês, sendo o tipo de maior opressão feminina da história, até o momento.

Poster (1979) discorre sobre a família burguesa pressupondo seu nascimento no seio da burguesia da Europa, a partir de 1750. A burguesia desenvolveu um modelo de família frequentemente adotado como molde para todas as outras estruturas familiares e por definição está localizada em áreas urbanas. A família burguesa apresenta-se como o modelo tradicional de família nas sociedades patriarcais.

A invenção do casamento burguês, historicamente, se ancorou no acorrentamento da mulher ao homem e, as relações nesse modelo de família eram conduzidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais. Assim, o marido era a autoridade dominante sobre a mulher e

¹² Marx (1989) entende que a maquinaria permite a utilização do trabalho das mulheres e das crianças (sem força muscular e/ou com desenvolvimento físico incompleto), transformando-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados sob o domínio direto do capital (p. 449).

provia o sustento da família por meio do trabalho no mercado ou na fábrica. Enquanto isso, a esposa, considerada menos capaz, menos ajuizada e menos racional, preocupava-se tão somente com o lar, limpando e decorando, às vezes com a ajuda de criadas, de acordo com o *status* social do marido, considerado autônomo, não importando de quem a esposa era dependente.

A esposa era destinada ainda, naturalmente, a cuidar dos filhos. Poster (1979) afirma que, portanto, uma forma de amor maternal foi considerada natural em relação às mulheres que zelavam pela sobrevivência dos filhos, treinando-os para ocuparem o lugar que lhes cabia na sociedade.

Assim, durante a maior parte de sua vida, as mulheres burguesas estavam confinadas ao lar como nunca o haviam estado antes; tinham que criar e educar os filhos, manter o lar e prover às necessidades do marido, deixando de lado transformações políticas e econômicas que se processavam à volta delas (POSTER, 1979, p.188).

Qualquer trabalho feito por mulheres dentro de casa não era trabalho, mesmo que fosse voltado ao mercado. Se a mulher costurava, era considerado trabalho doméstico, mesmo que os produtos confeccionados não fossem destinados para sua própria família. Enquanto isso, quando um homem realizava o mesmo trabalho, era considerado como “produtivo”.

O trabalho feminino, até mesmo quando era feito fora de casa, recebia um valor menor do que o trabalho masculino. Esse valor não era suficiente para que mulheres pudessem viver dele, propositalmente. Federici (2017) expõe que nesse contexto o casamento era visto como uma carreira, já que as mulheres eram tidas como incapazes de sobreviverem sozinhas. Essa condição era algo inerente, provado a partir do fato de que quando uma mulher solteira tentava se ajustar em um vilarejo ela era expulsa, mesmo que tivesse um salário, corroborando para uma massificação da prostituição.

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (FEDERICI, 2017, p.191).

A exclusão das mulheres da esfera do trabalho, socialmente reconhecido e das relações monetárias, se relaciona diretamente com a imposição da maternidade forçada e com a

massificação da caça às bruxas. Esses fenômenos ocorreram de forma progressiva, fornecendo as bases necessárias para a fixação feminina no trabalho reprodutivo, além de sua utilização como trabalho mal remunerado.

As diferenças sexuais existentes com vistas a promover os interesses da classe dominante masculina converteram-se em diferenças de personalidade. Ao homem, a masculinidade passa a ser definida como a capacidade para ser agressivo, racional e ativo, enquanto para a mulher, a feminilidade definia-se a partir da capacidade de expressar emoções. A mulher começou a ser vista como vulnerável, irracional, passiva e falha.

O segundo modelo de família presente na teoria crítica de Poster (1979) é definido como o da aristocracia europeia. No antigo regime, as casas aristocráticas incluíam parentes, dependentes, criados e clientes, consistindo em agrupamentos de 40 até mais de 200 pessoas. O casamento era simplesmente um ato político, não se relacionando com sexo. A vida cotidiana era um aglomerado de trocas públicas, cujo centro era o *status* da casa e não a unidade conjugal, não existindo a noção de propriedade privada.

A autoridade da casa era organizada hierarquicamente, independentemente de interferências externas e mesmo com as mesmas normas gerais de patriarcado e monogamia, essa família se diferenciava devido à sua variedade na estrutura. A mãe simbolizava mais uma estrutura política do que amor romântico, diferentemente da mãe burguesa.

Poster (1979) demonstra que mesmo com a escassez de provas referentes à estrutura da família aristocrática, podemos concluir que as mesmas atribuíam pouco valor à privacidade, aos cuidados maternos, à domesticidade e as relações íntimas com as crianças.

A estrutura da família camponesa, terceiro modelo crítico apresentado por Poster (1979), tinha mais em comum com a aristocracia do que com a moderna burguesia. Do século XVI ao XVII os camponeses de certas regiões foram influenciados pela modernização, com os cercados e a lavoura científica. Já em outras áreas, a vida camponesa prosseguiu inalterada. Como explicitado no tópico anterior, mulheres camponesas foram duramente perseguidas no período de caça às bruxas, sendo consideradas de baixo prestígio.

O autor acima citado afirma que o pouco que se tem em relação a documentos sobre a família camponesa, é de valor inestimável. O campesinato levado em consideração é aquele vivido em aldeias, sendo a aldeia, a família do camponês. Assim, a autoridade social estava investida na própria aldeia, e não no pai. Tudo que acontecia dentro de uma família era observado, conhecido e fiscalizado pela aldeia. A terra para o camponês era a vida. Pernoud (1997) ratifica essa assertiva, afirmando que a aldeia era extremamente importante, já que contava-se o número de fogos e não o número de indivíduos que a compunham. Isso ocorria na

legislação, pois todas as providências tomadas diziam respeito aos bens de família, “ao interesse da linhagem, ou, estendendo esta noção familiar a um círculo mais importante, ao interesse do grupo, do corpo de ofício” (p.14).

Homens e mulheres que trabalhavam no campo detinham funções separadas a desempenhar e, estas últimas eram subordinadas, embora em sua esfera tivesse determinado poder. O trabalho feminino era vital para a sobrevivência da família e da comunidade, trabalhando por longas horas, assim como as mulheres rurais do século XXI. As crianças dependiam da comunidade e não dos pais, pois as relações sociais eram baseadas na solidariedade e não na troca, no mercado. Pernoud (1997) afirma que a mulher e os filhos eram submetidos e permaneciam em relação ao marido/pai em um estado de menoridade perpétua, “o poder de usar e abusar” (p.15).

Diferentemente da burguesa, a família camponesa possuía uma estrutura bastante específica, tendo a autoridade difundida por toda aldeia com numerosos adultos. Os modelos de família aristocrática e camponesa enfatizam o caráter único da família burguesa. Poster (1979) expõe que no caso da família trabalhadora a estrutura sofreu mudanças extravagantes em menos de dois séculos, desenvolvidas sob angústia social e econômica. Essas mudanças resultaram na aproximação da família trabalhadora à família burguesa, evidenciando a tímida divisão sexual do trabalho.

Federici (2017), como já foi dito anteriormente, afirma que a família nuclear burguesa surgiu no período de acumulação primitiva como sendo a instituição mais importante para a opressão e para o ocultamento do trabalho feminino. Na estrutura da família trabalhadora dos primórdios do capitalismo as relações entre homens e mulheres propendiam a insubordinar os padrões patriarcais, visto que as mulheres ganhavam dinheiro fora de casa e realizavam os afazeres domésticos, sendo isso no primeiro estágio desse modo de produção.

Bottini e Batista (2013) afirmam que as mulheres e crianças foram inseridas no mercado de trabalho por duas razões: a primeira dela porque era vantajoso para os industriais substituírem o trabalho do homem, pelos destes; a segunda porque os salários dos homens empregados se tornaram muito baixos, sendo necessário que as mulheres complementassem a renda familiar adentrando na fábrica. A mulher continuou sendo responsável pelos afazeres domésticos, passando a lidar com uma dupla jornada de trabalho, recebendo salários inferiores e se sujeitando à intensa exploração.

As mulheres, assim como as crianças, foram incorporadas no mercado de trabalho por duas razões. Por um lado era interessante para os industriais substituir o trabalho do homem adulto, por outro, os salários dos homens que

continuavam empregados caíram e se tornaram muito baixos, de tal maneira que as mulheres tiveram que complementar a renda familiar, por isso adentraram o espaço da fábrica, porém continuaram responsáveis pelos afazeres domésticos, passando a cumprir dupla jornada de trabalho, recebendo salários inferiores aqueles pagos aos homens e assim se sujeitando a uma intensa exploração. O trabalho da mulher é um fator desagregador da família, pois se ela passa 12 a 13 horas por dia na fábrica, como então preocupar-se com a casa, marido e educar os filhos (BOTTINI; BATISTA, 2013, p.13).

A partir das mudanças, para as mulheres foram criados novos empregos nas fábricas de tecidos e, posteriormente, administrativos. A dominação masculina, nesse cenário, continuou assumindo novas formas, no lar e na fábrica. Sendo uma delas as ações dos liberais ocorridas nas últimas décadas do século XIX, no sentido de limitar as horas de trabalho das mulheres e das crianças, que eram realizadas nas fábricas. Segundo Engels (1984), isso ocorria com vistas a assegurar a presença feminina no meio doméstico, ocasionando um ambiente familiar apropriado. Marx (1973) afirma que o desenvolvimento do modo de produção capitalista gerou efeitos, e um desses efeitos teria sido a exploração da força de trabalho de crianças e mulheres que viviam nas fábricas.

Crianças e mulheres, além de serem mais “dóceis e maleáveis”, também custavam menos ao empresário capitalista. Por volta de 1860, enquanto um operário adulto custava entre 18 e 45 xelins por semana, três meninos de 13 anos de idade custavam entre seis e oito xelins. Tal vantagem era tão lucrativa que o empresário capitalista preferia usar o trabalho de mulheres e crianças ao invés das máquinas, pois acarretaria um aumento no preço da produção (CUNHA, 2013, p.85).

Engels (2008) destaca outra forma de dominação masculina, que é o aumento da mortalidade das crianças em consequência do retorno das mães às fábricas, após o parto. Isso acontecia porque era comum o recém-nascido ficar sob os cuidados do irmão um pouco mais velho. Na hora das refeições, a criança era levada até a mãe “Não é difícil imaginar em que condições ocorria esse aleitamento” (p.181).

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX, 2007, p.36).

Diante das condições das fábricas a mulher, sob a família proletária, viu-se cada vez mais no lar com os filhos, resultando no segundo estágio da família proletária. Poster (1979)

mostra que o padrão burguês de diferenciação dos papéis sexuais começou a exercer efeito, contudo essa completa domesticidade burguesa ainda não atingira a classe trabalhadora. A tendência dos trabalhadores do sexo masculino era formarem uma sociedade masculina que gravitava em torno do trabalho e do bar, enquanto as mulheres, necessariamente, estabeleceriam sua comunidade baseada na residência.

O terceiro estágio da família trabalhadora aconteceu por volta da década de 1950, quando “o casal” se mudou para as cidades fabris e o vínculo com a mãe e a comunidade foi quebrado¹³. Poster (1979) expõe que a mulher proletária inglesa ficou isolada no lar e o marido trocou o bar pela domesticidade. Nessa realidade, os filhos passaram a construir um centro de atenção prioritário, adotando plenamente o padrão da família burguesa, mas apenas nesse estágio.

De acordo com os quatro modelos expostos por Poster (1979), é possível destacar o modelo burguês em relação aos outros, pressupondo que a história da família consiste em padrões familiares distintos e com sua própria história, requerendo seu próprio conjunto de origem, explicações e mudança. No novo contexto, a família tornou-se unidade de consumo, e padrões sexuais tenderam a ser revertidos.

O capitalismo recente pressiona a família e faz com que haja movimentação entre as mulheres contra essa pressão. Anteriormente, os papéis restringiam a mulher ao lar e à dominação masculina em geral, posteriormente, as mulheres começaram a exigir oportunidades iguais de trabalho e igualdade de salário, ameaçando o patriarcado e, essencialmente, o lar. Assim, podemos afirmar que a família burguesa não sobrevive a uma revolução dos papéis sexuais.

Na burguesia do século XIX, as mulheres eram consideradas assexuais; as feministas sustentam agora, com apoio da opinião médica, que as mulheres têm impulsos sexuais que são tão profundos quanto os dos homens. No século XIX, as respeitáveis senhoras burguesas evitavam a política e os negócios; tais reticências caíram hoje em descrédito. No século XIX, a tranquilidade doméstica e os cuidados maternos eram responsabilidade das mulheres; hoje, são cada vez mais considerados tarefas para ambos os cônjuges. Quando os homens repartem com as mulheres a realização das tarefas domésticas e a assistência aos filhos pequenos, importantes mecanismos do patriarcado são ameaçados (POSTER, 1979, p.218).

De acordo com Engels (1984), a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas veio se alterando ao longo dos séculos, porém, esse processo se consolidou a partir do

¹³ Charles Dickens em sua obra *David Copperfield*, de 1850, apresenta que a exploração é regra na sociedade industrial de seu tempo. Dickens se baseia em sua própria experiência como criança para descrever a desumanidade do trabalho infantil e da prisão dos devedores. Essa época coincide com o terceiro estágio da família trabalhadora.

desenvolvimento do capital e do aumento da mais valia. Ponce (1986) afirma que as questões sociais e de relação social de produção são os elementos que desvalorizaram a mulher, pois a partir dessa nova configuração de sociedade ela perdeu espaço como mão de obra e ficou destinada aos afazeres domésticos.

Conforme já mencionamos em passagens anteriores, Bottini e Batista (2013), nessa perspectiva, afirmam que a mulher foi obrigada a encarar o trabalho fabril, já que os salários masculinos não garantiam a subsistência familiar. Essa situação mudou profundamente suas vidas porque elas passaram a desempenhar dupla jornada de trabalho, continuando a cumprir as funções de reprodução no âmbito doméstico e nas fábricas ficaram encarregadas da realização de atividades precárias em funções multilaterais. Assim como os homens operários, as mulheres foram condenadas ao trabalho para poderem sobreviver.

Poster (1979) acrescenta que para os valores burgueses, mulheres saindo de casa e homens ajudando em seus afazeres domésticos, ameaçam o patriarcado. A opressão precisa ser mantida como elemento crucial capitalista, que depende da subalternidade feminina, além do seu corpo, para reprodução. Para Engels (2008), o trabalho da mulher fora de casa necessariamente desagrega a família, causando nefastas consequências morais para os cônjuges e para as crianças. Nessa perspectiva, Toledo (2008) afirma que a opressão não se trata apenas de categorias econômicas, mas sim, um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, ideológicas e culturais.

Entendemos, portanto, que o capitalismo, desde seus primórdios, submete a mulher a relações de opressão e subalternidade, que conforme descrito anteriormente, é decorrente de processos históricos em que os espaços, a história e o mundo são vistos e analisados sob a ótica masculina. Nesse sentido, a mulher atual não nasceu oprimida ou inferior, mas devido às relações de trabalho e de sexo que foram historicamente construídas, passou a ser vista desta forma. Logo, a propriedade privada é responsável pela manutenção do patriarcado, desvalorizando a mulher e intensificando a divisão sexual do trabalho.

1.4 A divisão sexual do trabalho

Daniéle Kergoat, em Dicionário Crítico do Feminismo (2009), afirma que homens e mulheres são envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. “Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, divisão sexual do trabalho” (p. 67).

Essa divisão sexual do trabalho é a forma social decorrente das relações sociais de sexo, que é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem como características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009). Essa autora acrescenta ainda que essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher).

A diferença de poder entre homens e mulheres permitiu ao capitalismo ampliar imensamente a parte não remunerada do dia de trabalho, usando o salário masculino para acumular trabalho feminino. Podemos dizer ainda, que o antagonismo de classes foi substituído por um antagonismo entre mulheres e homens. “Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (FEDERICI, 2017, p. 234).

Segundo Sousa e Guedes (2016), havia na sociedade, de forma geral, uma divisão entre o domínio do público e privado. Nesse sentido, os homens pertenciam à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar era a atividade de contrapartida feminina, dado o sustento financeiro do marido. Sendo assim, eles corroboram com Kergoat (2009), afirmando que na divisão entre o público e o privado tem-se a divisão sexual do trabalho, que define os homens como provedores e as mulheres como cuidadoras. Nesse cenário, as atribuições sociais, ao mesmo tempo, estabeleciam as mulheres no espaço privado e destinavam os homens ao espaço público.

Os autores supramencionados ressaltam que essa realidade se modifica com as transformações no quadro socioeconômico e com a força do movimento feminista no século XX e se agrava conforme avança o capitalismo, fragilizando a divisão entre o público/homem provedor e o privado/mulher cuidadora. Isso permite definir que a divisão sexual do trabalho é reconfigurada, mas sem mudança significativa, estrutural, ou em sua essência, visto que ainda permanecem as concepções culturais, delegando às mulheres responsabilidades de reprodução social.

Uma nova divisão sexual do trabalho não somente diferenciou tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também definiu suas vidas, suas experiências e suas relações com o capital. Desse modo, Federici (2017) afirma que a divisão sexual do trabalho foi uma relação de poder que dividiu a força de trabalho e impulsionou a acumulação capitalista.

No campo, esse contexto da desigualdade, no que tange ao trabalho feminino, é intensificado, visto que segundo Sousa e Guedes (2016), a não consideração dos afazeres

domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, Poster (1979) afirma que as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reservava às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira.

Dessa forma, devido à problemática da pesquisa, é necessário entender até que ponto o projeto Energia Mulheres da Terra, objeto desse estudo, seria uma forma de reintegrar mulheres rurais na sociedade capitalista atual de forma justa, equiparando seus direitos, ou seria apenas uma forma de incorporar essas mulheres rurais no regime de acumulação integral, sobrecarregando-as, incluindo-as sem mexer na estrutura da sociedade capitalista e agindo de forma ideológica. Para tal, no próximo tópico realizou-se um estudo que melhor explicita o capitalismo na era da acumulação integral, com vistas a entender de fato a realidade das mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra, de Orizona (GO).

1.5 A mulher e o regime de acumulação integral

O capitalismo porta uma longa história e nessa perspectiva, Nildo Viana, em seu livro: “O capitalismo na era da acumulação integral”, de 2009, acredita em sua não eternidade¹⁴, discutindo a historicidade da sociedade capitalista apresentando o seu caráter transitório e histórico. Viana (2009) também acredita que devido a essa característica, conforme o capitalismo atravessa diversas fases de desenvolvimento, por conseguinte, sua reprodução fica cada vez mais difícil. Assim, as formas assumidas pelo capitalismo são definidas por regime de acumulação.

Essas fases de desenvolvimento, também definidas por crises no capitalismo e do capitalismo, entendidas sob diferentes formas. Para Gramsci (1988), a crise significa que o velho parou de se reproduzir e o novo ainda não pode aflorar. Rosa Luxemburgo (1976) afirma que o processo de produção é:

Em todos os graus da evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si. A reprodução depende em igual grau de ambos os fatores (LUXEMBURGO, 1976, p.12).

¹⁴ Segundo Viana (2009) existem limites humanos e naturais que tornam o capitalismo um período transitório na história da humanidade (p.32).

Do exposto, entendemos que a sociedade capitalista vive em permanente dificuldade de reprodução; embora, segundo Campos, Viana e Soares (2015), sua essência permaneça intacta, vivendo constantemente em transformação.

Viana (2009) prossegue afirmando que o regime de acumulação integral, nesse cenário, produz mudanças nos aspectos básicos e definidores de um regime de acumulação, (processo de valorização, formação estatal e exploração internacional) provocando também mudanças culturais e sociais na sociedade em geral. Cada período histórico possui respectiva característica referente ao desenvolvimento capitalista. Conforme os autores Campos, Viana e Soares (2015), o novo regime de acumulação integral, buscando superar a crise do regime de acumulação anterior, aumenta a taxa de exploração que existia anteriormente. Isso significa o aumento da produtividade com a utilização de formas de exploração, além do fim dos direitos trabalhistas.

Um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (CAMPOS; VIANA; SOARES, 2015, p. 29-30).

Nesse cenário, segundo Viana (2009), um regime de acumulação é constituído pela seguinte tríplice: I. determinadas formas do processo de valorização -*taylorismo, fordismo, Toyotismo*-; II. formas de organização estatal - Estado liberal, liberal-democrático, neoliberal e afins; III. formas específicas de exploração internacional-neocolonialismo, imperialismo, neoimperialismo.

A afirmação principal consiste no fato de que mesmo o capitalismo se modificando ao longo dos séculos em suas formas, seus fundamentos continuam os mesmos: extração de mais-valor¹⁵ e a luta de classes.

É necessário apontar o regime de acumulação integral para compreender a concreta situação dessas mulheres na sociedade capitalista contemporânea. Portanto, dessa forma, pretendemos verificar se o projeto promove a integração das mulheres rurais na sociedade ou se é apenas um instrumento da reprodução e/ou acumulação ampliada do capital. À vista disso, exporemos neste item a teoria dos regimes de acumulação, as características do atual regime e as bases do regime de acumulação integral que, respectivamente, são: o Toyotismo; o neoliberalismo e o neoimperialismo. Entender o atual regime de acumulação integral e suas

¹⁵ Karl Marx em O Capital (2013) revelou que a exploração na sociedade capitalista tem como fundamento a extração de mais-valor no processo de produção de mercadorias. Para maior detalhamento ver: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

consequências permite situar as mulheres rurais de Orizona, beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra, nessa lógica capitalista opressora do Estado neoliberal do século XXI que constrange e continua degradando todos os trabalhadores e, particularmente, as mulheres.

1.5.1 Os regimes de acumulação

Antes de adentrarmos no regime de acumulação integral, é fundamental apresentar uma periodização do modo de produção capitalista. Essa periodização permite conhecer as bases teóricas presentes no regime atual, que tem como essência fundamental a produção de mais-valor. Essa periodização permite entender o processo concreto do desenvolvimento do capitalismo e a sucessão dos regimes de acumulação.

Viana (2009) expõe que o desenvolvimento da história da humanidade pode ser compreendido a partir da sucessão dos modos de produção. Campos, Viana e Soares (2015), legitimam essa análise, afirmando que a essência da sociedade capitalista está em seu modo de produção e em suas relações de produção.

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista pode ser percebido como uma sucessão de regimes de acumulação, marcada pela manutenção das relações de produção capitalistas que já predominavam no regime anterior, seguindo a dinâmica da acumulação de capital. É importante ressaltar que segundo Campos, Viana e Soares (2015), no capitalismo a sua estrutura sempre encontra dificuldade em realizar sua reprodução.

A origem do termo “regime de acumulação” é apresentada por Viana (2009) como sendo recente. Somente no modo de produção capitalista é que esse conceito foi desenvolvido, mesmo que os modos de produção existam desde o início da humanidade. Segundo Braga (2013), o termo “regime de acumulação” não é um termo antigo e muito menos consensual entre os diversos teóricos que o utilizaram em suas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o regime de acumulação é a forma que o capitalismo atinge durante seu desenvolvimento.

O desenvolvimento capitalista possui uma propensão determinada em sua essência, que é a produção de mais-valor, que de acordo com Viana (2009), permite a acumulação de capital que gera a reprodução ampliada, a centralização e a concentração do capital. Logo, há a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional. E não menos importante: o Estado permanece ao lado garantindo todos os processos. Além dessa propensão, outras situações acontecem.

Um exemplo é a resistência operária na esfera da produção, além das contestações feitas pela sociedade civil, que são constantemente amenizadas e controladas pelo Estado. A luta operária tende a ameaçar a existência do modo de produção capitalista, gerando crise. Outra tendência capitalista é a declinante taxa de lucro médio, que leva a classe dominante a aumentar a exploração para compensar essa queda, além da ação estatal repressiva e ideológica.

As crises do capitalismo ocorrem justamente quando um desses dois desdobramentos assumem certa radicalidade e, na verdade, um reforça o outro, pois as conquistas do proletariado interferem na extração de mais-valor, reforçando a tendência da queda da taxa de lucro e esta tendência, realizando-se e provocando a ação reativa da classe burguesa no sentido de aumentar a exploração para compensar tal queda, reforça o descontentamento e a luta do proletariado. Assim, um tende a reforçar o outro e proporcionar uma crise. Esta crise ou gera um processo revolucionário e abolição do capitalismo ou então proporciona uma mudança no interior do capitalismo, isto é, uma mudança no regime de acumulação (VIANA, 2009, p.31-32).

Nessa perspectiva, um dos fundamentos da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, nessa sociedade, é a disputa pelo controle do tempo. Enquanto o interesse da burguesia é ampliar o tempo de trabalho com vistas à manutenção da produção de mais-valor, o interesse do proletário é diminuir o máximo possível esse tempo. Essa discrepância de interesses gera conflitos.

Sendo assim, as crises e/ou conflitos expressam a sucessão dos regimes de acumulação e, em outras palavras, um regime de acumulação expressa à luta de classes em determinado estágio do desenvolvimento capitalista. É relevante ressaltar que a cada regime de acumulação, o capitalismo encontra maior dificuldade em se reproduzir. Nessa lógica, uma crise pode ocasionar a transformação social ou um novo regime de acumulação que irá suceder o anterior, baseado na intensa exploração devido a sua dificuldade de reprodução. A forma estatal se torna cada vez mais repressiva, interferindo em todas as esferas da vida social, mantendo a opressão do sistema.

O regime de acumulação é, portanto, uma forma de manifestação da luta de classes de forma estabilizada. Viana (2009) revela que o regime de acumulação se expressa em determinada forma de organização do trabalho, conforme já descrito antes, (*taylorismo, fordismo e toyotismo*), determinada forma de organização estatal e determinada forma de relações internacionais.

A partir da definição de regime de acumulação feita por Viana (2009), é possível explicitar a sucessão dos regimes de acumulação que ocorreram na Europa Ocidental e nos países imperialistas. O autor retrata da seguinte forma:

Depois da acumulação primitiva do capital, tivemos o regime de acumulação extensivo (que durou desde o período da revolução industrial até o fim do século XIX); o regime de acumulação intensivo (vigente do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); o regime de acumulação intensivo-extensivo (que vai do Pós-Segunda Guerra Mundial até o fim do século XX); o regime de acumulação integral (que vai do século XX até a atualidade) (VIANA, 2009, p. 34).

Viana (2009) esclarece, também, que o primeiro regime de acumulação capitalista verdadeiramente dito é o regime de acumulação extensivo, que se caracteriza pela extração de mais-valor absoluto por meio do Estado liberal e do neocolonialismo. O Estado Liberal atuava como veículo de dominação burguesa sobre o proletariado, com vistas a sustentar o processo de exploração. O Estado também restringia a participação do proletário em políticas estatais e a política vigente era de acordo com os interesses da burguesia.

O mais-valor absoluto estava presente nas jornadas de trabalho prolongadas, na exploração do trabalho feminino e infantil e nas condições precárias de trabalho e moradia. Podemos observar uma das consequências da divisão sexual do trabalho após o advento de caça às bruxas, em que a mulher já se via refém da casa e da fábrica.

Esse regime de acumulação entrou em crise a partir das dificuldades de reprodução global do capitalismo e, principalmente, devido ao extremismo da luta operária, que engendrou a diminuição da jornada de trabalho. Quem o substituiu foi o regime de acumulação intensivo, caracterizado pelo aumento de extração de mais-valor relativo por intermédio do *taylorismo*, do Estado Liberal-Democrático e do imperialismo financeiro.

Segundo Viana (2009), a diminuição da jornada de trabalho conquistada no fim do regime anterior forçou o capital a uma equiparação do tempo perdido a partir da extração de mais-valor relativo, aumentando a exploração por meio do taylorismo. Assim, a diminuição da extração de mais-valor absoluto foi suprida pelo aumento da extração de mais-valor relativo. Desse modo:

A luta operária provoca nova crise de regime de acumulação, através da resistência cotidiana ao taylorismo, ao desenvolvimento de forças e concepções revolucionárias, pela ascensão do movimento grevistas, ao processo de formação de conselhos operários e, principalmente, pelas tentativas de revoluções proletárias (Rússia: 1905, 1917; Alemanha: 1918, 1920; Itália: 1919-1920; Hungria: 1919, etc.). A luta operária colocou em questão o modo de produção capitalista. A crise continuou, e, como o movimento operário não conseguiu concretizar o processo revolucionário, a burguesia encontrou a solução no fascismo e no capitalismo de guerra (VIANA, 2009, p.97).

Sucessivamente, temos o regime de acumulação intensivo-extensivo, instaurado no pós-guerra e vigente até a década de 80 do século XX. Esse regime promoveu uma nova configuração no processo de valorização na forma estatal e nas relações internacionais, caracterizado pela ampliação do uso de tecnologia no processo de trabalho.

Tendo como centro o fordismo, atuou na ampliação da extração de mais-valor relativo no conjunto imperialista e na extração de mais-valor absoluto no conjunto subordinado, sob a supervisão do Estado Integracionista (Estado de bem-estar social) e por meio da expansão oligopolista transnacional. Nesse cenário, o Estado abandonou seu caráter liberal-democrático e assumiu a forma de Estado Integracionista.

Viana (2009) demonstra que esse regime de acumulação começou a entrar em crise a partir da década de 60 e início dos anos 70 do século XX. A primeira das brechas foram às lutas operárias e estudantis, na França e Itália e nos EUA foi o movimento pacifista. Entretanto, essa brecha se manteve firme e somente na década de 80 temos o início do novo regime de acumulação, o integral.

O atual regime de acumulação integral, a partir dos anos 80, busca ampliar simultaneamente a extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo, tendo como complemento fundamental o Estado Neoliberal e o Neoimperialismo. Aqui, o papel do Estado é proteger o indivíduo, a propriedade privada e o trabalho a serviço da acumulação capitalista.

[...] há uma tendência em aumentar a já elevada taxa de exploração nos países subordinados. Nesse sentido, a política neoliberal cumpre seu papel ao promover uma corrosão dos direitos trabalhistas e estabelecimento de estratégias para promover o aumento da extração de mais-valor relativo (maior controle do trabalho, novas tecnologias etc.), uma vez que a extração de mais-valor absoluto já existe e tende a ampliar (BRAGA, 2013, p.140-141).

O regime de acumulação integral altera a forma do Estado, as relações internacionais e o processo de valorização. O autor chama esse fenômeno de reestruturação produtiva (*toyotismo* e similares) e de neoliberalismo. Assim, essas novas formas de organização do trabalho são uma forma de continuação do *taylorismo-fordismo*, além de aumentar a taxa de exploração por meio do acréscimo da produtividade:

Assim, a nova dinâmica do capitalismo mundial se fundamenta na busca de aumento da taxa de exploração. Trata-se de um novo regime de acumulação, denominado por alguns de “acumulação flexível” (Harvey, 1992), expressão que tem o defeito de ser um eufemismo que encobre o processo de exploração integral, fundado no aumento de extração de mais-valor relativo e absoluto (Harvey, 1992; Viana, 2002; Viana, 2003). Por isto, preferimos a expressão acumulação integral (VIANA, 2009, p.104).

Nesse panorama, podemos afirmar que cada regime de acumulação possibilita determinadas ideologias a se tornarem dominantes, assim como cada regime promove formas de opressão e exploração que lhes correspondem. Viana (2009) afirma que ideologias e elementos remetentes à forma de “implantação” do regime de acumulação anterior se tornam obsoletos e são substituídos por novas formas de ideologia e manifestações culturais. Como exemplo de ideologia dominante, podemos citar a ideia do empoderamento, que se trata de uma mudança única e exclusivamente semântica, não alterando a estrutura social, permitindo apenas a aparência de mudança. Sem contar o desgaste do uso dessa palavra que provoca o total esvaziamento de sentidos. Portanto, a palavra empoderamento aos poucos passou a ser usada por grupos com poderes aquisitivos e de domínio, e não como forma de libertação dos grupos discriminados, aproximando-se dos interesses capitalistas e de mercado, a partir de um vazio semântico.

É necessário destacar que essa substituição não significa uma mudança radical e/ou total, já que a essência do modo de produção capitalista mantém-se intacta, permanecendo em qualquer regime de acumulação. Permanece também a essência das formas capitalistas de normalização das relações sociais. Assim, o autor expõe que o que muda é apenas a forma. “Na pós-modernidade o patriarcado não desaparece, mas "se embrutece" e se estilhaça em formas múltiplas de barbárie, como escreve a feminista alemã Roswitha Scholz. Este é o mundo que transforma crianças em assassinos e amoques” (KURZ, 2000, p. 3).

Em nossa interpretação, o empoderamento nada mais é que uma nomenclatura que por mais revestida de noções de agregação, de autovalor e de força, por si, só não é capaz de transformar a realidade que vivenciam as denominadas minorias. Para tanto, serão necessárias mudanças na totalidade do contexto atual que possa eliminar a estrutura do poder patriarcal, que é o sustentáculo do modo de produção capitalista para que as diferenças entre os sexos sejam realmente eliminadas. Portanto, é impossível que isso ocorra por meio do simples uso de um termo, transformado em *clichê* e carregado de ideologia¹⁶.

Essa informação se faz importante, pois remete ao contexto recente em que vivem as mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra de Orizona. É significativo compreender as raízes imutáveis do sistema e as consequências que o regime de acumulação integral acarreta às mulheres do espaço rural. Captar o caráter conservador do modo de

¹⁶ Consideramos o conceito de ideologia como falsa consciência, conforme desenvolvido por K. Marx em A Ideologia Alemã.

produção capitalista permite melhor visualização do projeto que se propõe empoderamento e integração da agricultora familiar.

1.5.2 As consequências da acumulação integral e do Estado neoliberal

O regime de acumulação integral, como já mencionado, e dominante a partir da década de 1980, baseia-se numa acumulação capitalista totalizante. Sendo assim, vivemos em uma época de exploração integral, inclusive em nível internacional, com vistas a garantir a sobrevivência do capital. Campos, Viana e Soares (2015) afirmam que esse novo regime busca aumentar a taxa de exploração anteriormente existente para superar a crise do regime de acumulação anterior. Conforme afirma Harvey (2004), “desde os anos 70, o capitalismo global experimentou um problema crônico e duradouro de sobre acumulação” (p. 96).

Viana (2009) demonstra que esse regime é caracterizado pelo aumento da intensificação da exploração da força de trabalho, por intermédio do aumento da extração de mais-valor relativo e absoluto, que assume proporções intensas. O proletariado¹⁷, nesse ambiente, é obrigado a ampliar sua especialização, dedicando-se a várias atividades ao mesmo tempo para se adentrar ao mercado inflexível, que se fundamenta na ideologia da flexibilidade do trabalho, na qual trabalhadores se submetem ao desemprego e a situações miseráveis. A mulher é ainda mais fragilizada e o Estado consegue controlar até seu útero.

Nesse enquadramento da *pluri-especialização* encontram-se as mulheres rurais, que vivendo no regime de acumulação integral no espaço rural, estão expostas à vulnerabilidades devido ao trabalho braçal, que desgasta a parte física e emocional feminina. Além disso, o trabalho é totalmente intensificado, ocorrendo grande sobrecarga para elas que laboram na lavoura, cuidam das tarefas de casa e dos filhos. Podemos afirmar que mulheres rurais, na perspectiva da acumulação integral que emergiu após 1980, vivem numa tripla jornada de trabalho.

A principal instituição que colabora para a manutenção da acumulação integral é o Estado neoliberal, que surge para atender as novas necessidades de reprodução do capitalismo em crise de superprodução nos anos 1970. Devido à tendência de queda da taxa de lucro médio,

¹⁷ No contexto da problemática da dissertação, na condição de trabalhadores assalariados em relações tipicamente capitalistas, temos a intensificação do emprego dos chamados trabalhadores temporários, de mulheres trabalhadoras rurais, volantes ou “boias-frias”, cuja força de trabalho é despendida no campo, mas as relações sociais são forjadas no espaço urbano. Para maior detalhamento ver: XAVIER, Glauber Lopes. Os assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade – Goianésia, Goiás. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

se fez necessário aumentar a extração de mais-valor para suprir essa queda. Assim, o papel do estado neoliberal é criar condições para o aumento da acumulação capitalista, mantendo a opressão.

Viana (2009) afirma que as consequências do Estado neoliberal são extensas e variadas. A mais perceptível é o aumento da pobreza e da desigualdade. Braga (2013) expõe que em todos os regimes de acumulação que o antecederam o início do processo de *lumpemproletarização* é o desemprego. Há aumento da pobreza e da desigualdade até mesmo nos países ricos, diminuindo o poder aquisitivo de amplas parcelas de população, além do desemprego.

Como o propósito do neoliberalismo é a não regulamentação do mercado, isso permite o aumento da exploração, fazendo com que as empresas utilizem a mão de obra infantil, gerando maior desemprego, maior precariedade e elevando o grau de exploração. As mulheres sofrem ainda mais, pois precisam se “acomodar” ao trabalho assalariado e ao mesmo tempo não podem abrir mão do cuidado da família.

Para completar, Viana (2009) expõe que o Estado executa o corte nos gastos estatais principalmente nas políticas sociais, diminuindo as políticas de assistência social estrutural, que são aqueles investimentos de base em saúde, infraestrutura e educação; gerando políticas sociais que apenas amenizam superficialmente os graves problemas sociais que a acumulação integral gera. Isso ocasiona aumento da violência, da criminalidade e do combate social.

O Estado neoliberal, caminhando ao lado da acumulação integral capitalista, tem atingido seus propósitos na contribuição do aumento da exploração, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Viana (2009) destaca que o neoliberalismo, resumidamente, é uma forma estatal que surgiu no século XX como produto do regime de acumulação integral. “As consequências do neoliberalismo são o aumento da pobreza e miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais. O mundo neoliberal é um mundo marcado por contradições crescentes” (p. 91).

O autor supracitado também trabalha com o termo *lumpemproletariado*. Marx criou o conceito, porém não o desenvolveu suficientemente. Assim, para Viana (2009) *lumpem* proletários são “aqueles que possuem necessidade de vender sua força de trabalho e que estão fora do mercado, por conseguinte, estão marginalizados também no mercado de consumo e também na ‘cidadania’” (p.2 52). Esse pesquisador esclarece que alguns vivem totalmente alijados do mercado de trabalho, outros sobrevivem em subempregos e, ainda, há aqueles que conseguem empregos temporários.

Nessa perspectiva, o *lumpemproletariado* também é composto por mulheres. Saffioti (1979) certifica que o fator sexo opera na sociedade de classes de modo a alijar grandes contingentes de elementos do sexo feminino do mercado de trabalho. O sexo funciona como uma barreira à integração da mulher na sociedade capitalista, dificultando sua inserção no mercado de trabalho.

A exploração do trabalho feminino não foi invenção da revolução industrial, na fase manufatureira que a antecedeu, as mulheres já trabalhavam em diversas atividades em pequenas e grandes oficinas. O trabalho feminino foi muito usado na cardagem, fiação e tecelagem da lã. Mas com a separação entre o capital e o trabalho, decorrente da evolução da divisão do trabalho, o trabalho executado por mulheres e crianças, na fiação, era o mais mal pago (BOTTINI; BATISTA, 2013, p. 9).

Evidenciamos que para a mulher são dois destinos: mão de obra feminina distante do mercado de trabalho e/ou mão de obra feminina em condições de trabalho inferiores e miseráveis. Segundo Saffioti (1979), mesmo na versão mais desenvolvida do capitalismo, ou melhor, no regime de acumulação mais desenvolvido, as mulheres continuaram marginalizadas e/ou integradas de forma periférica.

Viana (2009) apresenta o fato de que existem três elementos importantes para compreender porque o *lumpemproletariado* no capitalismo subordinado brasileiro é maior e permanente. Em primeiro lugar, a concentração fundiária que após a expulsão dos trabalhadores do mundo rural foi para os grandes centros urbanos sob condições miseráveis e fizeram parte da industrialização brasileira, que ocorreu de forma tardia, tornando-se o segundo elemento. A industrialização tardia, característica das nações periféricas que se industrializaram após a primeira revolução industrial, permite que países subordinados entrem no mercado mundial de forma lenta e, portanto, dominados pelas potências imperialistas. Assim, o terceiro elemento é o imperialismo, permitindo a transferência de mais-valor de países dependentes para os países imperialistas, “tornando a acumulação de capital nos primeiros, bastante débil” (p. 257). Dessa forma, o Brasil sempre foi um país com grande contingente de *lumpemproletários*, agravado pelo estado neoliberal.

Segundo Xavier e Maciel (2020), na América Latina o capital assumiu mais a forma de dinheiro e de mercadoria do que a forma propriamente produtiva. Isso aconteceu devido ao passado colonial que impediu a constituição de “um setor rural capitalizado e, pelas mesmas razões, bloqueou a possibilidade de formação de um contingente de força de trabalho assalariada” (p. 535). A especificidade do Estado Brasileiro reside na sua formação, originado das profundezas do colonialismo e de seus nexos com o capital mercantil português, “o que nos

legou uma economia cujas raízes de sua dependência evocam a escravidão e a propriedade da terra como mediação das relações de trabalho e instrumento do poder, respectivamente” (p. 536).

O município de Orizona localiza-se no estado de Goiás e, compreendendo o contexto do capitalismo no Brasil, é possível apresentar a realidade das mulheres rurais do projeto Energia Mulheres da Terra que atua em pleno desenvolvimento do regime de acumulação integral.

No caso brasileiro, o regime de acumulação integral ocorre sob forma específica. A principal especificidade é que o país compõe o bloco do capitalismo subordinado (já chamado de “Terceiro Mundo”, “países subdesenvolvidos” ou “em vias de desenvolvimento”, “capitalismo dependente” etc.). O capitalismo subordinado brasileiro insere-se no novo regime de acumulação sob uma forma específica. acumulação de capital no Brasil é subordinada e parte dela é transferida para o bloco imperialista. Além disso, a situação brasileira era bem pior do que a de países do bloco de capitalismo central, por isso o impacto do neoliberalismo subordinado foi maior (CAMPOS; VIANA; SOARES, 2015, p. 86).

Do exposto, deduzimos que o regime de acumulação integral e sua implantação gera um vasto processo de *lumpemproletarização* ocorrido de forma mundial, porém mais intenso em países capitalistas subordinados. Viana (2009) afirma que tal regime ainda não finalizou seu ciclo de formação. Isso amedronta, pois após a efetivação do regime de acumulação integral, a sociedade e esse exílio em relação à figura da mulher, tal como acontecia na época de caça às bruxas, pode se tornar ainda pior.

Discutir a mulher no modo de produção é necessário, pois o próprio regime de acumulação integral busca ofuscar as análises críticas a seu respeito e, ao mesmo tempo, cria ideologias substitutas que facilitem o processo de dominação e a reprodução flexível e ampliada do capital.

A mulher, refém do estado neoliberal, precisa fazer parte das lutas sociais, pois como visto neste capítulo, são as lutas e os movimentos operários que definem características e até mesmo a ruptura de um regime de acumulação. É melhor acreditar que atingindo certo grau de organização social e radicalização, temos a abolição do capitalismo. Isso só irá acontecer após a compreensão do real processo social. A razão será libertadora e atingirá a emancipação feminina.

Complementando, após compreensão das origens históricas do afastamento feminino da esfera produtiva capitalista por meio de Engels (1984), Poster (1979), Saffioti (1979), Toledo (2008) e Federici (2017), foi possível abarcar o atual regime de acumulação, o de regime de

acumulação integral, mediante as teorias de Viana (2009), que permite a compreensão da intensificação da subalternidade feminina por intermédio do aumento da *lumpemproletarização*, da pobreza, miséria, criminalidade e violência. Nesse processo, o Estado capitalista neoliberal mantém e permite o aumento do processo de exploração, sem esquecer de amortecer os conflitos sociais.

Para prosseguir, no próximo capítulo será apresentado o universo empírico da pesquisa, que foi realizada em Orizona, localizado no Território Rural Estrada de Ferro. Captar as particularidades do local tornou-se significativo para melhor compreensão das mulheres beneficiadas pelo projeto, ressaltando que por ser um projeto de tecnologias renováveis para agricultoras familiares, é imprescindível compreender a agricultura familiar do local por meio dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

CAPÍTULO 2

2 O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA: ORIZONA (GO) – TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO

Neste capítulo apresentamos uma revisão bibliográfica da constituição do Território Rural Estrada de Ferro, bem como sobre suas potencialidades e particularidades. Posteriormente, caracterizamos o município de Orizona (GO) pertencente ao Território Rural Estrada de Ferro.

Os dados utilizados foram por nós coletados na revisão documental dos censos agropecuários de 2006 e 2017, período recortado para a análise, atendendo o objetivo de conhecer o universo em que se desenvolve o projeto Energia Mulheres da Terra. Acreditamos que entender a agricultura familiar do município de Orizona, por intermédio do censo agropecuário, permite a compreensão deste projeto, que atua no sentido de subsidiar os processos de produção e facilitar o trabalho de mulheres agricultoras familiares de Goiás.

A nossa escolha pela apresentação do Território Rural Estrada de Ferro deve-se ao fato de que a rede em que o projeto Energia Mulheres da Terra se encontra integrada ser constituída em núcleos, com base nos Territórios¹⁸ da Cidadania e Territórios Rurais do Estado de Goiás. Esses núcleos da rede são encarregados de gerir a implementação dos projetos de infraestrutura, financiados com recursos do edital referente ao Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal¹⁹, a partir de seus conselhos locais, que são constituídos pelas organizações beneficiárias do projeto.

Para melhor compreensão deste capítulo, inicialmente apresentaremos a fundamentação teórica do estudo, que é a agricultura familiar. A definição dos territórios rurais é elaborada como uma política da agricultura familiar, visando sua inserção, promoção e capacitação e após, a conceituação da agricultura familiar, discorreremos a respeito do território rural Estrada de Ferro, que é definido como a base geográfica desta dissertação. Por fim, analisaremos o município de Orizona, localizado dentro do território rural.

¹⁸ Os territórios, geograficamente, são conjuntos de municípios em conformidades socioeconômicas, culturais, em que se conduz uma abordagem integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Para maior detalhamento ver: <http://sit.mda.gov.br/download.php>.

¹⁹ Para maior detalhamento ver: <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx>.

2.1 Agricultura Familiar: conceitos

A agricultura familiar pode ser definida, segundo Abramovay (2010), como aquela na qual a propriedade, a condução e o trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. O autor aponta que dois aspectos são importantes para essa definição:

1. Ela evita que se faça um julgamento prévio que consistiria em associar o caráter familiar da unidade produtiva ao seu desempenho: é o que ocorreu durante muitos anos, quando se tomavam como sinônimos agricultura familiar e pequena produção, produção de baixa renda ou até produção de subsistência. A agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos os mais variados: são familiares os camponeses andinos, bem como os produtores integrados de nossa região Sul. Da mesma forma, a expressão não pode escamotear as grandes diferenças sociais e econômicas existentes – numa mesma região – entre as unidades que se apoiam fundamentalmente na mão-de-obra da família. 2. O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão. Nos Estados Unidos e no Canadá é cinco vezes mais provável que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que um negócio não agrícola. Na França, em 1953, originavam-se no meio rural 85% dos agricultores: em 1985, este era ainda o caso de 90% deles. Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem atividades de seus ancestrais (ABRAMOVAY, 2010, n.p.).

O Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), definem a agricultura familiar a partir de três características centrais²⁰:

1. Gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; 2. A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; 3. E, por fim, a propriedade dos meios de produção (nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA, 1996, p.4).

Basicamente, essas características estão presentes nos pequenos agricultores e/ou pequenos produtores que cultivam em regime familiar em áreas com até 4 (quatro) módulos

²⁰ Para maior detalhamento ver ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

rurais fiscais – módulo fiscal²¹, que é definido pelo poder municipal e varia entre 5 a 110 hectares. Nesse sentido, são consideradas as pequenas propriedades e a renda dessa propriedade advém da atividade agropecuária. Assim, na agricultura familiar a produção é a partir de lotes menores com uma gama diversificada de produtos oriundos de sua terra, onde a comunidade familiar é, simultaneamente, dona e responsável por toda produção e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar.

A agricultura familiar não deve ser entendida como trabalho familiar. Nessa perspectiva, Savoldi e Cunha (2010) relatam que o que define essa agricultura como familiar é o papel dominante da família como organização fundamental de reprodução social. Por meio de estratégias familiares ocorre a transmissão do patrimônio material e cultural, pressupondo uma unidade de produção em que a propriedade e o trabalho estão profundamente ligados à organização familiar.

No primeiro capítulo observamos que os camponeses e as camponesas do século XVI e XVII detinham funções separadas e as mulheres eram subordinadas, sendo o seu trabalho essencial para a sobrevivência da família e da comunidade e, portanto, elas trabalhavam durante muitas horas. De igual modo, a mulher rural trabalhadora do século XXI tem importância vital para a sobrevivência e permanência de sua família no campo. Destarte, conhecer o conceito de agricultura familiar é importante para compreender de que forma as mulheres rurais do projeto Energia Mulheres da terra estão inseridas nesse contexto.

Em termos conceituais, segundo Abramovay (1999), para manter o caráter familiar da produção exige-se o envolvimento de ao menos um membro da família que combine atividades de gestor da produção e de trabalhador. O importante, nesse sentido, é que os três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar estejam presentes em todas as propriedades familiares. Segundo Denardi (2001), estabelecimentos rurais familiares possuem características principais, que são: administrados pela própria família e; a família trabalha diretamente, com ou sem a ajuda de terceiros.

Martins (2001) reconhece que a agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, tendo como núcleo a relação direta com a terra e com o trabalho agrícola. As estratégias de reprodução familiar desempenham importante papel na manutenção das necessidades e desafios gerados pelas transformações econômicas e sociais, não se limitando a reproduzir, ou

²¹ O módulo fiscal é uma unidade relativa de área, expressa em hectares, fixada para cada município, que foi instituída através da Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm.

seja, subsistir e permanecer. Portanto, a agricultura familiar consegue ir além de todas essas características.

Santos (2016) corrobora as informações supracitadas ao afirmar que a agricultura familiar é praticada em uma pequena extensão de terra que utiliza a mão-de-obra da família e é destinada principalmente para a alimentação da mesma, ou seja, para o seu próprio consumo. Além disto, é fortemente marcada por valores relacionados à manutenção e reprodução da esfera familiar.

Lemes (2010) afirma que o agricultor familiar é o proprietário da terra em que produz, não vendendo sua força de trabalho e nem contratando trabalhadores assalariados a seu serviço. Ele vive com o que sua família produz. Assim, a família constitui a unidade do trabalho e de exploração da propriedade, sendo o serviço dividido entre os membros da família.

A agricultura familiar é apresentada por Mesquita (2013) como sendo aquela que associa produção, trabalho e família, orientando a dinâmica de reprodução e incidindo sobre o modo de vida desses agricultores familiares. Esse autor prossegue afirmando que a maioria das definições de agricultura familiar baseia-se na mão de obra empregada, no tamanho da propriedade e na renda gerada pelas atividades agrícolas. Em todas essas características predominam a família proprietária que assume o trabalho no estabelecimento.

Mendes (2005, p. 21) caracteriza as pequenas propriedades familiares como aquelas que “apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários [...] produção para o mercado e para o autoconsumo e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra”.

Mesquita (2013) expõe que é em torno da dinâmica da terra, do trabalho e da família que os produtores organizam seus valores de vida e de reprodução social, que influencia diretamente na forma como essa família age economicamente e socialmente, que é o conceito que mais se aproxima e coaduna com o objeto de pesquisa. Assim, o estabelecimento é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, consumo e de reprodução social. Schneider (2003), por sua vez, ressalta que o elemento básico para definir agricultura familiar relaciona-se com a forma do uso do trabalho, já que unidades familiares funcionam com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros.

Assim, o conceito de agricultura familiar vem sendo desenvolvido do ponto de vista do acesso aos programas, sendo possível a entrada de artesãos, extrativistas e outros para acesso às políticas públicas. Outro ponto importante, é que a tradicional população ribeirinha também participa dessa compreensão juntamente com os assentados da reforma agrária, que integram

esse grande universo da população brasileira que produz e desenvolve atividades agropecuárias em pequenas propriedades em regime familiar.

Nesse contexto, os sujeitos pertencentes a essa tipologia da agricultura familiar necessitam de políticas públicas e incentivos governamentais específicos para se manterem no campo e possam gerar alternativas de renda no espaço rural, possibilitando a diversificação da produção, abrindo espaços para novos mercados e oportunidades. O foco do estudo não são as políticas públicas para agricultura familiar, entretanto consideramos pertinente explicitar, aqui, a mais abrangente política dessa estrutura, que é o que está bastante presente no Território Rural Estrada de Ferro. Ressalta-se que Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e seus investimentos serão analisados no tópico 2.3.

Partindo do pressuposto apresentado no primeiro capítulo, de que as mulheres sofrem as consequências da formação do capitalismo e que se construiu sob diferenças sexuais, é importante ressaltar que a desigualdade da mulher vem se aprofundando nos últimos anos, sobretudo nos países explorados e, como exposto, a desigualdade se torna expressiva no atual estágio do sistema de produção capitalista, qual seja o de acumulação integral, no qual estão inseridas as mulheres agricultoras do projeto Energia Mulheres da Terra. A agricultura familiar, nesse sistema atual de produção, é uma forma de resistência em meio às tendências do agronegócio.

2.2 O Território Rural

Segundo os autores Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019), a partir de 2003 ocorreu uma estreita articulação entre a sociedade civil organizada, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao extinto²² Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que reconheceu os Territórios Rurais com a perspectiva de contribuir efetivamente para o desenvolvimento equilibrado de regiões onde predominam agricultores familiares, beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, colaborando com o engrandecimento das capacidades humanas e institucionais, além da autogestão dos territórios.

Essa ação foi possível após a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que buscou dar ênfase à importância de articular políticas públicas a partir de demandas sociais.

²² O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Para maior detalhamento ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/mediaprovistoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html>.

Assim, demarca-se o início da proposta de políticas públicas para o espaço rural, sendo o território foco de planejamento e gestão de programas vinculados ao desenvolvimento rural sustentável.

Nessa perspectiva, de acordo com Dye (1984), as políticas públicas são ações que o governo decide se vai efetivar ou não. O conceito apresentado expõe que em determinadas situações um governo é omissivo quando decide não efetivar uma política pública de modo a resolver um problema público. Para Lynn (1980), políticas públicas são ações governamentais que irão produzir determinados efeitos na sociedade. Já para Mead (1995), é a atuação do Governo em relação a questões e problemas públicos. Compreende a política pública como sendo o processo no qual diferentes grupos da sociedade tomam decisões para atender às necessidades da coletividade.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Mesmo com o setor de intervenção, as políticas públicas têm traços comuns e atores semelhantes, oferecendo subsídio para a análise e a tomada de decisões. “A principal razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2013, p. 2).

Portanto, a formulação de políticas públicas está vinculada a um caráter proposital de decisão, que transcorre por todas as fases do seu processo de elaboração, composto por sete fases, segundo Secchi (2013):

- 1) Identificação do problema;
- 2) Formação da agenda;
- 3) Formulação de alternativas;
- 4) Tomada de decisão;
- 5) Implementação da política pública;
- 6) Avaliação da política pública;
- 7) Extinção da política.

No panorama do desenvolvimento rural, Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019) destacam que adotar a abordagem por meio do Território, como referência para o desenvolvimento rural, se justifica por causa de quatro aspectos, sendo: em primeiro lugar, o rural não se resume ao agrícola, visto que o que define os espaços rurais são suas características espaciais; em segundo lugar, é explicitado que a escala municipal é restringida para o planejamento que visa o desenvolvimento, enquanto que, ao mesmo tempo, a escala estadual é muito ampla, não dando conta da heterogeneidade e das especificidades locais. Isso permite a

“emergência da criação de um novo espaço de referência para a implantação das políticas públicas na agricultura familiar: o território rural” (p. 36).

Em terceiro lugar, temos o movimento de descentralização de políticas públicas, que foi acentuado nos últimos vinte anos. Esse movimento ocasiona a atribuição de competências e responsabilidades aos espaços locais. Por fim, e em quarto lugar, o Território é a unidade que melhor determina os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições. A mobilização entre as pessoas, grupos sociais e instituições se resumem em um êxito crucial para a base de iniciativas destinadas à melhoria da qualidade de vida.

Assim sendo, o enfoque territorial é uma visão integradora de espaços, atores sociais, sociedade civil e as instituições. A participação da sociedade civil permite o desenvolvimento em áreas onde predominam a pobreza, desigualdades regionais, setoriais e sociais, pontuando dificuldades a serem vencidas, tais como: altos índices de analfabetismo, educação formal deficiente, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, desemprego, exclusão social, esgotamento dos recursos naturais, dentre outros (BRASIL, 2005a). Essas dificuldades são mais acentuadas no espaço rural.

No sentido em questão, a definição de Território varia de acordo com a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas o conceito mais comumente adotado relaciona o território ao espaço e definido a partir de uma relação de poder, tornando-se fundamental para a compreensão das estratégias de desenvolvimento do Estado moderno. A categoria Território permite a compreensão da condição da mulher numa dada realidade econômica e social.

Segundo Milton Santos (2000), encontrar uma definição única para território seria inviável, pois cada categoria possui diversas interpretações que mostram a flexibilidade e a propensão de mudanças do conceito. O autor deixa clara a importância de se compreender o conceito de território, uma vez que é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais que influenciam o espaço territorial.

Santos e Silveira (2006) julgam importante entender a constituição do território a partir dos seus usos e do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Esses autores afirmam que Território é um nome político para o espaço de um país, sendo a extensão apropriada e usada. Nessa perspectiva, Moraes (2002) corrobora o exposto afirmando que é a própria apropriação que qualifica uma porção de terra como território. A existência de um país presume um território, admitindo territorialidade sem Estado, enquanto não há Estado sem território. Nessa perspectiva, é interessante fazer inferência à definição de Estado de Weber (1982), qual seja, o Estado é uma comunidade humana que dentro

de um determinado território possui características próprias e reclama para si, com êxito, o monopólio da opressão física legítima.

Moraes (2002) conta que a constituição do território é um processo cumulativo, tendo a cada momento um resultado e uma possibilidade em contínuo movimento, buscando apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas.

De uma maneira mais simbólica, Santos (2000) ainda acrescenta o território como sendo “[...] o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (p. 96).

Haesbaert (1997) corrobora essa assertiva, afirmando que o território é entendido a partir das características simbólicas que os sujeitos criam sobre ele, devendo ser visto não apenas na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também na incorporação da dimensão simbólica, identitária, a partir do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo.

Nesse âmbito, de acordo com Silva (2012), um território é definido como um espaço de construção histórica e social, caracterizado por recursos físicos e valores que estabelecem um vínculo de identidade ao seu corpo social. Moraes (2002) aponta que o território apresenta e expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais.

Para Haesbaert (2004), o território é analisado por meio de diferentes enfoques, desenvolvendo uma classificação na qual se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 18).

Saquet (2004) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território, levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente no conceito de território.

Ainda nesse contexto, para Cunha (2000), a caracterização de um território possibilita identificar as relações intrínsecas de poder, domínio e gestão de um território. Segundo o autor,

a caracterização de um território explica como os atores atuam ou atuaram a partir de heranças culturais e configurações socioeconômicas. O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), objetivando o uso realista desse conceito vinculado à perspectiva do desenvolvimento a partir dos Territórios, adota a seguinte definição, e a que mais se aproxima de nossa pesquisa:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p.4).

Dessa forma, observamos que os conceitos de território abordados pelos autores contribuem para uma visão mais ampla e interdisciplinar dos fenômenos que se interligam dentro de um espaço geográfico, provocando mudanças tanto sociais quanto econômicas, impactando em novas formas de organização dentro desse espaço. Essa compreensão permite uma abordagem multidisciplinar sobre os diferentes aspectos que afetam o território dentro de uma região.

Nesse cenário, temos os Territórios Rurais (TRs), que são importantes instâncias destinadas ao planejamento territorial e ao processo de desenvolvimento territorial sustentável, representando a descentralização das decisões e o incentivo à autogestão das políticas públicas. Segundo Dantas e Costa (2014), a constituição dos territórios rurais favorece o aceleração de processos locais, aumentando as chances de geração de renda de forma desconcentrada, levando em consideração a sustentabilidade no campo, bem como a integração de espaços rurais a partir de aspectos sociais, econômicos e políticos.

Os autores prosseguem afirmando que os territórios rurais também podem ser chamados de espaços urbanizados ou microrregiões “rurais”, caracterizados a partir de discernimentos demográficos, sendo:

São lugares que apresentam uma densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km² e uma população média por municípios de até 50.000 habitantes. Os territórios rurais são classificados com o critério de uma maior concentração do público favorecido do MDA (DANTAS; COSTA, 2014, p.4).

Cardoso Júnior, Lunas e Gomes (2017, p.35) ratificam que os territórios rurais podem ser definidos como um espaço socialmente organizado e institucionalizado, criado para a mobilização dos atores do espaço rural, visando o interesse de projetos de desenvolvimento e autogestão, com a existência de relações de cooperação.

Para a seleção dos Territórios Rurais foram estabelecidos critérios que o MDA/SDT julgam relevantes para a participação do programa, sendo: território com menos Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; com maior concentração de benefícios do programa Bolsa Família; com maior número de municípios e mais desfavorecidos economicamente; com maior organização social; maior concentração quilombolas e indígenas e, por fim, maior concentração de agricultura familiar e assentados (DANTAS; COSTA, 2014).

Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019) salientam que para ser caracterizado como território rural é necessário prevalecer o ambiente natural pouco modificado, atividades agrícolas, silvicultoras e pastoril, baixa densidade demográfica, “além de hábitos e tradições culturais próprias para o meio rural e economia de base primária, sem desconsiderar os encadeamentos das atividades secundárias e terciárias” (p. 39).

Nessa conjuntura, o governo federal, em 2003, definiu quatro áreas a serem impactadas nos Territórios Rurais, que são: o fortalecimento da gestão social; o fortalecimento do capital social; dinamização econômica; e a integração de políticas públicas. Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019) apresentam que a gestão social diz respeito às estratégias de concertação social, definindo as formas de utilização dos ativos regionais com vistas a gerar riqueza com inclusão social. A concertação social é oportunizada com os espaços de discussão como consórcios, fóruns, conselhos, comitês e organizações sociais de interesse público. O capital social é entendido pelo conjunto de relações que podem ser mobilizadas pelas pessoas e organizações, visando um determinado fim. Vale ressaltar, que o capital social possui processos baseados na geração de confiança, reciprocidade e cooperação.

Implica a habilidade de pessoas em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações (BRASIL, 2005b, p. 9).

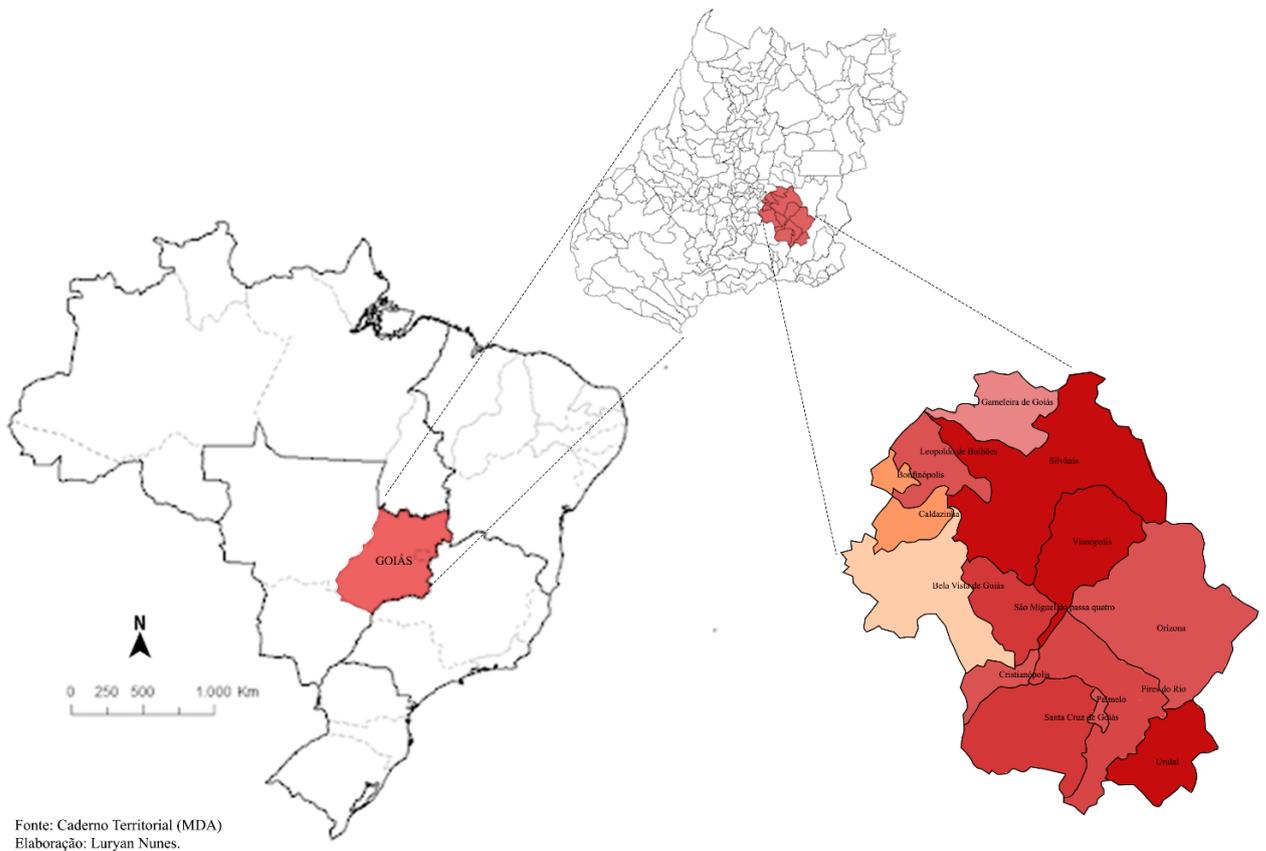
Alencar, Cardoso Júnior e Lunas (2019) apontam que os primeiros territórios rurais foram definidos no ano de 2003 e nessa ocasião foram selecionados 40 deles. A primeira etapa de delimitação dos territórios rurais pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial teve caráter técnico. Nos anos seguintes, o processo de delimitação insere a articulação dos governos estaduais e dos atores sociais do campo. Em 2017, o Brasil tinha um total de 258 territórios instituídos pela SDT. Desse número, 123 são territórios rurais.

A próxima seção descreve o Território Rural Estrada de Ferro, do qual o município de Orizona faz parte, sendo este o universo empírico da pesquisa. Inicialmente, será apresentado o TR Estrada de Ferro e, por fim, o município de Orizona.

2.3 O Território Rural Estrada de Ferro

A região do Território Rural Estrada de Ferro possui significativa participação da agricultura familiar, com ênfase nos resultados da atividade leiteira (CASTRO *et al.*, 2014). O território rural está localizado na Região Centro Leste do Estado de Goiás e ocupa uma área de 11.605,74 km², segundo o último censo demográfico do IBGE de 2010. Esse valor corresponde a 3% da área total²³ do Estado de Goiás. O mapa 1 aponta o Território Rural Estrada de Ferro e sua localização em Goiás, e a nível Brasil.

Mapa 1 - Território Rural Estrada de Ferro e sua localização perante Goiás e Brasil - 2015



²³ Goiás possui ao todo 340.086 km² de área, que representa 40% do território nacional.

Composto por 14 municípios, o Território Rural Estrada de Ferro possui municípios distribuídos em duas microrregiões: Goiânia e Pires do Rio. Na microrregião de Goiânia estão localizados os municípios de Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha e Leopoldo de Bulhões; na microrregião de Pires do Rio agrupam-se os municípios de Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis.

Esse território apresenta um diferencial que é a existência de três instituições de educação profissional, localizadas em Silvânia, Orizona e Urutaí, dedicadas à formação em áreas de interesse no campo. São elas: o Centro de Formação da Agricultura Familiar (CENTAF), em Silvânia e a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI)²⁴, que se destacam em relação ao Instituto Federal Goiano (IFGoiano), em Urutaí, por oferecerem cursos direcionados à Agricultura Familiar baseados na pedagogia da alternância²⁵ (BRASIL, 2010).

Ferreira (2011) ratifica que a EFAORI possui metodologia de ensino que valoriza o campo, possuindo profissionais comprometidos com a proposta da escola. A autora inclusive aponta que por meio da escola jovens se identificam com a terra de trabalho em um município que mesmo cercado de valores capitalistas e de plantações de soja, possui forte presença do campesinato, como apresentaremos mais adiante.

Consideramos importante expor algumas informações demográficas sobre o território, em estudo. De 2000 a 2010 houve um aumento da proporção da população urbana, de acordo com as realidades municipais. Pires do Rio, Palmelo e Bonfinópolis apresentam concentração demográfica urbana, sob os critérios do IBGE. Notamos aumento da população total que passou e 121.194 em 2000 para 136.511 em 2010, variando 12,64%. Em relação à população rural, houve uma redução de 7,93%, conforme a tabela 1.

Essa redução da população rural, no Brasil, pode ser explicada a partir do êxodo rural, que Wanderley (2009) revela como sendo um fenômeno que atinge um grande número de pequenos agricultores, principalmente aqueles que não são proprietários. Esse fato os torna extremamente indefesos em relação à permanência no seu local de origem. Isso significa que o êxodo rural é o “evento” que mais coloca em risco a dinâmica do mundo rural. Abramovay

²⁴ Para maior detalhamento ver FERREIRA, Ana Paula de Medeiros. **Escola Família Agrícola de Orizona (GO): Uma proposta de Educação Camponesa?** 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

²⁵ A pedagogia da alternância é um método de ensino semipresencial, que envolve períodos de convivência na escola e em casa. Ela foi criada por camponeses franceses, na década de 1930. À época, o objetivo era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola, ou que tivessem de ser enviados aos centros urbanos para estudar. Para maior detalhamento ver: Pedagogia da alternância <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/pedagogia-de-alternancia/>.

(1999) complementa que o êxodo rural no Brasil é um movimento extremamente significativo, sobretudo com a juventude rural.

Os Municípios, como Bela Vista de Goiás, Orizona, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Silvânia destacam-se devido a sua expressiva e significativa área, conforme demonstra a Tabela 1. Nela também é apresentado o quantitativo populacional estimado para o Território Rural Estrada de Ferro no ano de 2019, demonstrando aumento por meio da apresentação dos seus dados.

Tabela 1 – População Censitária - Total (habitantes) – Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	2000	Urbana	Rural	2010	Urbana	Rural	Estimativa Popul.	
							2019	Área (em km ²)
Bela Vista de Goiás	19.178	12.241	6.937	24.554	17.955	6.599	29.975	1.255.42
Bonfinópolis	5.337	4.899	438	7536	7021	515	9.706	122.29
Caldazinha	2.872	1.207	1.665	3.325	1.918	1.407	3.804	250.89
Cristianópolis	2.921	2.372	549	2.932	2.472	460	2.966	225.36
Gameleira de Goiás	-	-	-	3.275	1.094	2.181	3.818	592.00
Leopoldo de Bulhões	7.742	4.699	3.043	7.882	4.843	3.039	7.647	480.89
Orizona	13.053	6.366	6.687	14.300	7.975	6.325	15.615	1.972.88
Palmelo	2.310	2.200	110	2.335	2.216	119	2.381	58.96
Pires do Rio	26.111	24.349	1.762	28.762	27.094	1.668	31.458	1.073.36
Santa Cruz de Goiás	3.467	1.040	2.427	3.142	981	2.161	2.855	1.108,96
São Miguel do Passa Quatro	3.475	1.496	1.979	3.757	2.074	1.683	4.057	537.79
Silvânia	20.331	10.350	9.981	19.089	12.669	6.420	20.695	2.345.94
Urutaí	3.104	2.213	891	3.074	2.162	912	3.072	626.72
Vianópolis	11.293	7.719	3.574	12.548	9.170	3.378	13.863	954.28
Total	121.194	81.151	40.043	136.511	99.644	36.867	151.912	11.605.74

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE (2019), Censo Demográfico 2000 e 2010.

A Tabela 2 apresenta os indicadores socioeconômicos do Território Rural Estrada de Ferro. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM é composto por dados referentes à expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização/escolarização e, por fim, o PIB *per capita*, que define o grau de desenvolvimento econômico. Já o índice de GINI, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, mede o grau de concentração de renda de determinado grupo. No caso em questão, é exposto o índice para todos os municípios do Território Rural Estrada de Ferro. Esse índice varia de 0 a 1. O zero significa igualdade, isto é, todos possuem a mesma renda. Já o número 1 representa o extremo oposto, quando somente uma pessoa detém toda a riqueza (LARSON, 2010).

Larson (2010) explicita que a renda per capita diz respeito ao somatório da renda dos indivíduos residentes em domicílios particulares e o número total de indivíduos. A proporção de extremamente pobres é definido por indivíduos com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, enquanto a proporção de vulneráveis à pobreza representa indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais. Em 2010, esse valor equivalia a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo e em 2020, a 20% do salário mínimo. Em 2017, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o rendimento domiciliar de Goiás ficou em R\$ 1.277, sendo a oitava maior média do país, abaixo da média nacional que é de R\$ 1.268.

Ainda, a Tabela 2 indica que o Território Rural Estrada de Ferro, de modo geral, apresenta pouca concentração de renda. O município, que por meio do índice de GINI, demonstrou maior concentração, foi Vianópolis, realizado em 2000. Em 2010 esse indicador melhorou, passando de 0.67 para 0.46. Por outro lado, os municípios como Bonfinópolis, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, apresentaram maior igualdade na distribuição de riquezas, em ambos os censos demográficos. Notamos melhoria em todos os municípios, tanto do IDHM quanto do índice de GINI. Orizona e Bela Vista de Goiás ficaram com o maior crescimento do índice de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que seus valores do índice de GINI foram melhorados e as riquezas estão mais equilibradas.

Segundo dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, o IDH do Território Rural Estrada de Ferro é 0.765, estando acima da média do IDH nacional (0.761) e abaixo da média estadual (0.776). Analisando os dados por componentes, o território apresenta longevidade 0.750; educação 0.850; e renda 0.694. Destaca-se em relação a Goiás, cujo índice é de 0.745. De acordo com o ranking IDHM de municípios, com base em dados do censo de 1991, 2000 e 2010, o município de Pires do Rio encontra-se na posição 667^o em comparação aos municípios de todo o Brasil.

Tabela 2 - Indicadores Socioeconômicos – Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	IDHM		Índice de GINI		Renda per capita - 2010	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
	2000	2010	2000	2010			
Bela Vista de Goiás	0.560	0.716	0.46	0.51	628.55	1.78	73.15
Bonfinópolis	0.548	0.683	0.51	0.44	618.62	2.00	55.17
Caldazinha	0.542	0.685	0.54	0.44	794.78	4.71	36.87
Cristianópolis	0.623	0.688	0.52	0.52	686.90	1.58	54.16
Gameleira de Goiás	0.446	0.659	0.73	0.54	569.96	3.60	65.48
Leopoldo de Bulhões	0.523	0.659	0.52	0.44	765.86	2.70	60.33
Orizona	0.577	0.715	0.55	0.51	387.14	2.11	66.17
Palmelo	0.602	0.730	0.44	0.56	616.59	1.16	55.07
Pires do Rio	0.641	0.744	0.59	0.45	544.78	1.29	59.83
Santa Cruz de Goiás	0.573	0.688	0.55	0.49	508.41	1.96	59.42
São Miguel do Passa Quatro	0.560	0.697	0.49	0.44	507.02	1.72	56.21
Silvânia	0.578	0.709	0.56	0.51	677.06	1.22	51.58
Urutaí	0.624	0.732	0.55	0.49	500.27	2.89	56.19
Vianópolis	0.596	0.712	0.67	0.46	614.80	0.70	54.38
Total							

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

A renda per capita se sobressai em Caldazinha, Leopoldo de Bulhões, Cristianópolis e Silvânia. É possível notar que a porcentagem de extremamente pobres, no ano de 2010, é menor em Vianópolis, com 0,70%, é o menor número em relação aos outros municípios. O município com maior porcentagem de vulneráveis à pobreza é Bela Vista de Goiás, com 73.15%, seguido de Orizona e Gameleira, com 66.17 e 65.48, respectivamente, conforme explicitado na Tabela 2.

A Tabela 3 contém o número de estabelecimentos agropecuários e área em hectares referentes ao Território Estrada de Ferro, de acordo com os censos agropecuários de 2006 e 2017. Todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, que pode ser para venda ou para consumo.

É possível notar que municípios como Cristianópolis, Leopoldo de Bulhões e Palmelo apresentam queda no número de estabelecimentos agropecuários. A queda não é tão expressiva, entretanto foram os únicos municípios que apresentaram essa diminuição.

Já os municípios como Bonfinópolis, Orizona, Silvânia e Vianópolis apresentam aumento no número de estabelecimentos, assim como as suas respectivas áreas em hectares também aumentaram. O número mais significativo diz respeito ao município de Orizona, que ampliou sua área de 150.412 para 172.946 hectares. Gameleira de Goiás e Santa Cruz apresentaram diminuição da área cultivada, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários e área em hectares –Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	Número de Estab. Agropecuários		Área (hectares)	
	2006	2017	2006	2017
Bela Vista de Goiás	1.631	1.791	88.217	91.936
Bonfinópolis	113	197	10.305	10.072
Caldazinha	386	459	15.635	16.185
Cristianópolis	219	181	18.925	17.426
Gameleira de Goiás	530	533	88.704	53.018
Leopoldo de Bulhões	894	774	45.728	40.793
Orizona	1.583	2.179	150.412	172.946
Palmelo	70	63	5.789	3.837
Pires do Rio	671	676	86.620	88.976
Santa Cruz de Goiás	704	673	96.086	88.288
São Miguel do Passa Quatro	521	589	40.794	47.066
Silvânia	1.880	2.091	189.467	199.627
Urutaí	367	384	51.154	57.501
Vianópolis	648	843	61.171	79.967
Total	10.217	11.433	949.007	967.638

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

A Tabela 4 diz respeito aos dados referentes à agricultura familiar no território rural em questão. Apresenta também a quantidade de área utilizada, em hectares. É interessante observar o significativo aumento no número de estabelecimentos nos municípios de Bonfinópolis, Orizona, Santa Cruz de Goiás e Vianópolis. Entretanto, Cristianópolis, Gameleira e Leopoldo de Bulhões, apresentam relevante diminuição. Vale lembrar, que de acordo com a tabela 3 esses municípios também sofreram diminuição no número de estabelecimentos agropecuários.

É preciso reforçar que a agricultura familiar é a principal produtora dos alimentos que chega até a mesa dos brasileiros. Diferentemente da monocultura, a agricultura familiar permite a produção de alimentos variados, respeitando o solo e o ecossistema, realizado por brasileiros que possuem a terra como sua principal fonte de renda. Isto posto, é necessário mencionar que a monocultura, cuja característica principal é a plantação de uma única cultura em grande escala, é destinada quase exclusivamente à exportação e não com a finalidade de produção interna de alimentos. Portanto, não é praticada pelos pequenos proprietários, nem tão pouco pelos agricultores familiares.

De acordo com o censo agropecuário do território em questão, na Tabela 3 e 4, 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar. A tabela 4 apresenta o número de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar de acordo com os censos de 2006 e 2017.

O censo agropecuário de 2017 ainda aponta que a agricultura familiar no Brasil é responsável por empregar a mão de obra de 10.1 milhões de pessoas, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Esses agricultores familiares são responsáveis por produzir aproximadamente 70% do feijão nacional, 87% da mandioca, 34% do arroz, 59% do rebanho suíno, 60% da produção de leite, 50% das aves e 30% dos bovinos. A partir desses dados é possível deduzir que a produção de alimentos para a população brasileira é resultado do trabalho dos agricultores familiares que atuam nas pequenas propriedades rurais.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos de agricultura familiar e área em hectares – Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar		Área (hectares)	
	2006	2017	2006	2017
Bela Vista de Goiás	1.109	1.140	30.840	29.026
Bonfinópolis	57	134	1.322	2.095
Caldazinha	310	327	8.119	7.501
Cristianópolis	160	116	6.426	3.418
Gameleira de Goiás	390	336	11.330	8.239
Leopoldo de Bulhões	541	475	7.262	7.046
Orizona	1.142	1.472	46.087	55.687
Palmelo	46	43	1.551	1.225
Pires do Rio	408	433	16.530	18.279
Santa Cruz de Goiás	366	419	14.816	16.894
São Miguel do Passa Quatro	372	433	11.526	13.270
Silvânia	1.265	1.263	37.750	34.690
Urutaí	205	216	7.626	8.724
Vianópolis	484	645	16.981	22.424
Total	6.855	7.452	218.166	228.518

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Na Tabela 4 também é possível notar as variações sobre a área utilizada. Bonfinópolis aumentou consideravelmente, assim como seu número de estabelecimentos duplicou em 11 anos. Cristianópolis perdeu sua área em quase 50%, demonstrando que o número de estabelecimentos, que passou de 160 para 116, detinha uma concentração de terra no período. Orizona e Vianópolis se destacam em maiores aumentos de área cultivada. Verificamos que a maioria dos estabelecimentos, 25.9% são constituídos de áreas que variam de 20 a 50 hectares.

Nessa perspectiva, Borges (2007) confirma que em relação a outras regiões de Goiás, o Território Rural Estrada de Ferro apresenta forte presença de organizações sociais vinculadas à agricultura familiar. À vista desse território, manifesta-se tradicional atuação de mediadores, que fomentaram a criação - desde meados do século XX - de sindicatos, ligas camponesas, associações e cooperativas agropecuárias. Essa malha social mobilizada detém grande capital social, criando condições ao desenvolvimento de novas sinergias e a construção dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Os CMDRS são formados e delegados por organizações representativas de agricultores familiares, membros do poder público e de entidades parceiras, sendo espaços institucionalizados de discussão e de definição de ações com vistas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Território.

Entendemos que quanto mais organizado está o município em relação às instituições, tais como, conselhos e associações, maior será o número de agricultores que poderão usufruir de tecnologias, além de acessar recursos públicos. Onde há organização é forte o acesso ao crédito, assim como há diversidade de tecnologias para os agricultores.

No caso do Território em questão, os CMDRS dos municípios de Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Urutaí e Vianópolis são as associações e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que representam os agricultores familiares desses municípios. Em relação a Orizona, Pires do Rio e Silvânia, o Sindicato Rural também se manifesta como representante de agricultores familiares.

Essa dubiedade da representação revela a capacidade simbólica dos segmentos patronais desses municípios de se apresentarem não como delegados de específicos interesses classistas da agropecuária, mas como detentores do monopólio da representação do conjunto do setor produtivo, de todos os 'produtores rurais' (BORGES, 2007, p.12).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, feito em 2010 para o Território Rural Estrada de Ferro, apresenta de forma conclusiva as fragilidades e potencialidades do território. Como potencialidade, podemos identificar o grande número de associações, a presença do sindicato dos trabalhadores rurais, além da Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), que foi citada anteriormente. As cooperativas elevam o padrão de produção, estimulando os agricultores a continuarem se organizando e, por conseguinte, diversificarem as suas produções (BRASIL, 2010).

No contexto das fragilidades inerentes aos agricultores familiares, está a dificuldade em acessar maquinários e tecnologias; a falta de capacitação e a resistência por parte de alguns agricultores em aderir às novas tecnologias e há aqueles agricultores que não perceberam a importância da organização territorial. Nessa lógica, o projeto Energia Mulheres da Terra contribui para o enfrentamento desses desafios, principalmente no que tange à importância da organização e a falta de capacitação, visto que o projeto precisa da organização para que as tecnologias sejam implantadas para as famílias beneficiadas. Esse trâmite explicitaremos no capítulo posterior.

Em 1996, no âmbito da agricultura familiar, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, considerado o pilar mais importante da agricultura familiar no Brasil. Criado há mais de 20 anos para financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, fortalecendo a capacidade produtiva da agricultura familiar. Quatro objetivos específicos, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), complementam o programa: 1. Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; 2. Viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; 3. Elevar o nível de profissionalização²⁶ dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; 4. Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Conforme Bojanic (2017), os incentivos gerados pelo PRONAF vêm refletindo no aumento de safras e de produtividade. Apenas para a safra 2015-16 foram disponibilizados quase 29 bilhões de reais para investimentos dos pequenos agricultores. Visando demonstrar a expressividade do PRONAF no Território Rural Estrada de Ferro, a Tabela 5 apresenta os investimentos para essa política pública destinados aos municípios.

²⁶ Remetemos a forma neoliberal do capitalismo integral, chamada de “flexibilidade e inclusão” pelos defensores do sistema. Ou seja, de acordo com Nildo Viana (2009), a intenção do capital é integrar para explorar. A flexibilização ocorre de acordo com os interesses do grande capital.

Tabela 5 - Investimento PRONAF - Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	PRONAF
	2013/2014
Bela Vista de Goiás	5.659.849,93
Bonfinópolis	496.158,50
Caldazinha	1.500.102,84
Cristianópolis	619.032,52
Gameleira de Goiás	1.682.982,63
Leopoldo de Bulhões	531.817,01
Orizona	20.471.067,40
Palmelo	60.083,31
Pires do Rio	1.531.583,76
Santa Cruz de Goiás	1.712.728,07
São Miguel do Passa Quatro	2.547.991,13
Silvânia	3.031.443,78
Urutaí	158.117,86
Vianópolis	5.520.484,64
Total	45.523.443,38

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

O PRONAF é presente no Território Rural Estrada de Ferro e todos os municípios foram beneficiados com valores consideráveis. A Tabela 5 demonstra que Palmelo apresenta o menor investimento, enquanto Orizona se destaca com R\$ 20.471.067,40,00. Em 2017, Orizona recebeu 251 financiamentos para os 2.179 estabelecimentos agropecuários. Podemos afirmar que os programas de incentivo à agricultura familiar no contexto brasileiro são fundamentais para a manutenção das famílias no campo, representando uma oportunidade de geração de faturamento e de melhores condições de vida para as famílias agricultoras, conforme demonstram os dados da Tabela 5.

2.4 A mulher na agricultura familiar

Na Tabela 6 é possível notar o aumento das mulheres no campo. Devido ao fato de o Projeto Energia Mulheres da Terra possibilitar tecnologias para mulheres agricultoras, a tabela 6 se faz extremamente importante para melhor entendimento da mulher na agricultura familiar. De 2006 até 2017, os municípios que mais se destacam são: Orizona e Vianópolis, com aumento considerável da participação feminina nos estabelecimentos de agricultura familiar. Esse dado é ainda mais relevante pelo fato desta dissertação analisar as mulheres beneficiadas pelo projeto em Orizona.

De acordo com Rhein (2016), o homem é normalmente visto como o principal membro operante desse segmento, isto é, da agricultura familiar. Entretanto, esse cenário tem sido modificado e as mulheres vêm desempenhando múltiplas funções e responsabilidades na

organização interna desse contexto produtivo. Além disso, as mulheres ampliaram suas funções e participam, inclusive, em tomadas de decisões, das atividades de gestão da propriedade, dentre outras.

A autora supracitada prossegue afirmando que as relações sociais têm grande importância na agricultura familiar, influenciando diretamente na divisão de tarefas, na participação da família nas atividades da comunidade e na administração da propriedade. A partir do momento em que se oportuniza a participação feminina nas decisões, agrega valor ao trabalho rural, ganhando força competitiva, sendo capaz de promover a melhoria e sobrevivência de muitas famílias no campo.

No primeiro capítulo afirmamos que no período de caça às bruxas, entre os séculos XVI e XVII, as mulheres eram destinadas a atividades laboriosas de pouco prestígio e, ainda, que as trabalhadoras rurais foram duramente perseguidas. Também, buscamos levar a compreensão sobre o fato de que na Europa pré-capitalista, a subordinação feminina em relação aos homens era amenizada devido ao acesso que as mulheres tinham às terras, porém com o advento da propriedade privada as mulheres não somente perderam esse privilégio, como se tornaram, elas próprias, uma propriedade.

Guardadas as necessárias proporções, entre o início da época moderna e a atualidade os dados da tabela 6 permitem visualizar as heranças da condição da subordinação feminina no campo por meio do número de mulheres nos estabelecimentos familiares do Território Rural Estrada de Ferro. Notemos que o número elevado de homens em detrimento ao de mulheres indica que eles são os proprietários.

É possível perceber que as mulheres rurais desempenham papel de pouco status e/ou desvalorização desde os séculos passados. É importante retomar essa questão, devido ao fato de que a pesquisa se baseia no entendimento da dinâmica da mulher rural beneficiada pelo projeto Energia Mulheres da Terra de Orizona, que possuem grande carga de trabalho em pleno modo de produção capitalista, no século XXI.

Seja como for, a presença feminina no campo aumentou e isso permite que o projeto Energia Mulheres da Terra seja visto como exemplo na vida dessas agricultoras, resultando numa oportunidade de geração de renda, além da possibilidade de inserção de tecnologias em sua produtividade. O aumento de homens, ao todo, no Território Rural, foi de 314, passando de 6.262 em 2006 para 6.576 em 2017. Em relação às mulheres, os números cresceram de 598 para 875 agricultoras familiares, totalizando um aumento de 277, ao todo, conforme demonstra a tabela 6. Entretanto, como veremos a seguir, embora o projeto se constitua como importante no processo de autonomia das mulheres, ela continua duplamente explorada, uma vez que

vivemos a fase do capitalismo ampliado e de sua proposta ideológica da flexibilização da mão-de-obra e das formas de trabalho.

Tabela 6 - Sexo do agricultor familiar - Território Rural Estrada de Ferro (GO)

Município	Homens		Mulheres	
	2006	2017	2006	2017
Bela Vista de Goiás	989	997	120	143
Bonfinópolis	47	111	10	23
Caldazinha	290	285	20	42
Cristianópolis	141	98	19	18
Gameleira de Goiás	352	294	38	42
Leopoldo de Bulhões	484	412	57	62
Orizona	1.076	1.308	66	164
Palmelo	41	37	5	6
Pires do Rio	378	391	30	42
Santa Cruz de Goiás	342	373	24	46
São Miguel do Passa Quatro	346	396	26	37
Silvânia	1.143	1.110	122	153
Urutaí	183	189	22	27
Vianópolis	450	575	39	70
Total	6.262	6.576	598	875

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

A Tabela 6 expõe uma visão mais ampla do aumento da participação feminina na agricultura familiar. Demonstra o aumento em relação ao Brasil, a Goiás e, por fim, em relação também ao Território Rural Estrada de Ferro. É possível analisar que no Brasil houve um aumento de 28% das mulheres na agricultura familiar. Esse número é mais expressivo em se tratando de Goiás, que teve um aumento de 55% no número de mulheres agricultoras familiares. Isso demonstra que as mulheres, embora não sejam mais recompensadas por isso, estão conseguindo se sobressair em espaços que até então eram considerados totalmente “masculinos”.

No campo, as mulheres da agricultura familiar, em sua grande maioria, se ocupam das funções da maternidade, trabalham em atividades agrícolas e/ou pecuária e muitas delas ainda assumem, junto ao marido ou companheiro, as atividades pertinentes à gestão da propriedade. Entendemos que essa é uma realidade de muito trabalho e pouco reconhecimento.

As agricultoras brasileiras, nesse sentido, sofrem com a sobrecarga de trabalho, tais como as mulheres urbanas. A trajetória histórica da época moderna, como já foi analisada no capítulo 1, desde os seus primórdios designou as atividades maternas e domésticas como sendo exclusivamente femininas e, ao mesmo tempo, considerando essas funções como não-trabalho.

É necessário destacar, portanto, que no campo o contexto da desigualdade, no que tange o trabalho feminino, é intensificado, visto que, conforme explicitado no primeiro capítulo, a não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, as relações assimétricas e de poder entre os sexos. Nesse caso, a agricultura familiar possui características marcantes da divisão sexual do trabalho.

É possível afirmar que essa divisão sexual do trabalho sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, tirando partido da sua condição biológica e, por isso, aumentou sua dependência em relação ao homem. É importante ressaltar, mais uma vez, que essa condição é uma construção histórica de uma sociedade baseada na propriedade privada, que busca manter o patriarcado e que fundamenta os seus valores no mercado.

Retomando os dados referentes às mulheres trabalhadoras rurais do Território Rural Estrada de Ferro, de forma geral, segundo os censos agropecuários de 2006 e 2017 apresentados na Tabela 7, a porcentagem de propriedades agrícolas administradas por mulheres passou de 12.7%, em 2006, para 18.6%, em 2017. Por meio da tabela 3 foi possível demonstrar o crescimento da área ocupada pela agropecuária, que cresceu 16.5 milhões de hectares nos últimos 11 anos.

Tabela 7 - Número de mulheres na agricultura familiar

	2006	2017
Brasil	600.48	769.672
	4	
Goiás	10.070	15.677
TR Estrada de Ferro (GO)	598	875

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Muito embora nossa análise, realizada nos parágrafos anteriores a respeito da sobrecarga de trabalho, a qual as mulheres agricultoras são expostas, Rhein (2016), em pesquisa realizada no município de Westfália, Rio Grande do Sul, afirma que o avanço das mulheres no processo de participação e gestão das propriedades rurais é significativo, demonstrando até mesmo uma melhora na sua autoestima, autogestão e autoconfiança. A autora afirma que essa situação é ligada a características de flexibilidade, sensibilidade e espírito de cooperação. Essas características estão presentes nas mulheres.

Concluimos este item afirmando que o município de Orizona se destaca a partir do grande número de estabelecimentos de agricultura familiar com a presença de mulheres rurais, em relação ao investimento do PRONAF e, por fim, também se sobressai quanto à sua organização, razão que nos levou a sua escolha como universo de pesquisa. No tópico seguinte será apresentado o município de Orizona, bem como dados referentes à sua criação e as especificidades de sua agricultura familiar.

2.5 O universo da pesquisa: Orizona (GO)

Como exposto, a agricultura familiar se faz presente e importante, tanto nos municípios do Território Rural Estrada de Ferro quanto a nível nacional, representando uma alternativa de geração de renda e permanência no campo. Em comparação aos municípios da microrregião de Pires do Rio, Orizona se destaca por possuir um número relevante de unidades familiares de produção, justificando a nossa escolha por estudar as mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra nessa cidade.

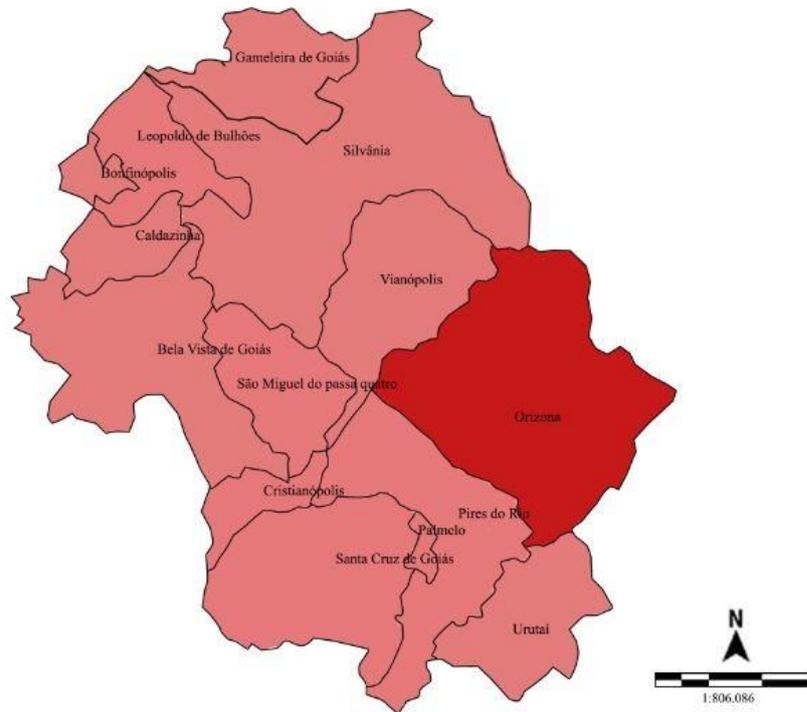
O que também chama atenção em relação a cidade de Orizona é o fato de que, segundo o censo demográfico de 2010, foi constatado que há 14.300 pessoas residentes no município. Desse valor, 7.975 pessoas residem na zona urbana, totalizando 55.8%, enquanto 6.325 pessoas são distribuídas no espaço rural, com um total de 44.2%.

Esse fato tem relevância, pois 85% da população brasileira habita na área urbana, enquanto apenas 15% reside no espaço rural. Vale evidenciar, que de acordo com o censo demográfico de 2000, 48.8% das pessoas residiam no meio urbano, enquanto 51.2% habitavam no espaço rural. Isso demonstra que outra característica específica do município de Orizona é o número alto de minifúndios e pequenas propriedades, marcantes desde o ano 2000.

A história da criação do município de Orizona é contada por meio do IBGE, que o apresenta como antiga Capela dos Correios²⁷, fundado em 1850 e dedicado à Nossa Senhora da Piedade. Atualmente, o município de Orizona está localizado no Sudeste do Estado de Goiás e, como apresentado anteriormente, faz parte da microrregião de Pires do Rio. Essa microrregião é integrada à mesorregião do Sul Goiano. Portanto, Orizona fica localizada a 130km de Goiânia, 150km de Catalão, 260km de Uberlândia (MG) e 200km de Brasília. O mapa 2, abaixo, apresenta a localização do município de Orizona e os municípios que lhe fazem limites, presente no Território Rural Estrada de Ferro.

²⁷ Para maior detalhamento ver: Orizona (GO). Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://www.orizona.go.gov.br/dados-gerais-de-orizona>. Acesso em: 30 abr. 2017.

Mapa 2 - O município de Orizona - 2017



Fonte: Caderno Territorial (MDA)
Elaboração: Luryan Nunes.

Bezerra (2003) demonstra que o desenvolvimento agrícola do município é marcado pela presença da pecuária, sendo a principal atividade econômica da cidade. Castro *et al* (2014) corrobora com o exposto, afirmando que Orizona possui um importante papel para a economia de Goiás, no que diz respeito à cadeia produtiva do leite, com uma população organizada por meio de sindicatos e associações.

Para garantir estratégias de sobrevivência dentro desse espaço social limitado, os agricultores de Orizona utilizam o associativismo, visando garantir representatividade frente às suas reivindicações. Bezerra (2003) aponta que o agricultor sofre devido ao acesso restrito à propriedade da terra e à capacidade restringida de investimentos.

A autora retoma que enfatizando que desde a década de 1970 Orizona possui uma particularidade, que é a estrutura fundiária menos concentrada, preponderando estabelecimentos na faixa de 10 a 20 hectares. Esse dado demonstra um paradigma diferente da região Centro-Oeste, que é caracterizada pela forte concentração de terras, superior à média nacional.

De 1970 a 1995/96, houve um aumento no número de estabelecimentos e da área utilizada pelos grupos de área entre 10 e 100 hectares, mostrando um processo de desconcentração de terra. Em 1970, havia 50 estabelecimentos

entre 500 e 2000 hectares ocupando uma área total de 40.969ha, e, em 1995/96, o número passou para 42 estabelecimentos, ocupando uma área de 34.658 há; ocorrendo uma redução de 16% na quantidade de estabelecimentos (CASTRO *et al.*, 2014, p.32).

Em 2006, como mostra a tabela 8, existia 1.142 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, ocupando uma área de 46.087 hectares, demonstrando um aumento de 32% em relação ao censo de 1995/96. Em 2017, o número de estabelecimentos de agricultura familiar foi de 1.472, indicando um aumento de 28% no número de estabelecimentos. Em relação à área ocupada, o aumento foi de 20%, totalizando 55.687 hectares.

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2006 e apresentado na tabela 8, a agricultura familiar ocupava apenas 24,3% da área total, mesmo representando 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, ou, em números, 4.305 milhões de estabelecimentos. Isso demonstra que mesmo ocupando um território relativamente pequeno, a agricultura familiar é capaz de manter sua produção em alto nível.

Em 2017, o Censo Agropecuário catalogou 3.897 milhões de estabelecimentos como agricultura familiar, demonstrando que o número de estabelecimento em 11 anos diminuiu em 9.5% (de 4.366 para 3.987), enquanto sua área ocupada se manteve “praticamente” inalterada (80.102 para 80.981), com queda de 0.5% em relação a 2006, equivalendo a 23% da área total destinada à agropecuária no Brasil.

Conforme a Tabela 8 apresenta, o Centro-Oeste aumentou consideravelmente o número de estabelecimentos, com aumento de 9.3% da área. Esses dados demonstram a forte presença do agricultor familiar na economia brasileira, sendo o maior responsável por colocar o alimento em nossas mesas. Em relação ao Brasil, o número caiu, enquanto a área aumentou.

Tabela 8 - Número de estabelecimentos/área da agricultura familiar em 2006/2017

	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar		Área (hectares)	
	2006	2017	2006	2017
Brasil	4.366.267	3.897.408	80.102.694	80.891.084
Centro-Oeste	69.606	95.684	3.317.908	3.628.971
Território Rural Estrada de Ferro	6.855	7.452	218.166	228.518
Orizona (GO)	1.142	1.472	46.087	55.687

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017. IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Após apresentar o Território Rural Estrada de Ferro e suas particularidades, os conceitos de território, agricultura familiar e o município de Orizona, a partir de dados do censo agropecuário de 2006 e 2017 referentes à agricultura familiar do Território e do município em questão, bem como a mulher na agricultura familiar, é possível conhecer e apresentar o Projeto Energia Mulheres da Terra e as 8 (oito) mulheres rurais por ele beneficiadas em Orizona (GO), é disso que trataremos no próximo capítulo.

A análise partirá da abordagem sobre o regime de acumulação capitalista integral de Viana (2009), com a finalidade de identificar se esse projeto atua no sentido de trazer menos subordinação das mulheres trabalhadoras rurais em relação aos homens e, ainda, se alivia ou aumenta a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades que lhes são designadas.

CAPÍTULO 3

3 O PROJETO ENERGIA MULHERES DA TERRA EM ORIZONA (GO) NO TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO

Após apresentarmos o Território Rural Estrada de Ferro da cidade de Orizona e suas particularidades em relação à agricultura familiar do município, bem como a quantidade de mulheres ocupadas nesse segmento, neste capítulo descreveremos, detalhadamente, o Projeto Energia Mulheres da Terra, que atua na qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do Estado de Goiás, sendo constituído a partir de uma rede solidária por meio da implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos nas propriedades das agricultoras, de acordo com suas demandas e especificidades.

Sabemos que o projeto supracitado atua a partir dos Territórios Rurais²⁸ e da Cidadania de Goiás, entretanto o foco deste estudo são as mulheres beneficiadas e moradoras de Orizona – GO, pertencentes ao Território Rural Estrada de Ferro. O projeto destinado a mulheres rurais foi analisado segundo a abordagem do materialismo histórico dialético e a categoria regime de acumulação capitalista integral, explicitado no primeiro capítulo.

No primeiro capítulo também discorreremos sobre as transformações que o modo de produção capitalista trouxe para o trabalho feminino desde os seus primórdios. É relevante ressaltar que a desigualdade entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, na zona rural, é decorrente de fatores históricos, sendo que a subalternidade feminina é imprescindível para o desenvolvimento capitalista.

O homem é visto como ser humano que domina e submete a mulher, esta por sua vez, é vista apenas como objeto. A guerra tem conotação masculina; as mulheres, inversamente, são tidas como disponíveis para a paz, passivas, sem vontade, estúpidas (PINHEIRO, 2014, p. 152).

Entendemos que conforme Federici (2017), a desvalorização da mulher é uma construção histórica de uma sociedade baseada na manutenção do patriarcado e da desvalorização da mulher como meio de produção e reprodução. No mesmo segmento, Pinheiro (2014) contribui afirmando que a “verdadeira libertação da mulher só é possível como processo geral de humanização do gênero humano” (p.156).

²⁸ O conceito de Territórios Rurais foi explicitado no segundo capítulo, no tópico 2.2.

3.1 O contexto atual em que vivem as mulheres do Brasil nos espaços: do urbano e do rural

Segundo os dados apurados pelo (IBGE), o número de mulheres que são responsáveis financeiramente pelos seus domicílios cresce a cada ano e em 2020 chegou a 34,4 milhões. Esses números indicam que quase metade das residências brasileiras são chefiadas por mulheres. É uma situação fruto de uma longa trajetória de exploração sexual das mulheres, de um contexto no qual estando elas grávidas ou com prole constituída, eram abandonadas. Solteiras ou casadas, ainda hoje, na grande maioria das vezes, elas é que ficam responsáveis pelos filhos.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informam que o percentual de domicílios brasileiros governados por mulheres saltou de 25% em 1995, para 45% em 2018, devido ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, e na tomada de decisão de suas famílias. Apesar da desigualdade salarial ainda persistir entre homens e mulheres, as mulheres contribuem cada vez mais com a renda das famílias, ocupando maior espaço no mercado de trabalho.

Ainda segundo dados do IPEA, só entre 2014 e 2010, aproximadamente 10 milhões de mulheres assumiram o posto de governante da casa, enquanto 2,8 milhões de homens perderam essa posição no mesmo período. Assim, a participação feminina no mercado de trabalho evoluiu desde 2012 à medida que diminuiu a participação masculina. Isso também ocasionou significativa mudança no perfil das mulheres governantes da família, visto que antes elas estavam na posição de chefe de família, basicamente, devido à separação do marido ou companheiro, isto é, eram “forçadas”²⁹ a assumir o comando da casa. Atualmente, muitas dessas mulheres são chefes de família mesmo quando são casadas ou vivem em regime de união estável.

Para exemplificar essas informações, de forma resumida, apresentamos o quadro abaixo com alguns dados referentes ao que foi mencionado acima.

²⁹ Essas informações reforçam o machismo em que vivem as mulheres no mercado de trabalho. As mulheres não foram forçadas a assumir, ou foram abandonadas, isso ocorre devido ao aumento da visibilidade da força feminina, acompanhando o processo de “empoderamento” em que as mulheres estão menos vulneráveis socialmente.

Quadro 1 – Perfil das mulheres chefes de domicílio no Brasil

Dados do IPEA em 2020	Porcentagem
Mulheres casadas chefes de domicílio	43%
Mulheres casadas com filhos	30%
Mulheres casadas sem filhos	13%
Mulheres solteiras com filhos	32%
Mulheres que vivem sozinhas	18%
Mulheres que dividem casa com amigos ou parentes	7%

Fonte: Elaborado pela autora com base no IPEA (2018).

Conforme esses dados, 43% das mulheres que são chefes de domicílio hoje, no Brasil, vivem casadas, 30% delas têm filhos e 13% não. O restante das 34,4 milhões das responsáveis pelo lar estão distribuídas entre mulheres solteiras com filho, 32%; mulheres que vivem sozinhas, 18%, e mulheres que dividem casa com amigos ou parentes 7%. Isso segundo informação apresentada por André Phelipe e Mariana Barbosa (2020) para o Correio Brasiliense a partir de dados do IPEA de 2018.

Mesmo com o aumento significativo das mulheres chefes de domicílio, são elas que ficam responsáveis por uma dupla jornada de trabalho cada vez maior para pagar contas e cumprir os afazeres de casa, vivendo com uma renda mensal inferior aos salários dos homens. Destacamos aqui, também, que segundo o IPEA de 2018, a maior parte dessas mulheres é negra e vive nas faixas de rendas mais baixas. Reiteramos que especialistas do IPEA afirmam que o número de mulheres na dupla e/ou tripla jornada de trabalho continuará crescendo no Brasil.

A realidade da mulher trabalhadora da zona rural também tem sido modificada, já que 30% delas comandam propriedades rurais no Brasil. Uma em cada três propriedades rurais do país tem mulheres ocupando funções de comando e de tomada de decisões. Elas atuam, inclusive, como administradoras e dividem as atividades com um familiar, conforme o IBGE (BRASIL, 2017). Em outros contextos, estão sendo preparadas para assumir essas funções de lideranças, assumindo maior espaço nas pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Como já foi descrito, se a rotina da mulher dos grandes centros urbanos já não é fácil com a dupla jornada de trabalho, no ambiente do campo é ainda mais árdua, englobando diversos percursos para a mulher rural. As responsabilidades da casa são divididas e relacionadas ao trabalho exaustivo na roça, tendo um desafio a mais, que é agregar valor à produção. As mulheres no campo são responsáveis por 42,4% da renda familiar, mais do que as mulheres que vivem na cidade, que são responsáveis por 40,7% da renda domiciliar (IBGE, 2017).

Os dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2017, também são relevantes para entendermos a agricultura familiar do Território Rural Estrada de Ferro, retratada no segundo capítulo³⁰, demonstrando que quase 1 milhão de mulheres dirigem propriedades rurais no Brasil.

A partir do Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres encarregadas pela direção e gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. O maior número encontramos no Nordeste (57%). Na sequência, estão as mulheres rurais do Sudoeste (14%), logo após as do Norte (12%), seguidas pelas do Sul e, finalmente as (11%) do Centro-Oeste, que concentra 6% do universo de mulheres na chefia de suas famílias. Mesmo com esses números, do total geral de estabelecimentos (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%. O quadro abaixo apresenta os números dessa realidade.

Quadro 2 - Mulheres encarregadas pela direção e gestão de propriedades rurais

Regiões brasileiras	Porcentagem
Nordeste	57%
Sudoeste	14%
Norte	12%
Sul	11%
Centro-oeste	6%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

Segundo a proposta inicial do projeto Energia Mulheres da Terra³¹, elaborada em 2017, as mulheres rurais sofrem com o baixo acesso a serviços de saúde, educação e infraestrutura, vivendo, na maioria das vezes, em situações de precariedade e de busca pela subsistência básica, sendo que a principal questão é a garantia de produção de alimentos voltados para o autoconsumo. Ainda sim, problemas de desabastecimento hídrico³² acabam por comprometer suas estratégias produtivas, situação que pode ser melhorada pela oferta de tecnologias adequadas relacionadas às práticas de gestão de recursos hídricos.

O Censo Agropecuário de 2017 demonstra a porcentagem de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres com recursos hídricos e irrigação. Em áreas onde foram construídas cisternas, do total de 1 milhão, 23,9% são organizações de mulheres. Em áreas onde foram identificados 1,3 milhão de propriedades com poços convencionais, 16,4% têm mulheres na

³⁰ Por meio das tabelas 3 e 4.

³¹ A proposta do projeto Energia Mulheres da Terra é apresentada no tópico 3.2.

³² O desabastecimento hídrico ocorre decorrente de períodos de estiagem, associados aos usos múltiplos da água com enfoque em programas de irrigação.

gestão; 12,4% ocupam áreas com nascentes protegidas por matas, de um total de 1,3 milhão de estabelecimentos. Nas áreas com rios ou riachos protegidos por matas, de um total de 1,7 milhão de propriedades rurais, apenas 13,7% de mulheres têm acesso a essa realidade, conforme ilustra o quadro 3. Esses dados demonstram a dificuldade de ser mulher trabalhadora rural no Brasil, enfrentando obstáculos que questionam até mesmo sua capacidade gerencial.

Quadro 3 - Estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres por meio de recursos hídricos e irrigação

Regiões brasileiras	Porcentagem
Áreas construídas cisternas	23,9%
Áreas de propriedades com poços convencionais	16,4%
Áreas com nascentes protegidas por matas	12,4%
Áreas com rios ou riachos protegidos por matas	13,7%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

A partir dessa realidade, considerando todo o contexto em que vivem as mulheres rurais, o Projeto Energia Mulheres da Terra tem como objetivo principal a constituição de uma rede solidária de projetos para implementação de energia renovável e de recursos hídricos, formada por várias instituições envolvidas com questões relacionadas à agricultura familiar no Estado de Goiás.

Essas instituições são as organizações beneficiárias, compostas por grupos informais, associações e cooperativas de mulheres agricultoras. Especificamente, traz como parceiros diretos: 2 (dois) grupos informais, 3 (três) Associações de Mulheres Rurais e 9 (nove) outras organizações e cooperativas da Agricultura Familiar, em que as mulheres agricultoras têm espaço destacado no Estado de Goiás, desenvolvendo atividades socioeconômicas relevantes.

A falta ou descontinuidade de políticas públicas específicas³³, além da dificuldade na manutenção de sistemas de produção solidários e cooperativos em um mercado competitivo e desvantajoso para a agricultura familiar, também justifica a apresentação da proposta do projeto Energia Mulheres da Terra, que trabalha a partir da necessidade de formação e consolidação de uma rede solidária, fortalecendo organizações que já existem e destacando grupos e associações de mulheres.

Por se tratar de uma análise do projeto voltada para os aspectos do atual contexto imposto pelo regime capitalista de acumulação integral, explicitado no tópico 1.5, no primeiro

³³ Siliprandi e Cintrão (2011) afirmam que há também a dificuldade das agricultoras familiares de se inserirem nas atividades de comercialização devido às atribuições de gênero serem voltadas para a vida doméstica e para o espaço privado. Para maior detalhamento ver: Siliprandi, E., & Cintrão, R. (1). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segurança Alimentar E Nutricional, 18(2), 13-32, 2011.

capítulo, é importante destacar que a força de trabalho feminino no campo constitui, também, uma reserva de mão de obra, pois segundo Saffioti:

Por outro lado, as trabalhadoras familiares constituem um imenso manancial de mão-de-obra ao qual o setor capitalista da agricultura poderá recorrer, pagando diárias mais baixas que as masculinas e sem nenhum receio de enfrentar causas trabalhistas (SAFFIOTI, p. 69, 1983).

Na maioria dos casos, a mulher rural se vê relegada, em sua condição de sujeito, a um segundo plano, tendo seu trabalho considerado apenas como ajuda, como foi esclarecido no tópico 2.4 do segundo capítulo. Além disso, a maioria possui limitado acesso a água e aos recursos energéticos; baixa escolaridade; sua inserção na economia local é limitada pelos afazeres domésticos não apresentando escala significativa de sua produção e recebem pouca assessoria técnica. Outrossim, nas próximas páginas, o projeto Energia Mulheres da Terra será detalhado, juntamente com as tecnologias que buscam disponibilizar para as trabalhadoras rurais por ele contempladas e pelos objetivos de seus idealizadores que o consideram como uma oportunidade de melhoria da vida das mulheres rurais do Estado de Goiás.

3.2 O projeto Energia Mulheres da Terra³⁴: objetivos e ações, tecnologias, abrangência geográfica e resultados esperados

O Projeto Energia Mulheres da Terra atua na qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras do Estado de Goiás. Sua organização se dá a partir de uma rede solidária que trabalha por meio da implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos. Portanto, a rede é formada por instituições da agricultura familiar do Estado de Goiás. Os projetos beneficiarão mulheres e grupos de mulheres, agricultoras familiares que desenvolvem uma produção diversificada; associações e cooperativas de mulheres, ou instituições que valorizem o trabalho de mulheres rurais em suas atividades sociais. Além disso, também abrangem as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS).

O desenvolvimento da rede beneficia diretamente e o fortalecimento de sistemas de produção sustentáveis geridos por mulheres agricultoras, além de apoiar a produção e a disponibilidade de alimentos saudáveis nos mercados locais, tem o objetivo de promover a melhoria na qualidade de vida e saúde em comunidades que estão em situações de vulnerabilidade socioambiental. Dessa forma, propõe-se a alavancar o desenvolvimento rural

³⁴ Todas as informações referentes ao Projeto Energia Mulheres da Terra foram retiradas do Roteiro Para a Apresentação da proposta submetida ao Edital 02/2017 da Caixa Econômica Federal.

sustentável, além de contribuir para a matriz energética da Agricultura Familiar no Estado de Goiás.

O projeto em si foi elaborado em parceria com a empresa GEPAAF Assessoria Rural, a Cooperativa Casa do Cerrado, o Instituto Coruja, a Escola de Engenharia Civil e Ambiental (UFG) e colaboradores da rede de organizações populares da Agricultura Familiar do Estado de Goiás. É financiado pelo Fundo Socioambiental Caixa, por intermédio do Edital nº 2/2017, para “Projetos de Energias³⁵ Limpas e Renováveis e de Gestão de Recursos Hídricos”.

A rede solidária proposta pelo Projeto Energia Mulheres da Terra tem abrangência estadual baseada na divisão territorial dos Programas Territórios da Cidadania e Territórios Rurais no Estado de Goiás, incluindo os seguintes territórios: Estrada de Ferro, Médio Araguaia (incluindo o município de Nazário), Vale do Araguaia, Vale do Rio Vermelho, Vale do Paranã e Vale do São Patrício. Entretanto, como já foi assinalado anteriormente, o foco de estudo desta dissertação são as mulheres agricultoras familiares beneficiadas pelo projeto em Orizona - Goiás, no Território Rural Estrada de Ferro, que foi apresentado no capítulo dois.

Nesse contexto, a rede³⁶ construída pelo projeto Energia Mulheres da Terra possui 18 (dezoito) organizações beneficiárias de mulheres agricultoras, grupos informais, associações e cooperativas. A proposta trata como parceiros diretos: dois grupos informais, três Associações de Mulheres Rurais e nove outras organizações e cooperativas da Agricultura Familiar.

O grande diferencial do Projeto Energia Mulheres da Terra é a integração do mecanismo de Fundo Solidário³⁷ na rede, em que grupos de mulheres agricultoras financiam projetos para outras mulheres e para suas comunidades, a partir das economias e da renda gerada pelas tecnologias implantadas. Considerando esse mecanismo, a proposta visa implantar 74 projetos de tecnologia de energia renovável e recursos hídricos, de porte familiar, e 15 projetos de porte coletivo, beneficiando empreendimentos produtivos solidários. Neste trabalho foi retratado, especificamente, as 8 (oito) agricultoras familiares de Orizona, que estão sendo amparadas pelas tecnologias.

Estes fundos solidários têm uma longa história no Brasil, mas é a partir dos anos 80 que assumem dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral. No decorrer dessa trajetória, a dinâmica

³⁵ A proposta se identifica pela categoria de “energia limpa renovável”, pois contempla a elaboração de um Plano de Energias Renováveis para a Agricultura Familiar, resultante da experiência do projeto no Estado de Goiás.

³⁶ Serão contempladas na rede: Organizações que trabalham com pequenas agroindústrias; Organizações constituídas para fortalecimento das mulheres agricultoras; Escolas Famílias Agrícolas (EFAs); Organizações constituídas para trabalhar com a produção agroecológica e, outros grupos, associações e cooperativas que representam a Agricultura Familiar no Estado de Goiás.

³⁷ Para maior detalhamento ver: FUNDO SOLIDÁRIO em <https://fundossolidarios.wordpress.com/o-que-sao-dos-fundos-solidarios/>. Implementado.

e a operacionalização diversa dos mesmos consolidaram diretrizes amalgamadas por sua prática social, constituindo-se critérios de inclusão de beneficiários, socializados e consensuados no âmbito dos programas e projetos de fomento financeiro a empreendimentos solidários (SANTIAGO, 2011, p. 6).

Nessa perspectiva, o Fundo Solidário é uma espécie de poupança comunitária gerida de forma coletiva com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar. É chamado de fundo porque reúne recursos, sejam eles financeiros ou de mão de obra, dentre outros. É solidário, pois ao receber o benefício, a mulher rural também pensa em sua comunidade, “dividindo com o irmão” e funcionando da seguinte forma: a família, ao adquirir sua tecnologia, assume a responsabilidade de contribuir mais adiante devolvendo parte do valor do bem recebido para que outra família possa ser beneficiada. Assim, o fundo nunca fica vazio e possui alta rotatividade.

Um dos desafios do projeto em questão é a manutenção estável desse fundo após o fim dos recursos do mesmo, já que o resultado econômico do projeto é simbólico e está diretamente relacionado ao potencial de multiplicação de crédito associado ao Fundo Solidário, podendo impactar as economias locais.

No tópico seguinte serão apresentados os objetivos, seguido das ações do projeto Energia Mulheres da Terra para, posteriormente, além de entendermos as tecnologias implementadas, conhecermos as oito mulheres que foram contempladas pelo mesmo em Orizona, cidade que faz parte do Território Rural Estrada de Ferro.

3.2.1 Objetivos e Ações do Projeto Energia Mulheres da Terra

De acordo com o Roteiro para a apresentação da proposta submetida ao Edital 02/2017 da Caixa Econômica Federal, o objetivo geral do Projeto Energia Mulheres da Terra é atuar na qualificação dos processos de produção de grupos de mulheres agricultoras familiares do Estado de Goiás, estabelecendo uma rede solidária por meio da incorporação de projetos de energia renovável e recursos hídricos.

Do objetivo geral, desdobram-se objetivos específicos seguidos de suas ações, com vistas a obter os resultados esperados pelo projeto. Assim, o primeiro objetivo específico, é a constituição da rede solidária de projetos de energia renovável e recursos hídricos, com núcleos de organizações da Agricultura Familiar no Estado de Goiás.

A construção dos núcleos da rede aconteceu a partir de reuniões iniciais nos núcleos, presentes em seis territórios do Estado de Goiás. Dessas reuniões, foram criados os conselhos

gestores locais. Esses momentos permitiram a socialização das ações do projeto perante seu público direto. Inicialmente, ocorreram seis reuniões, sendo uma por núcleo da rede, para a constituição dos conselhos gestores locais.

Para a constituição da rede solidária também foram elaborados projetos de maior porte (que serão demonstrados adiante), projetos comunitários e projetos solidários, estes últimos, precisaram ser financiados pela própria rede a partir do Fundo Solidário³⁸. O estabelecimento e a manutenção da rede solidária é um dos processos mais importantes do projeto, já que, teoricamente, por meio dela é que ocorre o contato inicial entre os núcleos, os conselhos e as agricultoras. É importante destacar que a distribuição de projetos em uma rede tem como finalidade propiciar a difusão, adaptabilidade e desenvolvimento de tecnologias para a escala da agricultura familiar com enfoque de gênero. Para comprovação do cumprimento desse objetivo, são fundamentais as listas de presença, as atas de reunião e os documentos dos projetos.

O segundo objetivo específico do projeto é a realização de outros projetos de maior porte, direcionados a instituições maiores como a Escola Família Agrícola, a partir da construção de uma infraestrutura de energias renováveis e recursos hídricos, beneficiando instituições da Agricultura Familiar em Goiás, visto ser necessário contratar fornecedores e adquirir materiais. Assim sendo, estão sendo realizadas as construções físicas das ações propostas nos projetos, as quais têm como foco a energia elétrica, sendo eles: biodigestor; energia solar; bombas de irrigação, dentre outros que são entregues as mulheres contempladas³⁹. Os projetos construídos são comprovados a partir de documentos de contratação e aquisição e o termo de entrega.

O terceiro objetivo específico do projeto Energia Mulheres da Terra é o assessoramento e a garantia da realização de projetos comunitários de porte familiar, geridos pelos conselhos locais dos núcleos da rede. Esse objetivo também inclui os projetos solidários financiados com recursos de contrapartida da própria rede com o Fundo Solidário. Destarte, houve a contratação de fornecedores e os *kits* de materiais necessários para a construção das tecnologias foram

³⁸ Com o Fundo Solidário, grupos de mulheres agricultoras irão financiar projetos para outras mulheres, com as economias e a renda gerada a partir das tecnologias implantadas. Com isso, pretendemos alcançar certo “empoderamento” das mulheres beneficiárias, além da multiplicação dos projetos e a difusão das tecnologias pela rede.

³⁹ A escolha das mulheres beneficiadas, tanto em Orizona quanto nas outras regiões de abrangência do projeto foi realizada a partir do critério de participação, que incluía: 1. Garantir a contribuição ao Fundo Solidário, e o financiamento dos projetos solidários; 2. Compensar o uso de energias não-renováveis do projeto através da produção e do plantio de mudas em áreas de preservação permanente; 3. Conscientizar as demais famílias participantes a respeito da Zika e outras doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes*; aplicar e difundir as novas práticas trabalhadas nos momentos de formação das tecnologias (Caixa Econômica Federal - Projeto Energia Mulheres da Terra, p.18, 2017).

adquiridos. À vista disso, os *kits* foram entregues para as mulheres agricultoras familiares a partir de suas demandas, e o “projeto” ficou responsável por assessorar e garantir a construção da tecnologia. Por fim, após a construção tem o registro da conclusão de uma das etapas do projeto que, por sua vez, deverá resultar em outros projetos comunitários a serem realizados com gestão dos conselhos locais.

O quarto e penúltimo objetivo específico do projeto diz respeito à realização de atividades comunitárias de formação com a participação de famílias de agricultoras e jovens estudantes do campo, pertencentes às instituições participantes da rede. Dessa maneira, para a realização desse objetivo há a execução de mutirões de trabalho coletivo, buscando o envolvimento das famílias nas atividades de construção dos projetos.

Ademais, há também a realização de atividades de formação com temas relacionados ao projeto: economia solidária, gênero e recursos hídricos, tecnologias de energia renovável para agricultura familiar. A comprovação dessas atividades é feita por meio de listas de presença, atas com a avaliação participativa das atividades e o relatório fotográfico.

Por fim, o quinto objetivo específico se refere à elaboração de uma proposta conjunta de Plano de Energias Renováveis para a Agricultura Familiar no Estado de Goiás, a partir da experiência do projeto. Para essa elaboração é necessária a realização de uma reunião do conselho geral do projeto, visando a socialização das ações dos núcleos que são: a construção de um banco de experiências do projeto, disponível de forma pública na *internet*; produção de trabalhos acadêmicos com estudos de caso de experiências do projeto, como por exemplo, o estudo desta dissertação e elaboração de um estudo de Balanço Energético Geral do projeto, demonstrando o resultado na matriz energética⁴⁰.

Além dos objetivos apresentados, o projeto Energia Mulheres da Terra busca difundir e adaptar tecnologias apropriadas para a agricultura familiar, com enfoque na mulher trabalhadora rural, almejando aumentar sua participação no processo de tomada de decisão e na organização política das comunidades. Mais à frente, abordaremos a forma de ampliação das ações por meio de autogestão e sustentabilidade econômica com o mecanismo do Fundo Solidário.

O projeto, nessa perspectiva, também visa conseguir incentivar, fortalecer e consolidar as práticas agroecológicas⁴¹ no processo de produção, difundindo práticas de manejo adequado

⁴⁰ Matriz energética representa o conjunto de fontes disponíveis em um país, estado, ou no mundo, para suprir a necessidade (demanda) de energia”. Para maior detalhamento ver: **MATRIZ ENERGÉTICA**, Epe.gov.br, disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 28 out. 2020.

⁴¹ Os princípios da agroecologia são: a conversação do solo, a agrobiodiversidade, o cuidar do solo, a preservação da água, defensivos naturais e biofertilizantes, entre outros. Para maior detalhamento ver: **Práticas agroecológicas**, agroecoculturas. Disponível em: <https://agroecoculturas.org/praticas->

dos recursos hídricos, promovendo também a conservação e o reuso da água. Por fim, busca transformar a matriz energética da Agricultura Familiar com a inclusão de fontes de energia limpas e renováveis.

Podemos inferir que a partir dos objetivos propostos pelo projeto Energia Mulheres da Terra pretendemos que a constituição da rede solidária de projetos de energia renovável e recursos hídricos, com núcleos de instituições da Agricultura Familiar no Estado de Goiás, contribuirá para o fortalecimento e para a integração de grupos e organizações de mulheres agricultoras.

Segundo os dados do projeto, as tecnologias implementadas produzirão economias reais nos processos de produção, fortalecendo sistemas sustentáveis e empreendimentos solidários cooperativos.

Para ilustrar exemplos de empreendimentos cooperativos solidários. Luiz, Gomes e Mesquita *et al.*, afirmam:

O objetivo principal para participar da cooperativa, segundo muitos entrevistados, foi à ideia de poder ajudar pessoas, os próprios colegas de trabalho a continuarem trabalhando e não viverem uma experiência de ócio ou sentimento de inutilidade após a aposentadoria. Sendo, o sentimento de solidariedade com os colegas um fator importante e que aproxima a cooperativa estudada aos conceitos de empreendimento economicamente solidários aqui abordados e analisados (LUIZ; GOMES; MESQUITA *et al.*, 2018, p. 1658).

Os autores prosseguem considerando que “em termos financeiros, podemos destacar que o faturamento no primeiro ano foi bem expressivo assim como o crescimento da receita, dado que no final do quarto semestre faturou cerca de quatro vezes mais que no primeiro semestre” (p. 1659).

Nessa perspectiva, Gaiger (2013) apresenta:

Uma das pesquisas (GAIGER, 2001) traçou uma análise comparativa entre cooperativas de prestação de serviços, cooperativas de produção industrial e cooperativas de produção agrícola. A despeito da variada gama de atividades por elas desenvolvidas, um dos seus traços comuns residia no caráter do vínculo associativo, ligado indissolavelmente à socialização do processo produtivo, no âmbito do trabalho e da gestão. O trabalho associado mostrou-se como cerne dos empreendimentos: por ser o trabalho a garantia básica das cooperativas, torna imperativo que a proteção àqueles que detêm capacidade laboral, e por isso associam-se, seja irrenunciável. O trabalho assume também um valor simbólico, ao proporcionar uma experiência referendada em ideais de justiça e equidade. Enriquecido do ponto de vista humano e cognitivo, traz satisfações relevantes: a condição ímpar de ser coproprietário e gestor do

negócio, de dispor de poder de decisão em prol do coletivo e de si, de recuperar a estima própria, de viver o trabalho, enfim, como algo edificante e dignificante (GAIGER, 2013, p. 229-230).

É importante relevar, que mesmo com exemplos positivos, empreendimentos solidários não substituem economias já existentes, mas, sim, as potencializam, reorganizando materiais, pessoas e, no caso aqui, a agricultura familiar. Com as atividades coletivas de formação envolvendo mulheres agricultoras e jovens, o projeto intenciona criar condições de emancipação e de multiplicação da rede a partir de uma maior integração dos grupos participantes.

3.2.2 Tecnologias e resultados esperados

As tecnologias previstas no projeto Energia Mulheres da Terra possuem grande capacidade de contribuir com as organizações destinadas á agricultura familiar e que fazem parte da rede proposta por ele, podendo contribuir para a redução das despesas com energia elétrica e/ou gás de cozinha, além da garantia do abastecimento de água, trazendo melhores condições de trabalho para essas mulheres e suas famílias.

A constituição da rede solidária de abrangência no Estado de Goiás, resultante da articulação e da participação de grupos e instituições de mulheres agricultoras, é essencial para a realização do projeto. Assim, entendemos que a rede é um resultado indispensável, contribuindo, supostamente, com a superação da fragilidade e do isolamento de grupos de agricultoras que por meio do projeto são integradas em uma organização maior e com o suporte de instituições públicas.

Ao todo, o projeto Energia Mulheres da Terra realizará setenta e quatro (74) projetos familiares, com vistas a beneficiar mulheres agricultoras distribuídas entre os núcleos da rede, presentes em sua abrangência geográfica. Desse valor total, sessenta (60) projetos serão financiados com o recurso do Fundo Socioambiental Caixa e quatorze (14) com recursos da própria rede, por intermédio do Fundo Solidário. No Território Rural Estrada de Ferro, foco deste estudo, conforme informado anteriormente, oito (8) mulheres serão beneficiadas com projetos familiares e um (1) projeto coletivo, instalado na Escola Família Agrícola de Orizona – EFAORI, de acordo com os dados do Banco de Experiência do projeto.

Os projetos familiares possuem baixo custo, grande reapplicabilidade e são destinadas as demandas das propriedades das mulheres rurais do Estado de Goiás. O projeto emprega as seguintes tecnologias:

- 1) Biodigestor sertanejo, destinado a produção de biogás a partir de esterco animal, podendo ser utilizado em fogões para a preparação da alimentação familiar;
- 2) Sistema de captação de água de chuva com cisterna de ferrocimento, que consiste num reservatório de água cilíndrico que permite o armazenamento de água da chuva a partir do seu escoamento nos telhados das casas;
- 3) *Kit* de bomba solar para abastecimento e pequenos sistemas de irrigação, em que a energia é gerada pelas placas fotovoltaicas a partir da luz do sol, podendo ser acumulada para uso em horário sem sol;
- 4) Tanque de piscicultura, com reuso de água para agricultura (ou aquaponia);
- 5) *Kit* de energia solar fotovoltaica isolado, de pequena potência, que, por meio do painel solar, geram energia para alimentar a propriedade rural.

Os projetos familiares são adaptados as realidades locais, promovendo a oportunidade das mulheres beneficiárias se associarem. Assim, esperamos que, grupo de dez (10) mulheres beneficiadas deverão, ao final do primeiro ano em que receberam a tecnologia, financiar um (1) projeto familiar adicional para outra mulher rural, com a economia ou a renda gerada pelas tecnologias implantadas.

Para promover a adaptação da tecnologia na realidade da beneficiária rural, a elaboração dos projetos foi realizada por meio dos Conselhos Locais da rede, por intermédio da gestão participativa. Portanto, os conselhos foram responsáveis por definir as mulheres agricultoras participantes, além de gerir e construir os projetos. É necessário evidenciar que para uma mulher ser beneficiária, é importante garantir as contrapartidas: contribuição para o Fundo Solidário e o plantio de mudas em Áreas de Preservação Permanente (APPs⁴²).

A construção das tecnologias é realizada pela assessoria do projeto, juntamente com os articuladores locais, contando com as famílias para a autoconstrução. Essa autoconstrução é acompanhada com o apoio da mão de obra dos participantes do projeto, além da realização de capacitações, durante os mutirões⁴³, para as famílias beneficiadas. Foi adotado um cronograma de execução física em que os núcleos da rede foram atendidos um após o outro, de acordo com a abrangência geográfica.

⁴² Segundo a LEI nº 12.651, Área de Preservação Permanente – APP é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

⁴³ Para essa etapa da construção das tecnologias houve mutirões de trabalho coletivo (capacitação técnica das famílias) e oficinas de formação (abrangendo os temas “gênero”, “recursos hídricos” e outros.

Um dos resultados esperados é que essa atividade de construção das tecnologias, junto aos beneficiários promova espaços de construção de conhecimento e formação, levando em conta as demandas locais e suas especificidades de gênero e geração.

Outro resultado esperado do projeto é o acompanhamento de indicadores de impacto e resultado, sendo eles: indicadores econômicos, economia ou renda gerada para mulheres participantes da rede; volume total de crédito movimentado pelo Fundo Solidário; indicadores sociais, número de mulheres agricultoras agregadas à rede, número de instituições participantes, número de projetos familiares desenvolvidos por jovens multiplicadores ou assessoramento de suas comunidades e indicadores ambientais, quantidade de energia limpa renovável produzida nos sistemas instalados; volume de água captada nos sistemas de captação de água da chuva; percentual de conversão da matriz energética, entre outros.

No próximo tópico apresentaremos as oito mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra no Território Rural Estrada de Ferro e os benefícios energéticos que até o momento já foram recebidos por elas. Devido ao fato de os dados do projeto estarem disponibilizados via aplicativo público, e ser de livre acesso *online*, na internet as mulheres serão denominadas pelos seus sobrenomes.

3.3 As mulheres beneficiadas pelo Projeto Energia Mulheres da Terra em Orizona-GO no Território Rural Estrada de Ferro

Antes de falar a respeito das beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra em Orizona-GO, é necessário evidenciar as organizações parceiras do projeto no núcleo do Território Rural Estrada de Ferro:

1. Associação Estadual Agroecológica de Goiás: beneficiária e integrante do conselho local;
2. Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI) gerida pelo Centro Social Rural de Orizona (CSRO): beneficiária, integrante do conselho local, responsável pela formação de jovens da rede, possíveis multiplicadores do projeto, e pela organização da Feira de Tecnologias do município de Orizona;
3. Colegiado do Território Rural Estrada de Ferro: integrante do conselho local, apoio para a mobilização da rede, articulação e divulgação das atividades do projeto Energia Mulheres da Terra.

Além dessas organizações, o núcleo do Território Estrada de Ferro engloba comunidades de agricultura familiar tradicional das regiões: Cachoeira, Egerineu Teixeira,

Ubatan, Firmeza, Posse, Taquaral, Buritizinho e outras (Orizona); Assentamento Maria da Conceição, em Orizona. Resultando, assim, um total de 45 mulheres agricultoras e 75 jovens estudantes.

As demandas das mulheres rurais de Orizona foram referentes ao biodigestor sertanejo e ao *kit* bomba solar. Nesse sentido, as mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra são apresentadas a partir de suas tecnologias. A Escola Família Agrícola de Orizona, EFAORI, utilizará a energia solar fotovoltaica e será apresentada por fim. Todos os dados apresentados e analisados nesta dissertação foram retirados do Banco de Experiências⁴⁴ do projeto Energia Mulheres da Terra, disponibilizados *online*.

3.3.1 Projeto Biodigestor Nascente – De Cubas

Segundo o aplicativo Energia! (2020), a agricultora familiar De Cubas vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Taquaral de Cima, em Orizona-GO. De Cubas é articuladora do Núcleo Território Rural Estrada de Ferro.

Imagem 1 - Biodigestor Nascente da agricultora De Cubas – 2020 – Concreto pronto



Fonte: Terra (2019)

⁴⁴ Os dados foram retirados do *software* disponibilizado *online*. Para maior detalhamento ver: Energia! Banco de experiências do projeto Energia das Mulheres da Terra. Disponível em: <https://www.appsheets.com/start/c821a27c-971a-466b-8abe-ce8bcd88525b>.

A família De Cubas trabalha com a produção agroecológica de hortaliças, feijão, mandioca, polvilho e frutas, em uma área de 6,5 hectares. A propriedade rural, inclusive, é local de estágio e referência em Agroecologia para estudantes da EFAORI. A agricultora também trabalha com polpas de frutas e artesanato. A tecnologia escolhida por ela foi o Biodigestor Sertanejo, produzindo biogás para a cozinha e biofertilizante para os cultivos.

Imagem 2 - Biodigestor Nascente da agricultora De Cubas – 2020



Fonte: Terra (2019)

A imagem 2 apresenta um dos momentos de mutirão para construção de tecnologias, retratando o nivelamento do solo com concreto de solocalcamento e taliscamento, sendo a base do solo do biodigestor de ferrocimento da propriedade da agricultora De Cubas.

3.3.2 *Kit* Bomba Solar Pôr do Sol

A agricultura Costa Cruz vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Campo Aberto, em Orizona-GO. Costa Cruz vive com seu esposo e trabalha em regime de produção familiar agroecológica, em uma área de três (3) hectares.

Imagem 3 - Kit Bomba Solar Pôr do Sol da agricultora Costa Cruz – 2020



Fonte: Terra (2019)

Costa Cruz, conforme explicita o aplicativo Energia! (2020), tem um projeto diversificado, que envolve irrigação por gravidade de diversos cultivos, aproveitando a declividade do terreno. Além da agricultura, essa mulher rural também trabalha com a pecuária, vendendo leite e ovos. Também possui sua própria produção para o consumo, com foco na horta, peixes, frutas e mandioca.

Imagem 4: *Kit Bomba Solar Pôr do Sol* da agricultora Costa Cruz – 2020



Fonte: Terra (2019)

A mulher rural Costa Cruz e o esposo também trabalham fornecendo “jantinha” e salgados na Feira do Produtor de Orizona, as quartas-feiras e domingos. A tecnologia escolhida foi o *Kit Bomba Solar*, que viabilizou o projeto de irrigação, sendo utilizada para abastecer um reservatório na parte alta da propriedade.

3.3.3 Biodigestor Bem-Viver

A beneficiária Oliveira vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Limeira, em Orizona-GO. Oliveira é mãe de uma estudante da EFAORI, que também é agricultora familiar e é incluída na rede do projeto Energia Mulheres da Terra. A localidade da família Oliveira também é conhecida como Rio do Peixe, segundo o aplicativo Energia! (2020).

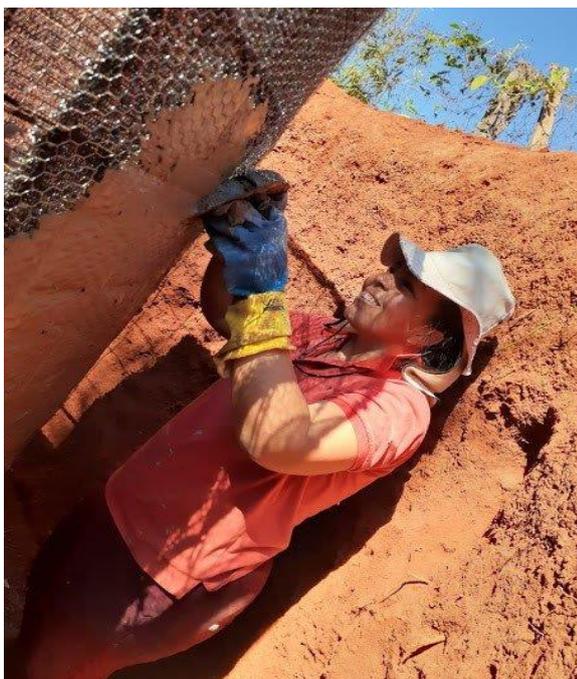
Imagem 5 - Biodigestor Bem-Viver da agricultora Oliveira – 2020



Fonte: Terra (2019)

O projeto familiar escolhido é o "Biodigestor Bem-Viver". A família trabalha com a produção e venda de leite, peixes e grãos - milho, soja e milheto, em uma área de quarenta (40) hectares.

Imagem 6 - A agricultora Oliveira trabalhando na construção do Biodigestor Bem-Viver – 2020



Fonte: Terra (2019)

As agricultoras da família Oliveira (mãe e filha) participam ativamente de todas essas atividades e ainda mantêm uma horta e quintal frutífero para consumo da família. O Biodigestor irá aproveitar o esterco do curral, beneficiando a família como o biogás para a cozinha e o biofertilizante para horta e quintal.

3.3.4 Biodigestor Top Gás

A agricultora Pereira vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Taquaral do Meio, em Orizona-GO. A família da mulher rural Pereira trabalha com a produção agroecológica de hortaliças, frutas, leite, mandioca e milho, em uma área de treze (13) hectares. A imagem 7 apresenta a horta agroecológica de Pereira, local que será destinado o biofertilizante.

Imagem 7 - Horta da agricultora Pereira – 2020



Fonte: Terra (2019)

Pereira e sua família são verdadeiros agricultores/as experimentadores, com diversas práticas agroecológicas na propriedade. A agricultora também trabalha com a produção de quitandas e polpas de frutas, segundo dados do aplicativo Energia! (2020).

Imagem 8 - Biodigestor Top Gás da agricultora Pereira – 2020



Fonte: Terra (2019)

A tecnologia escolhida por Pereira, conforme mostra a imagem 8, foi o biodigestor, que irá se integrar ao sistema agroecológico. O aproveitamento do esterco do curral leva à produção do biofertilizante, além do biogás para a cozinha e produção de quitandas.

3.3.5 *Kit* Bomba Solar Aquaponia Goiás

A agricultora Correa vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Taquaral do Meio, em Orizona-GO. Correa, além de mãe e mulher rural, é também conselheira da Associação dos Artesãos de Orizona e do Centro Social Rural de Orizona.

Imagem 9 - *Kit Bomba Solar* Aquaponiada agricultora Correa – 2020



Fonte: Terra (2019)

A família Correa trabalha com a produção e venda de leite, soja e produção de milho para silagem. Possui também horta, frutíferas, suínos, aves e peixes para consumo próprio, em uma área de 18 hectares. A agricultora tem um trabalho de destaque com artesanatos e produz móveis de bambu, madeira e outros materiais.

Imagem 10 - *Kit Bomba Solar* Aquaponiada agricultora Correa – 2020



Fonte: Terra (2019)

O filho de Correa é estudante da EFAORI e participa das atividades da propriedade, além de fazer experimentos com mudas para bonsai e tem um projeto de Aquaponia. A tecnologia escolhida foi o *Kit Bomba Solar* que complementou a quantidade de água disponível para a família, que reduz bastante no período da seca. Com o projeto Energia Mulheres da Terra foi possível viabilizar o projeto de Aquaponia do estudante e filho de Correa, de acordo com o aplicativo Energia! (2020).

3.3.6 *Kit Bomba Solar Resistência*

Jesus Peres, mulher rural, vive no assentamento Coopercampe, em Orizona-GO. Além de trabalhar ativamente na produção rural, a agricultora é cooperada da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Buritizinho e Região - COMAFAB. Também é tesoureira na igreja do município.

Imagem 11 - Agricultora Jesus Peres em sua propriedade – 2020



Fonte: Terra (2019)

A agricultora trabalha com o extrativismo do Baru e a criação de galinhas poedeiras. Tem dificuldades com a água e a única fonte disponível no estabelecimento é a cisterna. A tecnologia escolhida foi o *Kit Bomba Solar*, que irá bombear a água da cisterna para um reservatório em uma área onde haverá a produção de hortaliças e maracujá.

Imagem 12 - Visita de diagnóstico da agricultora Jesus Peres – 2020



Fonte: Terra (2019)

É necessário ressaltar que no caso de Jesus Peres, a tecnologia será instalada quando o núcleo do Território Rural Estrada de Ferro conseguir juntar o montante necessário para a construção, a partir do mecanismo do Fundo Solidário.

3.3.7 Biodigestor da Barra

A agricultora familiar Gonçalves Lúcio vive na comunidade da Agricultura Familiar Fazenda Capoeira da Barra, em Orizona-GO, em uma propriedade de treze (13) hectares. A família trabalha com a produção e venda de leite e com a produção do milho para silagem.

Imagem 13 - Biodigestor da Barra da agricultora Gonçalves Lúcio – 2020



Fonte: Terra (2019)

A agricultora participa de todas as atividades, em especial, a horta. Gonçalves Lúcio também cuida de suínos, aves e mandioca para consumo. Os dados foram retirados do aplicativo Energia! (2020). A tecnologia escolhida foi o Biodigestor, que atualmente produz biofertilizante para a horta e biogás para a cozinha, numa casa onde moram seis (6) pessoas.

Imagem 14: Biodigestor da Barra da agricultora Gonçalves Lúcio – 2020



Fonte: Terra (2019)

Por meio da imagem 14, notamos a produção de biofertilizante para a horta da agricultora Gonçalves Lúcio a partir do esterco retirado da propriedade. Pelo fato de morarem muitas pessoas, a produção para consumo é elevada assim como a produção de leite para a venda nos mercados locais.

3.3.8 *Kit* Bomba Solar Matias

Segundo dados do aplicativo Energia! (2020), Matias, agricultora familiar, vive na comunidade da Agricultura Familiar Posse, em Orizona-GO. A família Matias trabalha com a produção e comercialização de leite, em uma área de nove (9) hectares e administra um bar no Povoado da Posse.

Imagem 15 - Visita de diagnóstico da agricultora Matias – 2020



Fonte: Terra (2019)

A tecnologia escolhida foi o *Kit Bomba Solar*, que irá captar água de poço artesiano e será utilizada para irrigação de 1 *hectare* de pastagem, em sistema de piquetes, conforme o PPJ - Projeto Profissional do Jovem - do filho de Matias, estudante da EFAORI.

Imagem 16 - Família da agricultora Matias – 2020



Fonte: Terra (2019)

A agricultora participa da atividade do leite e mantém pequena horta, suínos e aves para o consumo da família. É importante ressaltar que assim como a agricultora Jesus Peres, o projeto *Kit Bomba Solar* para os Matias será instalado quando o núcleo do Território Rural Estrada de Ferro conseguir juntar o valor necessário para a construção da tecnologia.

3.3.9 Energia Solar Estrada de Ferro – EFAORI

A EFAORI é uma escola comunitária e do campo, foi fundada em 1998 e, atualmente, conta com cerca de 90 jovens estudantes do Curso Técnico Agropecuário integrado ao Ensino Médio. São jovens agricultores, familiares dos municípios de Orizona, Vianópolis, Luziânia, Pires do Rio e região. A Escola Família Agrícola é mantida pelo Centro Social Rural de Orizona (CSRO).

Imagem 17 - Energia Solar Estrada de Ferro - EFAORI- 2020



Fonte: Terra (2019)

A escola tem um consumo de energia elétrica de 1100 kWh/mês, que corresponde a uma despesa mensal de quase R\$ 1.000 (dados de 2019, conforme explicita o aplicativo Energia!) (2020), portanto temos a necessidade de adaptação de tecnologias que visem à diminuição desse valor.

Imagem 18: Energia Solar Estrada de Ferro - EFAORI- 2020



Fonte: Terra (2019)

O sistema de Energia Solar, após ter sido instalado, tem contribuído com a redução das despesas do Centro Social, além do fortalecimento do projeto de sustentabilidade da escola, sendo um exemplo pedagógico para estudantes e famílias associadas.

Para concluir, ao todo são nove (9) tecnologias propostas para o município de Orizona, pertencente ao Território Rural Estrada de Ferro. Dessas, oito (8) são projetos de porte familiar e um (1) projeto coletivo, realizado na EFAORI. Dos oito (8) projetos familiares, seis (6) foram implementados e trouxeram resultados imediatos para as agricultoras e suas respectivas propriedades. Assim, dois (2) aguardam a implementação após a arrecadação do Fundo Solidário. Lembrando que a combinação do mecanismo de Fundo Solidário com as tecnologias de energia renovável é uma inovação que pode gerar economia ou renda de forma direta, ocasionando de maneira natural a multiplicação dos benefícios do projeto.

3.4 O Projeto Energia Mulheres da Terra e o Regime de Acumulação Integral

De acordo com o explicitado no primeiro capítulo, as mulheres rurais desempenharam papel de pouco *status* desde os séculos XVI e XVII, o que se reflete ainda nos dias atuais, cujo contexto predominante é o do regime de acumulação integral capitalista no século XXI.

É necessário destacar, que para a compreensão do Projeto Energia Mulheres da Terra no regime de acumulação integral, importa buscar em suas raízes a inversão dos serviços laborais por pagamento em dinheiros que transformou o feudo e o colocou em uma situação mais contratual, permitindo que as mulheres de todos os estamentos fossem afetadas de forma negativa, reduzindo ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Na Itália, por exemplo, as mulheres rurais foram excluídas da posse da terra, em especial as solteiras e viúvas, conforme foi exposto por Federici (2017).

Também é necessário evidenciar que a indústria, por meio da família monogâmica apresentada por Poster (1979), permitiu que as mulheres pudessem ter oportunidade profissional na produção social, mas devido ao fato dessa mulher não poder subtrair-se do trabalho doméstico, ela lida/lidou com uma sobrecarga incalculável, que é ainda mais intensificada entre as mulheres rurais que cuidam dos animais, das plantações, da casa, dos filhos, entre outros.

É indiscutível a influência desses fenômenos históricos na vida das mulheres rurais⁴⁵ que, lamentavelmente, fazem parte desse sistema que necessita da subalternidade feminina para acumulação integral. Inclusive, esses fenômenos também permitem justificar a situação de isolamento e de fragilidade em que vivem essas mulheres agricultoras familiares.

Nesse contexto, pesquisas investigativas voltadas para o universo feminino rural na esfera capitalista afirmam a atuação do estado neoliberal na conservação dos privilégios masculinos, além da busca incessante pela acumulação de capital.

Nesse sentido, as mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra conseguem boas estimativas de produção, além da melhoria de qualidade de vida para o seu grupo familiar, entretanto, devido ao regime de acumulação atual, isto é, o capitalismo integral (VIANA, 2009), elas acabam, em certas circunstâncias, sendo vítimas de um efeito não intencional e tampouco previsto pelos idealizadores do projeto, que consiste em aumento de

⁴⁵ Fenômenos históricos que influenciam a vida das mulheres rurais como um todo, não só das mulheres beneficiadas pelo projeto Energia Mulheres da Terra.

suas sobrecargas de funções e atividades, ocasionando tripla jornada de trabalho, ampliando ainda mais a exploração⁴⁶ do trabalho feminino.

Dessa forma, para ilustrar melhor esse efeito não intencional, temos o conceito de ideologia utilizado por Engels e Marx (1982) para aprovar pensamentos e doutrinas independentes da realidade material, ou seja, como entidades puras e juízos puramente especulativos, produzindo “ideias falsas” sobre os homens. O mundo social real, partindo desse raciocínio, pode ser ignorado e reduzido a uma guerra imaginária de “frases contra frases”.

Nesse sentido, o termo “ideologia” passa a designar não mais, ou não somente, uma figuração irreal do mundo social (na linguagem dos marxistas, figuração irreal das relações de exploração econômica) ou mesmo especulação arbitrária (“filosofia”, na direção dada ao termo na *Ideologia alemã*). Ideologia se torna uma sorte de autoconsciência de classe, consciência essa capaz de aglutinar interesses, definir padrões de comportamento coletivo e de funcionar como um princípio gerador da congruência social (CODATO, 2016, p. 316).

Portanto, Engels (1978b) acrescentou ao conceito de ideologia todas as concepções ilusórias, falsas ou aparentes, sendo sinônimo, também, de “falsa consciência” (p. 314). Para ilustrar, Codato afirma que:

A ideologia é assim uma visão ou uma concepção social específica do mundo social, nem falsa, nem verdadeira em si mesma, isto é, correspondente ou não aos fatos da realidade objetiva, ainda que sua gramática, sua forma de arranjar as ideias, possa conter elementos falsos ou elementos verdadeiros, constatações de fato e juízos de valor. A medida para julgar as tradições ideológicas passa então a ser funcional, e não psicológica (já que se trata de um fenômeno social, não individual) e menos ainda intelectual (concepções certas ou erradas em si mesmas). Ou a ideologia é eficaz – como instância de produção, reprodução e transformação da vida social – ou não é. Nunca pode ser, portanto, uma ideia fora do lugar (CODATO, 2016, p.323).

Desse modo, partindo da “falsa consciência”, deduzimos que novas energias implementadas poderão acarretar mais trabalho para as beneficiadas do projeto Energia Mulheres da Terra. Por exemplo, as horas que sobram para as mulheres que têm o *kit* bomba solar, provavelmente serão moldadas para outra atividade laboral, a fim de aumentar a renda da família. No caso do biodigestor, as mulheres passarão a cultivar horta e, por conseguinte, a produção será aumentada e as levará a comercialização dos excedentes, visando aumentar a renda familiar.

A partir da transcrição do depoimento da agricultora Oliveira, retirado do Canal Oficial do Projeto Energia Mulheres da Terra, no Youtube, é possível entender as mudanças que o

⁴⁶ Isso ocorre, pois ampliando a exploração feminina, temos a adequação ao capitalismo integral.

projeto proporcionou de forma direta para as mulheres beneficiadas e, ainda, a presença dos homens nas atividades.

“No cenário que a gente tá vivendo, no Brasil que a gente tá vivendo, no mundo que a gente tá vivendo, a gente precisa disso, de ter pessoas queridas perto da gente, porque eu falo assim, e eu costumo falar bastante, e ultimamente eu tenho falado mais ainda, que a gente sozinho não é nada. A gente precisa de comunidade, a gente precisa de vizinhos, a gente precisa de família, a gente precisa de amigos, né? E é muito interessante depois que começou o projeto porque a gente encontra na rua mesmo, né Núbia? (risos) Virou festa. As pessoas perguntam ‘gente, tá tendo reunião no meio da rua?’, por que realmente antigamente, antes do projeto, a gente passava era só bom dia boa tarde tudo bem, agora não, hoje em dia a gente para, conversa, e é homens e mulheres das famílias que estão no projeto. Então pra minha família, eu coloco minhas palavras as da dona Terezinha, né? Muda. Transforma. Transforma a gente mulher porque a gente sabe o poder que a mulher tem, e na agricultura a gente sabe que é pouco valorizado, e com esse projeto não, a gente sente valorizada, a gente sente capaz, a gente sente que a e gente pode mover alguma coisa, na família, mas também na comunidade, e a gente distribui, sai falando ‘nossa tô participando de um projeto que é mulheres da terra’ e as pessoas ficam curiosas e começam a perguntar como é, ‘o que é o biodigestor, que que é isso, que que é placa solar?’ Muita gente começa perguntar e é muito importante isso” (Agricultora Oliveira. Depoimento sobre o projeto Energia Mulheres da Terra, 2020)

A partir do depoimento da agricultora Oliveira é notável a possível reapplicabilidade do projeto, bem como a inserção das mulheres rurais nas comunidades, as ações solitárias e a proximidade com as instituições; além do maior interesse das mulheres na tomada de decisão das propriedades. Entretanto, é importante chamar a atenção para o fato de que existe o outro lado, geralmente não explorado e nem percebido pelas mulheres que estão envolvidas, pois por diversas razões, já discutidas em outras passagens desta dissertação, é difícil para elas alcançarem uma visão mais crítica da realidade de exploração a que estão expostas. Podemos dizer que se trata do famoso fenômeno da “faca de dois gumes”; isto é, as tecnologias implementadas nas pequenas propriedades dessas trabalhadoras rurais, conseqüentemente, elevaram suas cargas de trabalhos.

A atual fase do modo de produção capitalista se caracteriza pela ideologia do neoliberalismo e de pretensas mudanças nas relações de trabalho, tais como da flexibilização que nada mais é que uma forma de preparar o trabalhador para as demandas do mercado. Nesse sentido, Viana (2009) afirma que “surgem ideologias para legitimar, justificar e naturalizar o novo regime de acumulação” (p. 9), no caso em questão, o regime de acumulação integral.

O projeto Energia Mulheres da Terra, involuntariamente, sobrecarrega as mulheres as quais beneficia. Sem podermos nos aprofundar nas reais intenções de seus idealizadores – acreditamos terem sido eles motivados pela intenção de realmente ajudar as mulheres

trabalhadoras rurais – podemos, sim, constatar que o financiamento desse projeto pelas instituições governamentais tem por objetivo atender as demandas do capitalismo integral. Lançando mão de terminologias inovadoras, empoderamento, gestão participativa e flexibilização, as agregando a toda uma tradição baseada na solidariedade característica do meio rural e cooptando setores da intelectualidade acadêmica, os ideólogos do livre mercado vão construindo estratégias para a manutenção e reprodução do *status quo*.

Fecharemos, portanto, com Condato (2016) e sua afirmação: “Tradições ideológicas cumprem duas funções básicas: ocultar interesses específicos (de classe, de grupo, de categorias sociais, etc.) e universalizar ideias particulares (p. 328)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta dissertação nos foi possível compreender que a discriminação contra as mulheres não é uma herança do mundo pré-moderno, mas sim “[...] uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (FEDERICI, 2017, p.11). Também foi plausível compreender o fenômeno de caça às bruxas como instrumento de colonização e degradação do corpo feminino. E, ainda, como ele favoreceu o desenvolvimento do capitalismo construindo elementos de controle da e sobre a mulher, das que trabalham nas cozinhas, nos campos, nas plantações e fora de relações contratuais, de forma que a sua exploração fosse naturalizada e sua condição social mantida em *status* de inferioridade habitual. Realidade que atingiu primeiramente as mulheres rurais.

Nesse sentido, devido o foco da pesquisa ter se baseado no entendimento da dinâmica da mulher rural beneficiada pelo projeto Energia Mulheres da Terra de Orizona - Goiás, que possuem grande carga de trabalho em pleno modo de produção capitalista, percebemos, a partir da análise de Viana (2009), que o regime de acumulação integral “aumenta a exploração e por isso a integração do proletariado e dos demais setores descontentes da sociedade” (p. 292). Também que, embora vivamos em uma época de exploração integral, e que esse modo de produção tenha capacidade de superar suas crises, integrando classes exploradas, isso não acontecerá indefinidamente.

A categoria Território nos permitiu a compreensão da condição da mulher numa dada realidade econômica e social e, por conseguinte, devido ao fato de que a atividade predominante dessas mulheres pesquisadas ser a agricultura familiar, realizarmos um estudo bibliográfico, bem como a análise dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 com vistas a identificar o perfil dessa agricultura do Território Rural Estrada de Ferro e de Orizona, contemplando o número de mulheres no campo e evidenciando a divisão sexual do trabalho existente na agricultura familiar.

Foi-nos possível compreender que o Território em questão se destaca pela existência de três instituições de educação profissional, localizadas em Silvânia, Orizona e Urutaí, dedicadas à formação em áreas de interesse no campo. Possui, também, fortes organizações sociais vinculadas à agricultura familiar (sindicatos, ligas camponesas, associações e cooperativas agropecuárias), que inclusive fomentaram a implementação do projeto Energia Mulheres da Terra, tanto no Território quanto no município de Orizona, foco deste estudo. Orizona, por sua vez, também se sobressai devido a sua estrutura fundiária ser menos concentrada, com predomínio de estabelecimentos entre 10 a 20 hectares, como foi apreendido nesta dissertação.

Finalmente, analisamos as nove (9) tecnologias propostas para o município de Orizona, pertencente ao Território Rural Estrada de Ferro. Dessas, oito (8) são projetos de porte familiar e um (1) projeto coletivo, realizado na EFAORI. Dos oito projetos familiares, seis (6) foram implementados e trouxeram resultados imediatos para as agricultoras e suas respectivas propriedades. Assim, dois (2) aguardam a implementação após a arrecadação do Fundo Solidário. Ressaltamos que o projeto possui reaplicabilidade, bem como permite maior inserção das mulheres rurais em suas comunidades, como foi visto por meio de um depoimento da agricultora Oliveira, beneficiada de Orizona. Entretanto, devido ao fato dessas mulheres operarem em pleno regime de acumulação integral, suponhamos que o projeto gera um fenômeno de sobrecarga de trabalho para as aquelas atendidas pelo projeto, de forma involuntária, uma vez que a economia gerada numa atividade é remanejada para outra que, por sua vez, requer trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária, Rio Claro (SP), vol. 28, nº1, 2 e 3, vol. 29, nº1, p. 49-67, jan.1998/ago. 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar**. 2010. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALENCAR I. de P. V.; CARDOSO JÚNIOR H. M.; LUNAS D. A. L. Constituição da política do desenvolvimento territorial rural em goiás: análise do acesso às políticas públicas pelos territórios. **Revista Cerrados**, v. 17, n. 01, p. 26-52, jan./jun. 2019.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AZEVEDO, R. S.; SANTOS, A. F. P. R. Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos? **Geografia** (Londrina) v. 26, nº2, p. 58-77, jul/dez, 2017.

PHELIPE, André; BARBOSA, Marina. **Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas**. Correio Brasiliense, 16/02/2020. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml. Acesso em: 12 jan. 2021.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura Familiar em Orizona (GO): A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC**. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BOJANIC, Allan. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030**. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1043666/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BORGES, P. C. A. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): campo de poder e de conflito social**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás.

BOTTINI, L.M; BATISTA, R.L. **O trabalho da mulher durante a revolução industrial inglesa 1780 a 1850**. Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE, Paranavaí - PR, N.1, 2013.

BRAGA, Lisandro. **Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. São Carlos: Pedro e João editores, 2013.

BRASIL. Lei 12.651, maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 726**, de 12 de maio de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 mai. 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Série Documentos Institucionais: n.1. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: DF. Março de 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Série Documentos Institucionais: n.2. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília. Junho de 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Estrada de Ferro - GO** (PTDRS). Brasília: MDA/FCR. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul In: **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. **Fundo Socioambiental Caixa**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/investimentos-socioambientais/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Energia das Mulheres da Terra**. Fundo Socioambiental da CEF. Edital 02/2017. [S. l.], 2017.

CAMPOS, Celia Maria Sivalli; VIANA, Nildo and SOARES, Cassia Baldini. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. **Saúde soc.** [online]. 2015, vol.24, suppl.1, pp.82-91. ISSN 1984-470. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01007>.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; LUNAS, Divina Aparecida Leonel Lunas; GOMES, Deyvison Dias. A abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel, CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; GIONGO, Pedro Rogério (Orgs.). **Estado e políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano**. Goiânia: Editora Kelps, 2017, p. 15-47.

CASTRO, C.M.; LOPES, D.J.; SOUZA, G.R.; SOUZA B.C.; NASCIMENTO, R.A. Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o território estrada de ferro. **CONJUNTURA ECONÔMICA GOIÂNIA**, setembro, n.30, 2014.

CODATO, Adriano. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política&Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 311, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311/0>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CUNHA, L. A. G. Sobre o Conceito de Região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CUNHA, L. de L. e. (2013). Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss. **Plural**, 20(1), 83-98. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.peso.2013.74416>. Acesso em: 2 jan. 2020.

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. Territórios Rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. In: **I Simpósio Mineiro de Geografia: das diversidades à articulação geográfica**, 2014, Universidade Federal de Alfenas: Alfenas – Minas Gerais. Anais: Geografia Agrária, Afenas, 2014, p. 828-837.

DENARDI, Reni. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural e sustentável. In: **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001. P. 56-62. Artigo. Acesso em: 27 abr. de 2020.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. EnglewoodCliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1972.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Mehring, 14 jul. 1893 In: Karl Marx e Friedrich Engels, **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 3. 1979b.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros. **Escola Família Agrícola de Orizona (GO): Uma proposta de Educação Camponesa?** 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO. **Fundos Solidários**, disponível em: <https://fundossolidarios.wordpress.com/o-que-sao-dos-fundos-solidarios/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, June, 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200013&lng=en&nrm=iso <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. RJ, Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 2 jan.2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/cecenso2010/default.shtm>. Acesso em: 2 jan.2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 2 jan.2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 2 jan.2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 2 jan.2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA** – Sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 2 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

JACIARA - Orizona (GO). **Depoimento sobre o projeto Energia das Mulheres da Terra** [abril.2020]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWxg-dwrHrY>. Acesso em: 19 jan. 2021.

JUSCHKA, D. General introduction. In: JUSCHKA, D. (Ed.). **Feminism in the study of Religion: a reader**. New York: CONTINUUM, 2001. p.2-3.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67–75.

LARSON, F. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LEMES, Kátia da Costa. **Family Farmand Territorial: the challenges of farmers in the community TaquaralOrizona (GO)**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

LUIZ, Ricardo; GOMES, Bella; MESQUITA, André; *et al.* Empreendimentos solidários: um estudo de caso do impacto econômico-social de uma cooperativa / Solidary ventures: a case study of the economic and social impact of a cooperative. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 5, p. 1651–1668, 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/204>. Acesso em: 3 jan. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy**: A Case book on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980.

MARQUES, Diego. **John Holloway**: Regime de Acumulação Integral e o Debate Sobre Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder/Diego Marques. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago Chile, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, F. L'ideologie allemande (« Conception matérialiste et critique du monde »). In: Karl Marx, **Œuvres**. Éd. établie par Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, vol. III: Philosophie. 1982.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

Marx, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA- EPE. 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 28 out. 2020.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**, n. 5, 1-4, 1995.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade rancharia**, Campo Alegre de Goiás. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume/Editora Hucitec, 2002.

MULHERES comandam 46% das propriedades de agricultura familiar em rio claro, SP. G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/mulheres-comandam-46-das-propriedades-de-agricultura-familiar-em-rio-claro-sp.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OPITZ, C. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: KLAPISCHZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente: A idade média**. Tradução de Ana L. Ramalho et al. Porto, PT: Afrontamento, 1990, p.353-435.

ORIZONA (GO). Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://www.orizona.go.gov.br/dados-gerais-de-orizona>. Acesso em: 2 abr. 2020.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. **Pedagogia de alternância: a metodologia que mantém os jovens no campo**. Redação, 2019. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/pedagogia-de-alternancia/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

PERNOUD, Regine. **Luz sobre a Idade Média**. Publicações Europa América, 1997. Versão digital. Pdf. Disponível em: http://minhateca.com.br/Martinho.Guedes/Documentos/Hist*c3*b3ria+Medieval/Regine-Pernoud-Luz-Sobre-a-Idade-Media,7161676.pdf. Acesso em: 6 maio 2020.

PINHEIRO, Veralucia. **Reflexões sobre a mulher, a escola e a violência na sociedade capitalista**. 2014. Seer.ufu.br. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/27688/15169>. Acesso em: 13 jan. 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1986.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: 1979.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUASE 1 milhão de mulheres comandam propriedades rurais no Brasil. **Agroemdia**. 17 de março de 2020. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2020/03/17/quase-1-milhao-de-mulheres-comanda-propriedades-rurais-no-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RHEIN, Talita Halmenschlager. **"Desafio da mulher na gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfália/RS"**. 2016. Artigo (Graduação) – Curso de Administração - LFE Negócios Agroindustriais, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 04 nov. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1483>. Acesso em: 2 jan.2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. “A mulher e as contradições do capitalismo agrário”. *In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, VOZES, 1979.

SANTIAGO, E.G. **Fundos solidários**-Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário, 2011. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0010/1605/fundos_cartilha.pdf. Acesso em: 4 de ago. 2020.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Os Fundos Rotativos Solidários**: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação? [s.d.]. 372, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/OS_FUNDOS_ROTATIVOS_SOLIDARIOS.pdfm. Acesso em: 4 de ago. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do século 21. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, N. A. **A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar**: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 331-337, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan/jun. 2010.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILIPRANDI, E., & CINTRÃO, R. (1). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, 18(2), 13-32, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4043/2731>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

SIT – **Sistemas de Informações Territoriais**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. v. 30, Ano 87, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123. Acesso em: 21 maio 2020.

TERRA, Energia das Mulheres da. **Energia!** Banco de experiências do projeto Energia das Mulheres da Terra. Version 1.000293. ed. [S. l.]: Energia Mulheres da Terra, 2019. Disponível em: <https://www.appsheet.com/start/c821a27c-971a-466b-8abe-ce8bcd88525b>. Acesso em: 3 jan. 2020.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe no divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da integração integral** / Nildo Viana – Aparecida, S.P: Editora Santuário, 2009.

VIANA, Nildo. **A Consciência da História: Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2007.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WOOD, E. M. **As origens do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

XAVIER, Glauber Lopes. **Os assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade – Goianésia, Goiás**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

XAVIER, G. L.; MACIEL, R. M. T. Acumulação de Capital e Ideologia numa economia periférica: ensaio sobre o desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 532, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13360>. Acesso em: 23 Jun. 2021.